



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**



**Geane Bezerra Cavalcanti**

**Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife  
(1955-1988)**

**Recife / 2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE  
PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA  
REGIONAL**



**Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife  
(1955-1988)**

**Geane Bezerra Cavalcanti**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giselda Brito Silva.

**Recife / 2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE  
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C376L Cavalcanti, Geane Bezerra  
Lutas e resistência dos moradores da periferia da cidade do Recife (1955-1988) / Geane Bezerra Cavalcanti. – 2017.  
170 f. : il.

Orientadora: Giselda Brito Silva.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, Recife, BR-PE, 2017.  
Inclui referências.

1. Movimentos sociais 2. DOPS-PE 3. Democracia 4. Periferia  
I. Silva, Giselda Brito, orient. II. Título

CDD 981.3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DA CULTURA REGIONAL**

**LUTAS E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA PERIFERIA DA CIDADE  
DO RECIFE (1955-1988)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

GEANE BEZERRA CAVALCANTI

APROVADA EM 06 /02 /2017

BANCA EXAMINADORA

---

Profº Drº Giselda Brito Silva  
Orientador – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

---

Profº Drº Chistine Paulette Yves Rufino Dabat  
Programa Pós-Graduação em História – UFPE

---

Profº Drº Maria do Socorro de Abreu e Lima  
Programa Pós-Graduação em História – UFPE

Em memória a Tiago Gomes de Melo.  
Presente sempre!

## AGRADECIMENTO

Este é um trabalho que envolveu muitas pessoas queridas, sem quem ficaria mais difícil escrever esta dissertação. Talvez algumas nem mesmo se deem conta de como foi importante para mim cada contribuição, por menos que ela parecesse ser. Início agradecendo as minhas irmãs Girlania, Gilvania e Gilene, e ao meu querido irmão Girlanio, pelo apoio que me deram ao longo do Mestrado de História, compreendendo minhas ausências, em alguns momentos. Ao meu amigo José Ricardo Medeiro, o primeiro a ler esta dissertação e que tanto me ajudou fazendo a revisão do meu texto.

Lembro-me com muito carinho, apesar de algumas rugas, da turma de História 2010.2 da UFRPE, sempre muito crítica e participativa, que contribuiu muito para minha formação através das discussões e debates sobre os temas das aulas. Agradeço muito a todos os professores que passaram pela minha formação na Universidade; aos professores do Departamento de História e de Educação, que nos passaram um pouco do seu conhecimento, contribuindo para minha formação intelectual. Em especial, recordo-me da Prof<sup>a</sup>. Marcília Gama que, mesmo sem me conhecer, aceitou me orientar e escrever minha pesquisa no PIBIC/PIC, iniciando uma parceria de muita aprendizagem e boas experiências que me acompanharam por toda graduação. Sua alegria e brilho do olhar quando fala em pesquisa, arquivo e período ditatorial é contagiante e nos incentiva em seguir na carreira acadêmica. A querida Prof<sup>a</sup>. Élcia de Torres Bandeira, para quem fui monitora, durante um ano e meio, da disciplina Brasil II. Os desafios que ela colocava para mim ajudaram-me a conhecer mais sobre o período do Brasil Império e a desmembrar outros rumos da historiografia.

Impossível esquecer o Prof<sup>o</sup> Tiago de Melo Gomes, meu professor durante a graduação, também a pessoa que abriu as portas do mestrado para mim, aceitando me orientar. Nossas conversas iniciais contribuíram para a estruturação desta dissertação. Sempre bem humorado, mesmo quando irritado, era parceiro dos alunos; mais que um professor para muitos, um amigo. Nossa última conversa foi sobre o futuro, meu futuro, comentava em qual instituição seria bom para eu fazer o doutorado. Esta conversa revela o quanto ele acreditava em mim. Por isso, mesmo não estando mais presente fisicamente, ele estará sempre comigo, nas minhas lembranças e nos momentos de apreensão, devido ao momento político em que vivemos: o que Tiago diria sobre isso? Pergunto-me.

Agradeço a minha querida orientadora atual, Giselda Brito, que aceitou me orientar num momento de incerteza para mim. Giselda também foi minha professora na graduação, ajudou-me a perceber a importância da Teoria da História e aplicá-la. Um exemplo de professora

dedicada que se doa ao trabalho. Levo com muito carinho o aprendizado que tive com os seguintes professores e professoras dos cursos de História da UFRPE: Lúcia falcão, Alcileide Cabral, Luiz Manoel, Wellington Araújo, Bruno Miranda, Humberto, Juliana Alves, Ricardo Pacheco, Fabiana Bruce, Suely Almeida, Ana Nascimento, Suely Luna e Ângela Grillo.

Agradeço a todos os funcionários dos arquivos que visitei para elaborar esta dissertação, como o DOPS/APEJE, APEJE, Fundaj, Instituto Dom Helder Câmara, Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco e Biblioteca da UNICAP. Assim como a todos que me cederam um pouco do seu tempo para que eu pudesse entrevista-los, foram: Padre Reginaldo Veloso, Gilbraz Aragão, Helena Lopes Almeida, Mário de Souza, João José da Silva, Raimundo Viana Rego e Lenira Maria de carvalho.

Esta dissertação tem um pouco de cada pessoa citada aqui. Ela também não é só a história dos movimentos de bairro do Recife, é também um pouco da minha história.

*“O morro não tem vez  
E o que ele fez já foi demais  
Mas olhem bem vocês  
Quando derem vez ao morro  
Toda a cidade vai cantar”*

*(Vinícius de Moraes)*

## **RESUMO**

Nossas pesquisas serão em torno das “LUTAS E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA PERIFERIA DA CIDADE DO RECIFE (1955-1988)”. Em muitos momentos da história, comprovou-se que os moradores da periferia são definidos como os excluídos da história, que conseguiram ser protagonistas a partir do momento em que se uniram e se organizaram como classe. Na periferia da cidade do Recife, não foi diferente. Os populares, excluídos da cidadania, uniram-se para que fosse possível ter seus direitos garantidos, esta união aconteceu através das associações de bairro. Estimuladas pelo prefeito Pelópidas Silveira, as associações de bairro surgem a partir do ano de 1955, tinham por missão servir de ponte entre a prefeitura e a população das comunidades periféricas. Após o golpe de 1964 muitas delas são fechadas e proibidas, porém os movimentos sociais de bairro ressurgem com o apoio da Igreja Católica Progressista, que desempenha importante papel para a continuidade dos poucos movimentos sociais restantes durante o período ditatorial, mesmo sob dura vigilância e repressão por parte dos aparatos policiais estruturados pelo Estado de exceção. Esta experiência de resistência foi importante para o fortalecimento dos movimentos de bairro durante a década de 1980 e para a formação de uma nova democracia, mais participativa e popular, na qual se pudesse incluir os excluídos da sociedade, ampliando o acesso à cidadania. Esta dissertação tem o objetivo de estudar as “*Lutas e resistências*” dos moradores da periferia através das associações de bairro, antes e durante a Ditadura Militar, procurando destacar sua formação e práticas; suas táticas de resistência e sobrevivência; as formas como lidavam com a vigilância e repressão promovidas pelo DOPS-PE no âmbito de uma política de controle social; e, de que forma as práticas dentro das associações contribuíram para a percepção da importância da democracia nas lutas pela justiça e inclusão social.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; DOPS-PE; Democracia; Periferia.

## **ABSTRACT**

Our research will be around "STRUGGLES AND STRENGTH OF RESIDENTS OF RECIFE CITY PERIPHERY (1955-1988)". In many moments of history it was shown that the inhabitants of the periphery are defined as those excluded from history who could be protagonists from the moment they got together and organized themselves as a class. On the outskirts of the city of Recife was no different. The popular, excluded from citizenship, have teamed up to make it possible to have their rights guaranteed, this union happened through the neighborhood associations. Spurred by the mayor Pelopidas Silveira, neighborhood associations arise from the year 1955, they had the task of serving as a bridge between the city and the population of outlying communities. After the 1964 coup many of them are closed and prohibited, but social movements neighborhood resurface with the support of the Catholic Church Progressive, which plays an important role in the continuity of the few remaining social movements during the dictatorial period, even under harsh surveillance and repression by police apparatus structured by the state of exception. This resistance experience was important for the strengthening of neighborhood movements during the 1980s and the formation of a new democratic, more participatory and popular, which could include those excluded from society, expanding access to citizenship. This thesis aims to study the "struggles and resistances" of the residents of the periphery through the neighborhood associations before and during the military dictatorship, seeking to highlight their training and practice; their resistance tactics and survival, the ways in dealing with the surveillance and repression promoted by DOPS-PE within a social control policy; and how the practices within the associations contributed to the perception of the importance of democracy in the struggle for justice and social inclusion.

**Keywords:** Social movements; DOPS - PE; Democracy; Periphery.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: “COMUNISTAS AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO”: TRAJETÓRIA E ARTICULAÇÃO POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO(1955-1964).....</b>	<b>28</b>
1.1 DA LAMA AO MORRO: LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO E O SURGIMENTO DE UM SENTIDO DE COMUNIDADE E IDENTIDADE NA PERIFERIA DO RECIFE.....	28
<b>1.1.1 A Liga Social contra o Mocambo no governo de Agamenon Magalhães.....</b>	<b>30</b>
<b>1.1.2 Problemas e impasses na Liga Social Contra o Mocambo.....</b>	<b>35</b>
<b>1.1.3 Os excluídos da Liga: Construindo o sentido de comunidade e identidade.....</b>	<b>39</b>
1.2 EIS QUE SURGE AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO.....	43
1.3 AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO NA MIRA DO DOPS.....	58
<b>CAPÍTULO 2: ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA PROGRESSISTA NAS COMUNIDADES POBRES DO RECIFE (1964-1979) .....</b>	<b>75</b>
2.1 UMA NOVA IGREJA SE ANUNCIA.....	75
2.2 ATUAÇÃO DA IGREJA PROGRESSISTA NA PERIFERIA DO RECIFE: OPERAÇÃO ESPERANÇA, CONSELHOS DE MORADORES E AS CEB’S.....	88
<b>2.2.1 “Quem espera sempre alcança três vez salve a esperança”: Operação Esperança e os Conselhos de Moradores.....</b>	<b>88</b>
<b>2.2.2 “Pobre evangelizando pobre”: o Encontro de irmãos nas comunidades carentes do Recife.....</b>	<b>98</b>
<b>2.2.3 O Morro da Conceição e a ação da Igreja Progressista na comunidade.....</b>	<b>103</b>
2.3 O DOPS-PE E SUA RELAÇÃO COM A IGREJA PROGRESSISTA E OS CONSELHOS DE MORADORES.....	110
<b>CAPÍTULO 3: REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPECTATIVA: ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR DOS MOVIMENTOS DE BAIRRO DO RECIFE NA POLÍTICA MUNICIPAL (1979-1988).....</b>	<b>125</b>

3.1 ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO E A GESTÃO GUSTAVO KRAUSE: AINDA SOB A DITADURA.....	130
<b>3.1.1 Moradia e repressão policial.....</b>	<b>135</b>
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DURANTE A PREFEITURA DE JARBAS VASCONCELOS.....	138
<b>3.2.1 Aparelhamento das associações de bairro do Recife durante a década de 1980.....</b>	<b>143</b>
3.3 MOVIMENTOS DE BAIRRO E POLÍTICA: COOPERADOR OU Opositor DO ESTADO?.....	147
<b>3.3.1 Cooperador ou opositor?.....</b>	<b>153</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>156</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>160</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>164</b>

## INTRODUÇÃO

Ao escolher o tema das “LUTAS E RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA PERIFERIA DA CIDADE DO RECIFE (1955-1985)”, não deixamos de pensar nas lições de Michel de Certeau acerca do lugar social do historiador quando nos diz que “o passado é, também, ficção do presente”. Disto também decorre que “o real que se inscreve no discurso historiográfico provém das determinações de um lugar”.<sup>1</sup> Foi com este pensamento que resolvemos iniciar esta introdução, explicando, de forma breve, a minha ligação com a pesquisa que realizei, pois o meu objeto de estudo é muito próximo a mim e o meu interesse em estudá-lo surgiu antes mesmo de cursar a graduação em História. Porém, procurarei ser breve.

Antes de cursar História, fiz a faculdade de Turismo e Hotelaria. No último ano de curso, em 2008, tive que escrever a monografia. Decidi, então, trabalhar com a área onde morava, nos morros do bairro de Casa Amarela, precisamente no Alto José Bonifácio. A proposta foi elaborar um roteiro de Turismo Cultural, aproveitando as diversas manifestações populares, como: Maracatus, Afoxés, Caboclinhos e a variedade gastronômica que encontramos no bairro. Ao pesquisar a história do bairro de Casa Amarela, encontrei, na internet, um artigo de Eliana Oliveira de Lima Freire, intitulado “*Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela – Recife - PE 1964-1985*”. Este artigo chamou minha atenção por contar uma história muito próxima a mim, mas que eu não conhecia. O artigo conta a história das associações de bairro e a atuação da Igreja Católica nos morros de Casa Amarela a partir do trabalho do Padre Reginaldo Veloso.

De imediato, lembrei-me que, quando criança, frequentava as festividades da Associação dos Moradores do Alto José Bonifácio, já que o avô das minhas primas fora presidente de lá, e que o Padre Reginaldo Veloso fora o mesmo que celebrou a primeira comunhão dos meus irmãos. Encontrar este artigo foi uma grata surpresa, pois pude conhecer as histórias de lutas e de resistências da comunidade onde nasci, perceber que muitos daqueles heróis e heroínas anônimos eram meus vizinhos, parentes e pais de amigos. Esta história me fez valorizar ainda mais a periferia do Recife, que até hoje sofre discriminação e ainda enfrenta o descaso do poder público.

Quando terminei o curso de Turismo e Hotelaria pensei em fazer outro curso superior, e escolhi História por ser uma área que me motiva a estudar. Após minha aprovação, antes

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 21.

mesmo de iniciar o curso, já pensava em pesquisar as associações de bairro. No segundo período do curso, procurei concorrer às bolsas de iniciação científica PIBIC/PIC, e ouvi falar de uma professora que pesquisava o período do Regime Militar, Prof<sup>a</sup>. Marcília Gama. Como as associações tinham sofrido repressão policial durante este período, a procurei para ser minha orientadora; o convite foi aceito prontamente por ela. A partir daí, foram dois anos de pesquisa no Programa de Iniciação Científica – PIC, além de outros trabalhos desenvolvidos com a professora referida. A pesquisa se desdobrou neste projeto de mestrado, no qual dou continuidade aos meus estudos e análises sobre o tema.

As pesquisas me mostraram que as Associações de Bairro surgiram no Recife a partir de 1955 com o apoio do prefeito Pelópidas Silveira e da Frente do Recife. Tinha como missão servir de ponte entre as comunidades carentes e a prefeitura da cidade. Através de reuniões, os moradores elegiam suas prioridades para o bairro, a maioria estava ligada a infraestrutura, como: acesso à luz elétrica, ônibus, água potável, escolas etc. Porém, como a Frente do Recife era uma coligação ligada a partidos de esquerda, logo essas organizações foram chamadas de comunistas e passaram a sofrer vigilância e repressão da polícia. Com o fortalecimento da Frente do Recife, as associações continuaram funcionando até 1964, mesmo sob vigilância da Delegacia da Ordem Política e Social – DOPS-PE. A partir do Golpe Militar, as associações de bairro foram desarticuladas e proibidas.

Os movimentos de bairro ressurgem em 1965, por iniciativa de Dom Helder Câmara e da Igreja Católica Progressista, que através de uma nova teologia, volta suas atenções para os mais carentes, trabalhando e sendo importante para o reerguimento dos movimentos sociais de bairro. Porém, essa igreja e sua iniciativa junto aos mais pobres também sofreram vigilância e repressão dos órgãos militares. Apesar disso, movimentos de bairro, como as associações de moradores, continuaram a existir; e no período de redemocratização, 1979 – 1988, as associações de bairro crescem e aumentam sua atuação na cidade.

Com isso, esta pesquisa tem a finalidade de estudar as associações de bairro; como foi seu surgimento, desenvolvimento e suas práticas; o que significou a democracia popular na qual estas associações participaram antes do golpe de 1964; como foi a resistência dos populares para manter um movimento social de bairro durante o Regime Militar mesmo sob vigilância do DOPS-PE; e de que forma isto contribuiu para uma nova democracia, que se anunciava a partir da década de 1980.

## Diálogos teóricos historiográficos

A História e seu conceito passaram por muitas modificações durante o tempo. Antes vista como uma forma de aprender com os erros do passado, ela ganhava um sentido cíclico, repetitivo, utilizava-se a experiência do outro para tomar as decisões. A História na modernidade era “um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos”<sup>2</sup>. Tendo em vista a História como uma “coleção de eventos”, ela nos apresentava “tudo aquilo que poderia ser usado de novo em uma oportunidade semelhante”<sup>3</sup>.

No século XVIII, com o Iluminismo (*Aufklärung*), a visão sobre a história muda para o que hoje chamamos de história em si, *Geschichte*, para os alemães. Os iluministas acreditavam em diferentes tempos e períodos de experiência, substituindo o lugar da história como exemplo<sup>4</sup>. A “*Geschichte*” tem como significado o acontecimento em si, o fato histórico, mas também é o seu relato, sua escrita e o resultado desse desenvolvimento, como afirma Koselleck (2006):

“*Geschicht*” significou originalmente o acontecimento em si ou, respectivamente, uma série de ações comedidas ou sofridas. A expressão alude antes o acontecimento (*Geschehen*) em si do que a seu relato. No entanto já há muito tempo “*Geschichte*” vem designado também o relato, assim como “*Historie*” designa também o acontecimento.<sup>5</sup>

A Revolução Francesa (1789) era uma experiência nova nunca vista antes, isso corroborou com o pensamento iluminista de tempos e experiências diferentes, ajudando a derrubar a imagem que a História tinha de “mestra da vida”, utilizada como exemplo da experiência alheia para as questões políticas. A História, então, veio à luz de outra forma, ela traz consigo “imagens rejuvenescidas”, uma maior capacidade de representação, procura “extrair do acontecimento casual uma ordem interna”<sup>6</sup>.

Desta forma, a História (*Geschichte*) passou a ser uma ciência da reflexão, o caso isolado deixa de ter caráter político-didático, mas coloca aquele que a apreende de maneira

<sup>2</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006. p. 42.

<sup>3</sup> Ibid., p. 43-45.

<sup>4</sup> Ibid., p. 47.

<sup>5</sup> Ibid., p. 48.

<sup>6</sup> Ibid., p. 51.

compreensível em uma posição em que deve influir no futuro<sup>7</sup>. O passado está no presente de outra forma, a partir de novas experiências.

Assim, encaramos a história como uma ciência que reflete sobre o passado, analisando as diferentes conjunturas e fatos. Possui um método próprio no qual busca realizar representações do passado. Ela também é uma escrita. É a partir daí que um acontecimento vira história.

O historiador, para produzir esta história reflexiva, precisa realizar uma “operação historiográfica” fundada em três princípios que se complementam: “um lugar social, uma prática e uma escrita”. É o que Michel de Certeau aborda como metodologia para a produção historiográfica. Assim como outras ciências, a história possui seus métodos, os quais irão lhe garantir legitimidade e reconhecimento no presente.

Para Certeau (2006), “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural”<sup>8</sup>, e é em função deste lugar que iremos estabelecer os métodos e a organização documental da pesquisa. Os métodos seguem uma norma institucional e as leis de um meio o que lhe fornece o caráter científico. Utilizando os métodos adequados, o historiador conseguirá o reconhecimento dos pares, o progresso em relação ao estatuto atual e abrirá caminho para novas pesquisas<sup>9</sup>.

O lugar, acima de tudo, nos permite uma análise do corpo social. Tanto para o marxismo quanto para o freudianismo, toda análise será dependente das relações criadas socialmente ou analiticamente<sup>10</sup>.

Mas a história, além de possuir um lugar, é também uma prática. Ela não é algo já pronto e acabado, só existe quando é lembrada e contada por alguém, seja por via oral ou escrita; ela precisa ser produzida, precisamos “fazer a história”, sendo assim ela é uma prática. Para Certeau (2006), o historiador trabalha com seus métodos, estudando o tempo e seus objetos, estabelece ligações entre os papéis, discursos e objetos, fazendo desses sua matéria prima para o produto final, torna uma fonte de curiosidade em história<sup>11</sup>. Esta não é uma tarefa fácil de ser feita, é preciso ter um olhar diferente sobre a fonte, para que não sejamos enganados por ela. Para Certeau (2006), “Quando o historiador supõe que o passado já dado se desvenda no seu texto, ele se alinha com o comportamento do consumidor. Recebe,

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 59-60.

<sup>8</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes e fazeres**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 66.

<sup>9</sup> Ibid., p. 72-73.

<sup>10</sup> Ibid., p. 77.

<sup>11</sup> Ibid., p. 79.

passivamente, os objetos distribuídos pelos produtores”<sup>12</sup>. Por isso, na medida em que vamos produzindo as nossas fontes, separando textos, objetos, fornecendo novos sentidos aos materiais, faz-se necessário interrogá-los. O historiador é um colecionador de informações, objetos, relatos, ele trabalha para dar ordem e sentido nestas coisas, constrói, ou reconstrói, através desta coleção de miniaturas, a história<sup>13</sup>.

Em história é preciso transformar a prática em escrita. Esta é ponte de chegada e também de fuga da pesquisa historiográfica<sup>14</sup>. Após identificar um lugar e partir para a prática, pesquisando e formando suas coleções, a escrita é o fim do processo historiográfico; tão importante quanto outras etapas, ela será o resultado final de anos de trabalho. Nessa escrita da história, Certeau (2006) nos chamara atenção para o acontecimento e o fato, segundo ele:

O acontecimento é aquele que recorta, para que haja inteligibilidade; o fato histórico é aquele que preenche para que haja enunciados de sentido. O primeiro condiciona a organização do discurso; o segundo fornece os significantes, destinados a formar, de maneira narrativa, uma série de elementos significativos. Em suma, o primeiro articula, e o segundo soletra.<sup>15</sup>

O historiador utiliza o acontecimento como suporte para organizar os documentos, como o ponto de partida; a partir desse acontecimento saberemos quais ações deveremos tomar para a elaboração da pesquisa, além de fornecer-nos inteligibilidade sobre o objeto estudado. Já o fato, por sua vez, nos fornece sentidos e elementos significantes que nos permitem elaborar a narrativa histórica. Ainda para Certeau (2006), o historiador, com seu discurso, enterra o passado, o morto, mas abre caminho para nos situarmos no presente; marcando o passado damos um lugar para o morto<sup>16</sup>.

A historiografia, no fim do século XX, abriu-se para um campo vasto de investigações e temas, como a história da mulher, história oral, micro história etc. (BURKE, 2007). Nosso trabalho se insere na história social. Para conhecermos melhor esse campo de estudo e suas definições, ficamos com o conceito fornecido por Koselleck (2006). Segundo o autor:

Constituem objeto da história social a investigação das formações das sociedades ou as estruturas constitucionais, assim como as relações entre grupos, camadas e classes; ela investiga as circunstâncias nas quais ocorreram determinados eventos, focalizando as estruturas históricas de médio e longo prazo, bem como suas alterações.<sup>17</sup>

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 80.

<sup>13</sup> Ibid., p. 82.

<sup>14</sup> Ibid., p. 94.

<sup>15</sup> Ibid., p. 103.

<sup>16</sup> Ibid., p. 107.

<sup>17</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Op.Cit.**, p. 97.

Desta forma, os movimentos sociais são estudados pela história social por aglutinar uma classe ou grupos de interesses comuns que buscam alterar uma realidade, interferindo na formação da sociedade e interagido com a política a ponto de alterar as estruturas constitucionais. Os movimentos sociais criam eventos a partir de uma mobilização social, no qual o grupo interage e vive a mesma experiência, às vezes vivenciada de maneira diferente, ou seja, são movimentos históricos, por isso são estudados pela historiografia.

Ainda para Koselleck (2006), a história ajuda a formar conceitos que, ao longo dos anos, podem ser modificados e ganhar novos sentidos. O estudo sobre a história do conceito é de fundamental importância para a história social, pois os conceitos remetem a aspectos políticos, sociais, reúnem experiência histórica, além de “características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito”<sup>18</sup>. Logo, “A história social que queira proceder de maneira precisa não pode abrir mão da história dos conceitos, cujas premissas teóricas exigem preposições de caráter estrutural”<sup>19</sup>.

As mudanças acarretadas pela Revolução Francesa e Revolução Industrial influenciaram no nascimento da sociologia e de questões problematizadas pela história social. A partir daí, novos conceitos surgiram, como sociologia, socialismo, liberalismo, anarquismo, etc.; termos existentes até hoje. Desta forma, estudar os conceitos é importante para a história social já que a história dos conceitos é “um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político”<sup>20</sup>. Com isso, a partir dos seus métodos, “a história dos conceitos fornece indicadores para a história social”<sup>21</sup>.

É durante o século XIX que surgem os movimentos sociais modernos, presentes até hoje em nossa sociedade, estes grupos desempenham importante papel na vida política, social e cultural de vários países. Atuam no equilíbrio das relações entre governo e população, possuindo importante papel para a democracia; ganham importância e tornam-se, hoje, fonte de pesquisa da história social. No século XX, os movimentos sociais passaram a chamar a atenção dos estudiosos que formularam as teorias e conceitos sobre eles.

---

<sup>18</sup> Ibid., p. 109.

<sup>19</sup> Ibid., p. 118.

<sup>20</sup> Ibid., p. 103.

<sup>21</sup> Ibid., p. 107.

Na lógica dos movimentos sociais, também circulam teorias e conceitos. Para Ammann (1991), ao analisar Castells e Touraine, “Movimento Social é uma coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”<sup>22</sup>. Porém, conceituar os movimentos sociais não é tão simples, pois se tratam de organizações heterogêneas e possuem interesses diversos. Em sua maioria, lutam por uma causa de interesse comum a um determinado grupo, surgindo, assim, a partir de uma consciência de classe. Tomaremos aqui o conceito de classe entendido por E. P. Thompson (2004) no qual a classe é considerada

um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto, é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.<sup>23</sup>

Nesta dissertação, procuraremos relatar as experiências das associações de bairro, dos seus membros, da formação de uma identidade em comum, do sentido de classe dos moradores da periferia, que dividiam as mesmas experiências, e do laço de solidariedade, construído a partir de suas relações.

Os movimentos sociais, dentre eles os movimentos de bairro, surgem a partir de uma consciência de classe construída por experiências em comum, unidos pelos mesmos interesses e contra aqueles que possuem interesses contrários dos seus, como afirma Thompson (2004):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.<sup>24</sup>

Os opositores, contra os quais movimentos sociais lutam, podem vir da esfera pública, como o Estado aliado a outros grupos contrários as suas ações; ou da esfera privada, em sua maioria uma elite que detém o poder e forte influência sobre os órgãos superiores. No caso dos movimentos de bairro do Recife, este foi aliado ao governo de esquerda da metade da década de 1950 até a outra metade da década de 1960, mas contrários ao governo autoritário que emergiu após o golpe de 1964.

<sup>22</sup> AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991. p. 22.

<sup>23</sup> THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I**. 4ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 09.

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 10.

Outra maneira de olharmos como surgem os movimentos sociais vem do *Funcionalismo*, teoria norte-americana desenvolvida a partir das ideias de Parsons. Essa teoria acredita que é a inquietação social, assim como períodos de incerteza, de impulsos reprimidos e mal-estar, que impulsiona os movimentos sociais. Sempre quando há uma inquietação social a mudança se torna quase inevitável<sup>25</sup>.

Quanto aos movimentos sociais na América Latina, Ilse Scherer-Warren (2005) nos diz que os movimentos Latino-americanos sofreram a influência das teorias europeias, dos estudos dos latino-americanistas (estrangeiros que estudaram o continente latino) e de produções de autores latino-americanos.

Um dos mais importantes movimentos criados na América Latina foi a “*Teologia da Libertação*”. Esta teologia procura lutar por uma sociedade justa e igualitária, proporcionando um novo papel para a igreja católica e para a prática cristã. O seu objetivo era libertar o povo latino-americano das diferentes formas de opressão que sofre há séculos, assim como salvá-los do “pecado”<sup>26</sup>.

A *Teologia da Libertação* revelava a escolha da Igreja pelos mais pobres, se isso não quebrou o seu vínculo com as elites, ao menos significou uma rachadura nessa relação secular. Para implementar a nova teologia, foi preciso criar uma nova forma eclesial, como afirma Boff (1998):

Os anos do pós Medellín (1968-1979) significaram para a igreja um esforço gigantesco de tradução desta opção fundadora para uma nova prática eclesial. Efetivamente, de Medellín (1968) a Puebla (1979), a igreja configurou uma nova imagem: solidária com as causas dos pobres, corajosa em face do Estado autoritário, defensora dos direitos dos humildes e encarnada muito mais nos meios populares com milhares de Comunidades Eclesiais de Base onde o povo se reúne para rezar, refletir comunitariamente e organizar práticas comunitárias de sentido libertador.<sup>27</sup>

As *Comunidades Eclesiais de Base – CEBs* foram importante para a implementação dos projetos dessa nova igreja popular, por isso ela incentivou o surgimento de

Comunidades populares de base, onde predomina a característica popular. Nascidas na igreja-grande-instituição, as CEBs elaboraram sua autonomia própria, dentro de uma maneira própria de ser igreja, de organizar os ministérios, de distribuir a palavra e de fazer a síntese entre fé e vida. A reflexão nas CEBs não se reduz a uma

<sup>25</sup> GOHN, Maria da Glória. **Teorias Dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 4ª edição. São Paulo: Ed: Edições Loyola, 2004. p. 39-40.

<sup>26</sup> SCHERER-WARREN Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005. p. 32-33.

<sup>27</sup> BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 66.

totalização *ad intra* (para dentro), mas se abre ao exercício da razão crítica, desocultando os mecanismos geradores de sua pobreza.<sup>28</sup>

A *Teologia da Libertação* representou uma ameaça à aliança entre a igreja católica, o Estado de exceção e as classes dominantes daquele momento. Isso porque esta teoria pregava o trabalho junto aos mais oprimidos e procurava conscientizar esta parcela da população a lutar por melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que refletiam sobre sua condição de pobreza e porque eram pobres.

Na América do Sul, a *Teologia da Libertação* condenava as ditaduras e procurava trabalhar para libertar o povo de todo o tipo de opressão a que eram submetidos. A consciência e mudanças de valores eram estimuladas com base na discussão e leitura da bíblia. Um dos seus objetivos era fazer com que os direitos humanos fossem respeitados, dentro dos valores cristãos, de amor ao próximo.

As teorias dos movimentos sociais no Brasil revelam que os movimentos que surgiram no país são: manifestações das classes populares que partem dos bairros – são heterogêneas, surgem devido às contradições urbanas e são contra o Estado, principalmente quando esses estão comprometidos com os interesses das elites sociais. Gohn (1991), afirma que os movimentos sociais urbanos não são apenas criados pelas camadas populares e que os movimentos compostos por esta parcela da população não são homogêneos. Ela ainda diz que “os movimentos populares urbanos comportam projetos político-ideológicos e culturais diferenciados segundo a articulação de forças que contêm”<sup>29</sup>. Essas articulações seriam com o Estado, a igreja e os partidos políticos, em sua maioria, de esquerda.

A partir da década de 1970, surgem os novos movimentos de bairros, em plena ditadura militar. A reorganização desses movimentos só foi possível com o apoio da Igreja Católica. Com o surgimento de novos bairros periféricos, constituídos por pessoas expulsas do seu lugar de origem por conta da especulação imobiliária, a falta de espaço para se discutir os problemas e o medo da repressão fez com que estas pessoas se sentissem seguras sob o manto da Igreja e buscassem soluções para seus problemas em Deus<sup>30</sup>.

Com passar do tempo, os movimentos de bairros cresceram e se tornaram mais independentes da Igreja, a exemplo de dois movimentos: um de ‘Comunidades de Base’, reivindicatório, e outro com um papel mais teológico, que foram as ‘Comunidades Eclesiais de Base- CEBs’. Após 1975, os movimentos crescem e se articulam entre si para buscar

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 73.

<sup>29</sup> GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 35.

<sup>30</sup> Ibid., pp. 53-54.

melhorias urbanas. Eles também desempenharam um papel importante nas ondas de greves em 1978/1979, servindo de apoio aos movimentos sindicais<sup>31</sup>.

Aqui, vamos trabalhar movimentos sociais a partir da ideia de que eles surgem de uma inquietação social no qual pessoas se organizam ‘voluntariamente’ com um propósito definido de procura por mudanças que transformem a realidade coletiva, através de reivindicações no campo político, estabelecendo uma relação de luta contra o poder do Estado ou contra a iniciativa privada. As organizações populares de bairro (associações, conselhos, clubes etc.) também fazem parte dos movimentos sociais por possuírem as características citadas anteriormente; buscam, através de suas inquietações, transformar a realidade da comunidade, fazendo reivindicações e almejando maior participação política. Essas organizações participaram de um longo processo de construção do que hoje conhecemos por cidadania<sup>32</sup>.

Para alcançar seus objetivos, os populares participam dos movimentos sociais de bairro, estabelecendo uma relação de enfrentamento com aqueles que detêm o poder, travando uma disputa inicialmente desigual, exigindo dos populares soluções criativas para os problemas, procurando tirar proveito de situações que lhes beneficiavam e negociavam interesses com os mais “fortes”. Assim, os movimentos populares se posicionam entre fortes e fracos, utilizando a sabedoria popular para driblar as adversidades e conseguir o que desejam. Certeau (2001) irá considerar as relações entre os poderosos e os desprovidos de poder num jogo de estratégias e táticas. Para Certeau (2001) as estratégias são:

O cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta.<sup>33</sup>

A estratégia é utilizada pelos mais fortes, buscam ampliar suas ações trabalhando de acordo com seus interesses. Do outro lado, existem as táticas, utilizada pelos fracos, agindo conforme Certeau (2001) através de:

um cálculo que não pode contar com um próprio nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. (...) Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. (...) mas a sua síntese intelectual tem

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 54.

<sup>32</sup> Entendemos a cidadania como a prática de um conjunto de direitos e deveres que nos cabe. O cidadão é o sujeito que possui e exerce seus direitos e deveres, participa através do voto e por outros meios da vida política da cidade, Estado ou país. Para Ribeiro (2013, p. 22) “o cidadão é o elemento ativo da cidade, da *civitas*: ele toma parte na decisão sobre a coisa pública”. O cidadão possui direitos fundamentais, eles são os direitos: civis, políticos e sociais.

<sup>33</sup> CERTEAU, Michel de. **Op. Cit.**, p. 46.

por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.<sup>34</sup>

O mais fraco aproveita-se de ocasiões para conseguir burlar a estratégia que o mais forte elabora para lhe submeter, enxerga oportunidades para alcançar o que almeja utilizando a astúcia. A retórica também é uma prática utilizada como tática, o discurso tem o objetivo de tornar mais forte a posição mais fraca<sup>35</sup>. Ainda Certeau (2001), “A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular “lugares comuns” e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’”<sup>36</sup>. A retórica utilizada pelo mais fraco teria o poder de manipular e burlar a ordem vigente.

Utilizando táticas como a retórica e a inteligência ou sabedoria popular, os desprovidos de poder realizam a *trampolinagem*, palavra da arte circense de saltar do trampolim e realizar acrobacias. No sentido figurado de Certeau (2001), vira “trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais”<sup>37</sup>, ganha perfil de ações de resistência.

Os populares aproveitam as ocasiões para conseguir o que querem. O período democrático foi a ocasião que despontou como a mais propícia para os mais fracos. Os movimentos de bairro se ampliaram na cidade do Recife no período democrático que vai de 1955 até 1964, recebendo o nome de Associações de Bairro, com muitas reivindicações em pauta.

Para entendermos porque este período foi favorável aos mais fracos vamos refletir sobre o conceito de Democracia. Para Bobbio (1997) a democracia não é fácil de ser definida, porém escolhe como definição mínima de democracia a ideia de

por regime democrático entende-se primeiramente um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.<sup>38</sup>

Outra definição contida no *Dicionário de Política* se aproxima da definição acima, mas traz consigo alguns valores considerados democráticos:

Por democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição de governo e para a formação das decisões

<sup>34</sup> Ibid., p. 46-47.

<sup>35</sup> Ibid., p. 48.

<sup>36</sup> Ibid., p. 50.

<sup>37</sup> Ibid., p. 79.

<sup>38</sup> BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 12.

políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia. (...) certos valores, que são normalmente considerados característicos do ideal democráticos, como o da solução pacífica dos conflitos sócias, da eliminação da violência institucional no limite do possível, do frequente revezamento da classe política, da tolerância e assim por diante.<sup>39</sup>

Observamos que o conceito de democracia, atualmente, pode envolver muitas coisas, inclusive as que condizem com os Direitos Humanos. Sempre se espera muito da democracia, pois é o sistema que, teoricamente, oferece uma maior chance para os desprovidos de poder lutarem por uma participação política que atenda seus interesses como cidadãos. Observamos que a luta é constante, já que do outro lado há forças que trabalham para diminuir este espaço democrático. Bobbio (1997) comenta sobre a expectativa e a realidade da democracia no seu livro *O Futuro da Democracia*, segundo o autor seu texto

Apresenta sinteticamente as transformações da democracia sob a forma de "promessas não cumpridas" ou de contraste entre a democracia ideal tal como concebida por seus pais fundadores e a democracia real em que, com maior ou menor participação, devemos viver cotidianamente.

Após o debate de Locarno creio ser útil precisar melhor que, daquelas promessas não cumpridas — a sobrevivência do poder invisível, a permanência das oligarquias, a supressão dos corpos intermediários, a revanche da representação dos interesses, a participação interrompida, o cidadão não educado (ou mal-educado) —, algumas não podiam ser objetivamente cumpridas e eram desde o início ilusões; outras eram, mais que promessas, esperanças mal respondidas, e outras por fim acabaram por se chocar com obstáculos imprevistos<sup>40</sup>.

Vemos que a democracia brasileira se distancia da democracia ideal, pois nossa realidade aponta para um quadro de “promessas não cumpridas” e de uma “permanência das oligarquias” e “supressão dos corpos intermediários”, durante boa parte da nossa curta experiência democrática. Muitos fatores podem justificar as promessas não cumpridas, que torna a democracia real distante da ideal, mas sempre há um jogo de interesses no qual o “poder invisível” – ou não tão invisível assim – se sobressai por possuir mais recursos para que seus interesses sejam atendidos.

Porém, para se chegar a este conceito atual, a democracia passou por muitas mudanças, da polis ateniense até os dias atuais, e principalmente a partir do século XVIII. O advento da Revolução Industrial influenciou a formação dos grandes Estados modernos e ganhou um caráter de mudança social, como afirma Koselleck (2006):

<sup>39</sup> BOBBIO, Noberto et al. **Dicionário de Política**. 11ª edição. Brasília: UnB, 1998. p. 326.

<sup>40</sup> BOBBIO, Noberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 10.

No século XVIII, o conceito de democracia foi atualizado para designar novas formas de organização dos grandes Estados modernos. No que diz respeito ao governo das leis ou ao princípio de igualdade, os velhos significados são retomados e modificados. Mas, no que diz respeito às mudanças sociais em decorrência da Revolução Industrial, são acrescentadas novas valências ao conceito: ele se torna um conceito de expectativa que, sob a perspectiva histórico-filosófica- seja legislativa ou revolucionária- precisa satisfazer necessidades até então desconhecidas, que despontam continuamente, para poder liberar seu verdadeiro sentido. Finalmente, "democracia" se torna um *arquilexema*, um conceito generalizante, que, daqui por diante, tomando o lugar de "república" (= *politeia*), impele todos os outros tipos de Constituição para a ilegalidade como forma de governo. Por trás dessa generalidade global, que pode ser ocupada, do ponto de vista político, de modos completamente diversos, faz-se necessário moldar novamente o conceito por meio de definições adicionais. Somente assim é que ele pode ser funcional politicamente: surgem a democracia popular representativa, a cristã, a social etc.<sup>41</sup>

Em decorrência da Revolução Industrial, a democracia passa a gerar expectativas de melhorias na questão social, reivindicam-se necessidades até então não conhecidas. A democracia recebe termos adicionais, como a social democracia. Aqui trabalharemos com a democracia popular. Entendemos este conceito como uma democracia na qual o povo tem ampla participação, ou busca este espaço, e procura exercer seus direitos civis, políticos e sociais. Através da participação política e da realização de reivindicações, busca ampliar seus direitos, principalmente os sociais, fazendo da democracia uma região de expectativas ou de desejo. Ribeiro (2013) afirma a tese sobre a democracia de que esta é o regime do desejo, pois é a partir do desejo que se reivindicam novos direitos<sup>42</sup>. Logo, a população mais pobre luta para abrir cada vez mais o espaço da democracia, aproveitando-se dela para exercer seus direitos e reivindicar mais direitos. Isto também contribui para um atrito maior com as classes dominantes que receiam perder riqueza para os mais pobres.

O conceito de democracia popular se assemelha com o conceito Aristotélico, que vê a democracia como: “o Governo dos pobres contra os ricos, isto é, é um Estado de classe, e tratando-se da classe dos pobres, é o Governo da classe mais numerosa ou da maioria (e é esta a razão pela qual a democracia foi mais execrada do que exaltada no decurso dos séculos)”<sup>43</sup>. Se durante séculos a democracia foi evitada por ser considerada o governo dos pobres, atualmente ela é valorizada, porém, está distante de ser de fato um governo dos pobres, ou dos que não detém o poder. Por isso, desde a década de 1980 se fala em crise da democracia. Bobbio (1997) nos diz que a democracia se tornou um sistema de promessas não cumpridas,

<sup>41</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Op.Cit.**, p. 107.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. Folha Explica. 3ª edição. São Paulo: Publica Folha, 2013. p. 44-45.

<sup>43</sup> BOBBIO, Norberto et al. **Op.Cit.**, 1998. p. 328.

corrompida por um poder invisível, no qual grupos de poder se sucedem através de eleições livres, sendo esta a forma encontrada pela democracia para a sua concreta atuação<sup>44</sup>.

Porém a imagem que se tinha da democracia no Brasil, na década de 1950, até fins de 1980, era de uma democracia Aristotélica, e isso irá motivar o surgimento de vários movimentos sociais, inclusive os de bairro.

Após a década de 1950, os mais pobres, através dos movimentos sociais, tanto rurais como urbanos, obtiveram mais espaço na vida social das cidades e dos campos. Na busca por melhorias sociais, se organizavam, faziam greves, votavam nos políticos que possuíam mais simpatia pelas suas causas, desta forma foram ampliando seu espaço. Enquanto isso, a elite brasileira se assustava e exigia ações enérgicas para não perder seus privilégios. Veio o golpe militar de 1964. No entanto, mesmo durante o Regime Militar, os movimentos sociais reorganizam-se com o apoio da igreja progressista, passando a criar táticas de sobrevivência, e expandem-se com o processo de redemocratização na década de 1980. Não é à toa que o período de redemocratização foi um momento de grande expectativa, pois esperava-se um futuro melhor, com o país menos autoritário e mais democrático.

Situada com estas noções e visões da história que nos levaram ao estudo das lutas e resistências dos moradores da periferia do Recife, procuramos distribuir nossa pesquisa nos capítulos que se seguem. No primeiro capítulo desta dissertação, procuramos compreender a questão da moradia da população da cidade do Recife ainda durante o Estado Novo, quando vemos surgir a presença marcante dos mocambos, seus habitantes e a Liga Social Contra o Mocambo, programa do governo Agamenon Magalhães que financiava casas, a custo baixo, para trabalhadores. Porém, este programa não conseguiu beneficiar a todos, deixando a maior parte da população carente de fora, com consequências até nossos dias.

Para quem ficou de fora do programa, a situação se tornou ainda mais difícil, pois a construção de mocambos em áreas centrais estava proibida, deixando milhares de pessoas sem moradia. A solução, então, era voltar para o interior do Estado ou habitar a região de morros da cidade. Logo, procuramos analisar como ocorreu o povoamento dos morros do Recife e como se formou um sentido de comunidade e identidade dos moradores da periferia, fator importante para a formação das associações de bairro. Ainda neste capítulo, procuramos observar como foi a formação das associações de bairro, sua organização, ações e conquistas. Também, de que forma ocorreu a vigilância e repressão do DOPS-PE, que servia a secretária

---

<sup>44</sup> BOBBIO, Norberto. **Op.Cit.**, 1997. p. 11.

de segurança do estado, sobre as associações de bairro, já que esse órgão, a partir dos interesses de quem ele representava, as considerava subversivas por estarem ligadas a alguns políticos da esquerda, e as acusavam de serem comunistas.

Para este primeiro capítulo, utilizamos além das fontes bibliográficas, os jornais *Folha da Manhã* e *Jornal Pequeno*, a partir dos quais foi possível compreender as mudanças urbanas que o Recife passava durante o Estado Novo. Também utilizamos a documentação APEJE/DOPS-PE; consultamos prontuários sobre as associações de bairro e sobre o prefeito Pelópidas Silveira; encontramos vários recortes de jornais sobre as associações, mais relatórios de agentes policiais relatando o desenvolvimento das associações e seu caráter “subversivo”, segundo eles. Contamos ainda com entrevistas, cujos relatos orais foram bastante interessantes para compreendermos a formação de um sentimento comunitário por parte dos moradores da periferia. Temos também fotografias dos acervos iconográficos da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ e do Museu da Cidade do Recife.

No segundo capítulo, procuramos entender como se deu o processo de formação da nova Igreja Católica a partir da década de 1950, uma Igreja progressista e voltada para os mais pobres, que atuou de forma corajosa junto aos oprimidos durante os anos ditatoriais. A Igreja progressista foi importante para a manutenção dos movimentos sociais, que permaneceram ativos por estarem ligados a ela, mesmo sob vigilância e repressão da Ditadura Militar. No Recife, essa igreja, através de Dom Hélder Câmara, será fundamental para a reorganização dos movimentos de bairro, da luta por melhorias sociais, pela moradia e pela posse da terra por parte dos mais pobres. Suas ações, sensíveis às causas populares, uniram a Igreja Progressista com parte da população carente, enfrentando a vigilância e a repressão militar do período, abrindo caminhos para a abertura de espaços democráticos e da busca pela redemocratização do país.

Nesse capítulo, utilizamos fontes bibliográficas que nos esclarecem sobre a mudança que a igreja passou para estabelecer seu novo posicionamento. Contamos com relatos orais de pessoas que participaram dos projetos de Dom Hélder nas comunidades do Recife. Também utilizamos notícias dos jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, além de fotografias fornecidas pelo Instituto Dom Helder Câmara – IDHeC. O acervo APEJE/DOPS-PE nos forneceu uma série de recortes de jornais nos quais informam as reuniões episcopais, a nova mentalidade da igreja e os discursos dos seus religiosos da ala conservadora e progressista. Em adição, utilizamos vários relatórios policiais que descrevem os projetos de Dom Helder para as comunidades e as ações de padres junto à população mais pobre.

No terceiro capítulo desta dissertação, pretendemos trabalhar o período de redemocratização, como foi a nova organização das associações de bairro, a partir do processo de abertura política, e a participação popular no processo de redemocratização em que atravessava o país. Neste momento, vamos analisar a atuação do Prefeito Gustavo Krause, no início da década de 1980, na periferia do Recife, de modo a perceber o que mudou e o que permaneceu na relação entre o Governo e as associações de bairro, assim como as práticas e discursos policiais em relação às comunidades da cidade. Também analisamos a prefeitura de Jarbas Vasconcelos, prefeito eleito pelo voto direto, e sua relação com os movimentos de bairro naquele novo cenário da política nacional de reinício da democracia.

Aqui trabalharemos com os jornais comunitários pertencentes ao acervo APEJE; com o Diário Oficial da prefeitura de Jarbas Vasconcelos, encontrados na página digital da CEPE; os periódicos e cartazes digitalizados, encontrados na página do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (CVPS); além de referências bibliográficas sobre o tema e período.

**CAPÍTULO 1:**  
**“COMUNISTAS AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO”: TRAJETÓRIA E**  
**ARTICULAÇÃO POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO (1955-1964)**

1.1 DA LAMA AO MORRO: LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO E O SURGIMENTO DE UM SENTIDO DE COMUNIDADE E IDENTIDADE NA PERIFERIA DO RECIFE.

O Recife da primeira metade do século XX passa por significantes mudanças estruturais, culturais e populacionais. Entre os anos de 1920 e 1940 sua população aumenta 46% devido, sobretudo, ao êxodo rural e a migração de pessoas vindas de outros Estados da região nordeste.

O êxodo rural ocorria por um conjunto de fatores, como a questão do latifúndio, a seca e as injustiças no campo. O latifúndio somado à monocultura da cana de açúcar, na zona da mata de Pernambuco, e a expulsão de camponeses que habitavam áreas de usinas contribuíram para o inchaço da cidade. Além disso, as constantes secas, sem que houvesse um combate efetivo, e a miséria gerada por ela forçava cada vez mais os sertanejos a saírem do seu lugar de origem para o Recife em busca de trabalho e melhores salários. As injustiças no campo persistiam; pequenos agricultores eram obrigados a se retirarem da terra em que trabalhavam por sofrerem ameaças, as leis trabalhistas, criadas durante o governo Vargas, não foram expandidas para o campo, com isso os trabalhadores rurais permaneceram sem direitos e longe do alcance da justiça.

A cidade não estava preparada estruturalmente, nem economicamente, para este aumento populacional. Com isso, em 1939, cerca de um sexto da população se encontrava desempregada e havia na cidade quarenta e cinco mil mocambos<sup>45</sup> abrigando uma parcela significativa da população<sup>46</sup>.

O mocambo era uma presença marcante na cidade e causava grande repercussão na imprensa e na literatura. Os jornais comentavam sobre a precariedade e miséria existente naqueles casebres. Já Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos* (2004), fez um elogio à

<sup>45</sup> Casas localizadas sobre a lama dos mangues em áreas alagadiças. Feitas de pau e barro batido, tendo o telhado formado por palha ou lata. Segundo Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, tinham influência das construções indígena e africana, poderia ser dividida em sala, quarto e sala de jantar, ou possuir menos cômodos. A população do mocambo possuía sua própria organização social e desenvolviam atividades econômicas na própria localidade, como criação de animais, pesca e coleta de caranguejos e mariscos, mais o aluguel de mocambos.

<sup>46</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. *As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)*. Caderno de Estudos, v. 1. Nº 2. Recife: Massangana, 1985. p. 161.

habitação por considera-la mais fresca que os sobrados, vendo nela um espaço habitacional mais higiênico do que dos burgueses:

Pode-se até sustentar que o morador de mucambo construído em terreno seco, enxuto, a cobertura dupla protegendo-o bem da chuva, foi e é individuo mais higienicamente instalado no trópico que o burguês e sobretudo a burguesa do antigo sobrado. Ou que o pequeno burguês de casa térrea<sup>47</sup>.

Porém, no Recife, diferentemente do que afirma Gilberto Freyre na citação acima, é preciso destacar que: a maior parte dos mocambos se encontravam nas áreas de mangue e alagados da cidade, alguns possuindo cobertura de lata, o que esquentava a residência e impedia a circulação de ar, permitindo que o ambiente se tornasse ainda mais insalubre. Eram casas improvisadas, sem saneamento, não ofereciam conforto aos seus moradores. Além disso, no mocambo residia a pobreza de seus habitantes, mesmo os que possuíam empregos não usufruíam de melhor qualidade de vida. Boa parte das famílias retiravam o seu sustento da própria lama dos mangues que habitavam. A extração e comercialização de caranguejos, peixes e mariscos eram as principais atividades econômicas.

Josué de Castro (1968) denuncia as condições precárias dos habitantes dos mocambos que vivem e tiram seu sustento da lama, o que os tornam “homens anfíbios”, “homens caranguejo”<sup>48</sup>. Os mocambos se encontravam nas áreas de mangue da região central da cidade, principalmente nos bairros do Pina, Santo Amaro e Afogados. Muitos estavam próximos dos sobrados, moradias das pessoas ricas ou da classe média da cidade, e de repartições públicas. Josué de Castro (1968) define o que era o mocambo e quem os habitam:

“Afogados”, “Pina”, Santo Amaro”, zonas dos mangues dos “mocambos”, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão da fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “mocambos”. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopro, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno das Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana<sup>49</sup>.

Os mocambos eram remanescentes do período escravocrata, era o local onde os negros fugidos ou livres habitavam. Com o fim da escravidão e o crescimento urbano, esse tipo de construção proliferou pela cidade, chegando cada vez mais perto dos sobrados.

<sup>47</sup> FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. 15º ad. São Paulo: Global, 2004. p. 301.

<sup>48</sup> Expressões e descrições encontradas nos livros *Documentário do Nordeste e Homens e Caranguejos*.

<sup>49</sup> CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1968. p. 17.

Mas quando as senzalas diminuíram de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas da cidade. (...) também no interior as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mocambos: trabalhadores livres quase sem remédios, sem assistência e sem amparo das casas-grandes<sup>50</sup>.

O mocambo era o resquício do passado, do atrasado, não combinava em nada com a proposta de tornar o Recife uma cidade moderna, bonita e higiênica. O mocambo incomodava a cidade, ofuscava-a, revelava suas misérias e contradições.

Nas décadas de 1930 e 1940 era quase uma unanimidade no Recife: o mocambo era um problema! Era o que expunha a pobreza da cidade e sua severa desigualdade social, sua defasagem habitacional, era o que envergonhava, era o “feio” e deixava a cidade “feia”, era o não civilizado, o atrasado, o que deveria ser retirado.

### **1.1.1 A Liga Social contra o Mocambo no governo de Agamenon Magalhães**

Em 12 de julho de 1939, é criada a *Liga Social contra o Mocambo*, projeto que tinha por finalidade a construção de casas populares e a erradicação dos mocambos. Era um dos principais programas políticos do então Interventor Federal Agamenon Magalhães, homem de confiança de Getúlio Vargas e comprometido com a ideologia do Estado Novo. Segundo Pandolfi (1984), o Estado Novo é conhecido “como um momento crucial para a consolidação do Estado nacional” e tem por características básicas o “fortalecimento do Executivo Federal, o relativo distanciamento e enquadramento das forças sociais através da estrutura corporativista, a abolição dos partidos políticos e o conseqüente controle da vida política do país”<sup>51</sup>. Ainda segundo Pandolfi (1984), o processo de centralização política, o aumento dos aparatos burocráticos-estatais, que buscava uma maior intervenção na esfera política, econômica e social, tem início na Revolução de 30, porém, é consolidado durante o Estado Novo.

Uma das formas encontradas pelo Estado Novo para sua consolidação foi a repressão às mobilizações que estivessem fora do controle estatal; para isso é criada uma polícia política encarregada de investigar e reprimir as ações contrárias ao projeto do novo regime político, a Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS). Como o Estado Novo procurava fortalecer o poder estatal, controlando e organizando a sociedade, buscou envolver os projetos das

<sup>50</sup> FREYRE, Gilberto. **Op. Cit.**, p. 270-171.

<sup>51</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984. P. 43

camadas populares na sua política. Desta forma, passou a “organizar a sociedade, estabelecendo-se entre estes uma forma diversa de relacionamento”<sup>52</sup>.

Esta forma de ditadura abolia as instituições democráticas, fragilizando ainda mais a tentativa de se construir uma democracia nacional. Procurava legitimar-se no poder através de alianças com as elites que os apoiavam, também com a Igreja Católica e ainda incluía as camadas populares no seu projeto político. A preocupação em relação aos problemas trabalhistas e sociais fez do período entre 1930 a 1945 “um momento da legislação social”<sup>53</sup>, colocado a frente dos direitos políticos e civis. A política do Estado Novo foi inspirada no positivismo brasileiro ou ortodoxo baseado no pensamento de Augusto Comte. Essa corrente política afirmava que “o principal objetivo da política moderna era incorporar o proletariado à sociedade por meio de medidas de proteção ao trabalhador e a sua família”<sup>54</sup>.

Assim sendo, as décadas de 1930 e 1940 são marcadas pelas leis trabalhistas, que favoreciam principalmente os trabalhadores urbanos. É desse período a criação do Departamento Nacional do Trabalho, decreto que estabelecia a jornada de oito horas de trabalho para os trabalhadores da indústria e comércio, a regulamentação do trabalho feminino, criação do salário mínimo, fundos de pensão e aposentadoria, entre outros benefícios.

Porém é importante lembrar que estas leis trabalhistas não atendiam ao campo; assim, os camponeses continuaram sem benefícios e recebendo baixos salários, além de lidarem com as tensões causadas pelo latifúndio. Essa situação só fez aumentar o número de retirantes que saíam do campo para a cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida, ampliando o êxodo rural e a miséria nos centros urbanos, já que as cidades não conseguiam absorver toda essa mão de obra.

Segundo Carvalho (2013), a constituição de 1934 fornecia poder ao governo para regular as relações de trabalho, o sindicato devia ser um órgão de cooperação entre os operários, patrões e Estado. Além disso, os sindicatos não possuíam autonomia, o governo controlava e vigiava suas ações, através da presença de delegados que faziam relatórios trimestrais sobre o que ocorriam na organização, intervindo nos momentos de suspeita de irregularidade, como na parte administrativa, financeira e política.

---

<sup>52</sup> Ibid., p. 44.

<sup>53</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Ed.: 17<sup>o</sup>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 110.

<sup>54</sup> Ibid., p. 111.

Agamenon assume a interventoria de Pernambuco em 3 de dezembro de 1937, substituindo o governador Carlos de Lima Cavalcanti<sup>55</sup>. Sua política tem como lema “a recuperação econômica e social de Pernambuco”, procurando promover a erradicação dos mocambos e a manutenção do camponês na terra. Esta última questão ocupava consideravelmente a pauta de trabalho do interventor, que elaborou algumas propostas para a manutenção do camponês no interior. Primeiramente, reconhecia o quadro adverso que o Estado se encontrava graças ao latifúndio, à monocultura e à pobreza no campo; insistia em dizer que a assistência econômica deveria vir acompanhada da assistência social. Segundo Agamenon:

A política Ruralista estaria porém incompleta se, ao lado da assistência econômica, não fizéssemos também assistência social (...) não é possível exigir que o homem se fixe no campo (...) sem que o governo assegure às populações rurais condições de vida semelhante às populações urbanas (...) O meu desejo é que ninguém fuja do interior, da mata ou do sertão porque o Estado não oferece as condições mais elementares de segurança e de vida.<sup>56</sup>

O discurso de Agamenon deixa transparecer o seu desejo de manter o camponês na terra e reconhece que para isso era preciso criar condições favoráveis a esta manutenção. Mas, é importante lembrar que as condições da cidade não eram tão boas em relação ao campo, pois neste período já existiam graves problemas urbanos, como desemprego e moradias. A questão da terra também assolava as áreas urbanas, pois muitos moradores de mocambos foram expulsos da área central da cidade e passaram a ocupar terrenos no qual tinham que para o foro (aluguel de chão) para seus supostos donos, ou seja, a terra era um problema rural e urbano.

As políticas colocadas por Agamenon para manter o camponês na terra foram fundar cooperativas e abrir estradas. Ainda estimulou o arrendamento dos latifúndios para os camponeses cultivarem uma agricultura de subsistência e variada. Procurou combater o latifúndio improdutivo, criando impostos para tal. Identificava o latifúndio, a monocultura e o latifúndio improdutivo elementos que impediam o desenvolvimento do Estado. O interventor fazia duras críticas a existência e permanência desse sistema econômico<sup>57</sup>.

---

<sup>55</sup> Advogado pernambucano, apoiou Vargas na revolução de 1930, foi colocado como interventor em Pernambuco nos anos de 1930 até 1934, quando é eleito governador do Estado. Rompe com Vargas e com Agamenon, seu ex-aliado. Em 1937, acusado de ter contribuído com o levante comunista de 1935, é afastado do governo.

Disponível em:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos\\_de\\_lima\\_cavalcanti](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti). Acesso em: 01/06/2016

<sup>56</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Op. Cit.**, p. 69

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 72-73.

Porém, mesmo identificando os problemas no campo e suas causas, o governo Agamenon, assim como o do Estado Novo, apesar das críticas que realizavam, não foram capazes de combater efetivamente a questão do latifúndio e outros problemas sociais e econômicos do campo. Procuraram apenas mudar as velhas estruturas, mas não destruí-las. Pandolfi (1984) exemplifica isso comentando que Vargas reconhecia os problemas causados pelo latifúndio e admitia as vantagens da pequena propriedade, contudo estimulou os camponeses a migrarem para o oeste do país, principalmente região amazônica, deixando de lado uma possível transformação radical da estrutura fundiária<sup>58</sup>. Com isso, apenas transferia o problema de um lugar para o outro.

Agamenon preocupava-se também com a doutrinação política “utilizando-se, inclusive, para este fim, de instituições já existentes, entre estas a igreja”<sup>59</sup>. Era quem escolhia os prefeitos dos municípios, buscava administrar ele mesmo todos os órgãos administrativos. Ainda retirou privilégios políticos da antiga elite política pernambucana e fez alianças com as que se mostravam simpáticas ao novo governo.<sup>60</sup>

O interventor buscava aliar-se à elite econômica e elaborar projetos para as camadas populares, desta forma seguia a cartilha do Estado Novo que procurava diminuir a luta de classe e formar uma sociedade mais harmônica. Por esse modo, acreditavam que, evitando a luta de classe, a ação dos comunistas seria inibida. Vale ressaltar que, por ser um período ditatorial, a repressão era acionada sempre que os governantes julgassem necessário.

A gestão de Agamenon Magalhães pretendia urbanizar e modernizar o Recife, para isto realizou diversas ações:

Deu continuidade às obras de aterro, pavimentação e arborização urbana e as demolições do bairro Sto. Antônio, construção e reforma de jardins, pontes e pontilhões; como o parque 13 de maio e a Ponte Duarte Coelho; *embelezou* a praia de Boa Viagem; estendeu a iluminação pública acompanhando a edificação das vilas populares, iluminou o Capibaribe e concluiu, em 1944, a substituição da energia à gás pela elétrica.<sup>61</sup>

As obras procuravam fornecer ares de civilização para a cidade e criar ambientes que a classe média poderia usufruir, como parques e jardins. A inspiração para tais ações vinha das cidades europeias.

---

<sup>58</sup> Ibid., p. 74-75.

<sup>59</sup> Ibid., p. 50.

<sup>60</sup> Ibid., p. 51.

<sup>61</sup> GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998. p. 91.

Os setores rodoviário, de habitação popular, saúde pública e educação eram considerados prioritários para o governo estadual. No que condiz a habitação popular, a *Liga Social Contra os Mocambos* seria o maior projeto, o qual procurava solucionar a questão dos mocambos que se alastrava a anos na cidade; de fato, era um assunto de difícil solução. Segundo Pandolfi (1984), a partir da década de 1920, a cada duas novas habitações uma era mocambo; em 1938, o Recife era a primeira em densidade demográfica do país<sup>62</sup>. Com relação aos habitantes dos mocambos, apenas 3,30% eram desempregados; entre os homens, a ocupação exercida era a de artesão, operário, comerciário e empregado do setor de transporte. Já entre as mulheres, a ocupação era de cozinheira, lavadeira, empregada doméstica e outras atividades referentes ao lar.

Os jornais do Recife anunciavam a criação da *Liga Social contra os Mocambos* com entusiasmo, mesmo quando ainda era um projeto. O *Jornal Pequeno*<sup>63</sup> remete à questão enaltecendo o Interventor pela sua “coragem” de enfrentar o problema do mocambo, considerando esta uma ação cristã. Segundo o mesmo Jornal, a ação deveria ser louvada, pois os mocambos não combinavam com uma cidade “civilizada”, além do mais “o mocambo não degrada, só e só, a nós de condição de gente culta, mas é um atentado aos sentimentos cristãos de um povo”<sup>64</sup>. Esta afirmação pode ser uma forma de apelar, junto às classes empresariais e mais abastardas da cidade, doações para a construção das casas populares, já que o próprio interventor realizou várias reuniões com esta classe com interesse de receber doações para o projeto. Lembramos que o Estado Novo mantinha forte vínculo com a Igreja Católica, o próprio Agamenon colocou em seu secretariado jovens católicos que faziam parte da congregação Mariana. Muitas ações propostas pelo interventor eram chamadas de ações cristãs pelos jornais, mas principalmente a Liga Social.

Para a implementação do projeto, Agamenon convocou uma reunião no palácio do governo para empresários da cidade que se mostrassem dispostos a participar da ação doando dinheiro e construindo as casas populares. Além disso, contou com o apoio da Caixa Econômica Federal que construiria mais de três mil casas. Estas habitações ficariam em vilas nas áreas escolhidas pela comissão e seriam financiadas pelas pessoas de baixa renda<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Op. Cit.**, p. 60.

<sup>63</sup> Jornal de larga circulação no Recife durante o período do Estado Novo. Fundado nos fins do século XIX funcionou até a metade do século XX, seguia uma linha conservadora.

<sup>64</sup> Lançamento da Liga Social Contra o Mocambo. *Jornal Pequeno*, Recife, 12 jul 1939.

<sup>65</sup> A Fundação da Liga Social Contra o Mocambos. *Jornal Pequeno*, Recife, 13 jul. 1939.

### 1.1.2 Problemas e impasses na Liga Social Contra o Mocambo



**Fonte:** Pernambuco Arcaico: <<https://www.facebook.com/PernambucoArcaico/photos/pb.270460486407813>. Acesso em: 30/03/2015. Mulheres e crianças ao lado de um mocambo. Ao fundo um Dirigível Zeppelin. A modernidade contrasta com o atraso e pobreza. Fotografia feita por um dos tripulantes do Lz127 Graf Zeppelin, localidade do Jiquiá, Recife 1930.

Como ações de combate ao mocambo, o prefeito da cidade, Novaes Filho, posto no cargo por Agamenon Magalhães, proibiu a construção de novos mocambos e elevou o imposto a ser pago pelos proprietários dos terrenos onde se encontravam este tipo de habitação<sup>66</sup>. Os operários sindicalizados e contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e pensões do Ministério do Trabalho teriam prioridade na compra dos imóveis. Dessa forma, nem todos conseguiriam financiar o novo imóvel. Segundo Pandolfi (1984), esta ação também “ao priorizar os sindicalizados e contribuintes, o governo indiretamente estimulava e fortalecia a sindicalização operária”, como segue:

É interessante notar que a valorização da categoria profissional perpassava todo o projeto em pauta. Ou seja, afinado com a visão corporativa presente na proposta do Estado Novo, o governo estadual estimulava que as unidades habitacionais construídas fossem ocupadas segundo o critério profissional. Não é por acaso que os primeiros conjuntos habitacionais criados no período recebem o nome de Vila dos Pescadores, das costureiras, das cozinheiras, etc.<sup>67</sup>

<sup>66</sup> Liga Social Contra o Mocambo. *Jornal Pequeno*, Recife, 17 jul 1939.

<sup>67</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Op. Cit.**, p. 62.

Porém, ao priorizar os trabalhadores sindicalizados, vários outros eram excluídos do programa. Como já citado acima, boa parte dos trabalhadores dos mocambos estavam ocupados como autônomos, artesãos e as mulheres, principalmente, na atividade doméstica. Para estes setores não haviam regulamentação nem sindicatos; com isso, esses trabalhadores viam-se excluídos da política social do governo, assim como também os trabalhadores rurais. Para Carvalho (2013), a política social do Estado:

Tratava-se, portanto, de uma concepção de política social como privilégio não como direito. Se ela fosse concebida como direito, deveria beneficiar a todos e da mesma maneira. (...) Por esta razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley G. dos Santos como “cidadania regulada”, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.<sup>68</sup>

As ações da Liga Social Contra o Mocambo eram bastante divulgadas pelos jornais da época, estes mostravam apoio e elogiavam a atitude do interventor. Contudo dificilmente poderíamos esperar outra reação dos jornais, pois o Estado Novo possuía o controle sobre os meios de comunicação. Logo, apresentar uma opinião contrária ao Estado não era nada conveniente aos proprietários dos jornais. A constituição de 1937 permitia a intervenção do Estado sobre a imprensa e a apropriação destes meios para divulgação e propaganda governista. Em dezembro de 1938, então, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP; assim sendo, o Estado procurou criar um novo conceito de imprensa, atribuindo-lhe uma função pública e limitando a liberdade de expressão<sup>69</sup>.

A imprensa também era utilizada para difundir as ideias do Estado Novo e formar a opinião pública. O próprio Agamenon Magalhães utilizou este meio para disseminar suas ideias e justificar suas ações. Ele utilizava principalmente o jornal de sua propriedade, *Folha da Manhã*, para esse fim. Segundo o próprio Agamenon, o *Folha da Manhã* era “o órgão de propaganda, de entusiasmo e doutrina, trazendo acesa nas suas colunas editoriais a flama dos princípios que orientam a ação renovadora do Estado”<sup>70</sup>.

Para justificar a *Liga Social Contra o Mocambo*, o interventor escreve em sua coluna no jornal *Folha da Manhã* e para a *Rádio Club de Pernambuco* um pequeno artigo informando sobre “os males do mocambo”. Aproveita a oportunidade para chamar as classes mais abastardas da sociedade para contribuírem financeiramente com a Liga Social:

<sup>68</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Op. Cit.**, p. 114-115.

<sup>69</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Op. Cit.**, p. 51.

<sup>70</sup> Agamenon Magalhães, *apud* PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984. p. 52-53.

O primeiro mal do mocambo é que ele não tem piso, nem água, nem despejo. É um foco aberto para a propagação de todas as epidemias. O typho e a tuberculose têm a sua morada nos mocambos. A verminose devora as criancinhas do mocambo, quase todas opiladas e tristes. Disse-me o Dr. Mario Ramos, diretor da saúde pública, que há em torno dos mocambos 8 mil cacimbas, sendo o esforço dos sanitaristas infernal na luta contra estes focos de infecção permanente. (...) Diante, pois, do mocambo, haverá uma sensibilidade que não estremeça, ou uma consciência que não proteste? Há quem fique, diante de tamanho perigo social, de braços cruzados? Há quem tenha o coração tão duro que se feche ao apelo do governo para fazer uma casa e derrubar um mocambo? Onde estão as mulheres que vendiam suas joias para comprar a liberdade dos negros? Onde se escondem a grandeza varonil dos fidalgos pernambucanos, que se despojavam de honrarias e de bens para lutar pelo direito dos outros? Não há opressão social mais cruel do que a do mocambo.<sup>71</sup>

Para Agamenon e os médicos sanitaristas, os mocambos eram espaços insalubres e disseminadores de doenças, oferecendo um risco para a saúde pública da cidade. Além disso, era um ambiente degradante para os seus habitantes, logo deveriam ser extintos.

Esta é uma situação semelhante a que Sidney Chalhoub descreve no seu livro, *Cidade Febril*, sobre a ação dos médicos sanitaristas para a extinção dos cortiços no Rio de Janeiro durante o período imperial e início da República. As pessoas pobres que habitavam os cortiços eram vistas pelo poder público como “classes perigosas”, por serem consideradas ociosas e transmissoras de doenças. Essa conclusão foi possível a partir do

Diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos.<sup>72</sup>

Para impedir o surgimento de mais cortiços, foram estabelecidas leis que proibiam a construção desse tipo de obra, como também ações de despejo, aumento de imposto e demolição das construções. Medidas essas bastante semelhantes às tomadas pelo Interventor Agamenon sobre os mocambos, cerca de 50 anos após a ação higienista ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. Outra semelhança é que a higienização, acima dos interesses em relação à saúde pública, era uma higienização social. Retirar os mais pobres das áreas centrais e colocá-los em regiões mais afastadas era o objetivo. Com isso, a pobreza e miséria não incomodariam os políticos e a sociedade mais abastada. Era compatível também com interesses de construtoras de olho nos terrenos mais centrais, áreas mais valorizadas da cidade.

A *Liga Social Contra o Mocambo* combateu o mocambo como construção e não a miséria que o habitava, ele “era visto como causa, e não como consequência, de uma situação

<sup>71</sup> Os Male do Mocambo. Agamenon Magalhães. *Folha da Manhã*, Recife, 12 jul 1939.

<sup>72</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 29.

de desigualdade econômica”<sup>73</sup>. Isto fica claro em uma declaração do próprio Agamenon Magalhães, na qual afirma que o mocambo acomoda o trabalhador, por isso ele não se esforça para mudar sua condição; porém uma moradia nova, decente e saneada o estimulará a buscar melhorias para sua vida, o fazendo trabalhar mais<sup>74</sup>. Além disso, o mocambo ainda era considerado o responsável pela vinda das famílias do interior para a capital. Como era uma construção fácil e barata que servia de refúgio para as famílias interioranas, estimulando desta forma a vinda dos retirantes, era o que afirmava a interventoria<sup>75</sup>.

A Liga mostrou resultados pouco expressivos para o que se propôs. Segundo Paldolfi (1984), um relatório apresentado quatro anos após a formação da Liga Social Contra o Mocambo afirma que haviam sido construídas 5.707 casas no Recife e 8.109 no interior, lembrando que em 1937 os mocambos chegavam a mais de 45.000 apenas na capital. Esses dados nos mostram que o número de construções foi muito pequeno para atender à demanda. Além disso, em 1960, o Recife possuía cerca de 100 mil mocambos. Com a menor pressão governamental, os mocambos voltaram para as áreas centrais enquanto a população da cidade só aumentava.

O que a *Liga Social Contra o Mocambo* conseguiu foi empurrar essas moradias para áreas mais distantes do centro, “interrompidas as facilidades de construção, pressionados pela Liga, pela prefeitura e pelos proprietários de terreno ou foreiros, os mocambos foram empurrados para os pontos extremos da cidade<sup>76</sup>”. Dessa forma, o mocambo saiu da lama e foi para o morro, sem que tenha havido mudança social.

Gominho (1998) nos diz que parte dos moradores desalojados dos mocambos partiram para cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, alguns voltaram para o interior com incentivos do governo. Os que insistiram em ficar partiram para fazer seus mocambos nos morros do Recife. No fim da década de 1940, é registrado um aumento populacional significativo nos morros do bairro de Casa Amarela; a notícia de que o governo estava dando casa para os moradores da capital se espalhou pelo interior, muitos vieram para o Recife na esperança de conseguir uma casa e vida melhor<sup>77</sup>.

<sup>73</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves **Op. Cit.**, p. 63.

<sup>74</sup> Agamenon Magalhães *apud* PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984. p. 63.

<sup>75</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. **Op. Cit.**, p. 63.

<sup>76</sup> GOMINHO *apud* PANDOLFI. 1984. p. 67.

<sup>77</sup> GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998. p. 101.



**Fonte:** Acervo iconografia - FUNDAJ. Mocambos na Ladeira do Boi, localizado no Bairro de Casa Amarela. Década de 1940.

### 1.1.3 Os excluídos da Liga: construindo o sentido de comunidade e identidade

A partir da década de 1940, as regiões de morro da cidade começam a ser povoadas mais rapidamente devido às pressões das ações promovidas pela interventoria. A Liga Social contra o Mocambo não conseguiu atender todos aqueles que precisavam de um lar decente, pelos motivos já elencados neste capítulo. Com o crescente aumento populacional, essa parte da população que se viu de fora da Liga passa a habitar cada vez mais as zonas periféricas da cidade. A população que se refugiava nestas localidades passava por inúmeras dificuldades devido à falta de infraestrutura, como água e energia elétrica. Além disso, mais distantes do centro, tinham dificuldades em conseguir trabalho, como afirma Jaccoud (1990):

Assim, caracterizada pelo enorme crescimento populacional, pela grande concentração de renda, pela incapacidade de geração de emprego e incorporação de grande parcela da população ao sistema econômico, o Recife transformou-se numa cidade carente de infraestrutura urbana, com a maior parte da sua população morando em morros e alagados sem acesso a maioria dos serviços públicos básicos.<sup>78</sup>

A situação se agravava ainda mais com a chegada de grande contingente de pessoas vinham do interior do Estado e de outros lugares da região nordeste, porém nem sempre

<sup>78</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990. p. 53.

encontravam. Essa população procurava, no Recife, mais oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Segundo Paulo Cavalcanti (1985), “inchando mais do que crescendo, o Recife transformara na Meca do Nordeste, para onde convergiam, nas crises cíclicas da estiagem, restos de população das áreas atingidas pelas secas, ou afetadas por um estado social de crônicas deficiências”<sup>79</sup>.

Por habitarem regiões mais afastadas e compartilharem os mesmos problemas, percebeu-se o surgimento de uma identidade comum entre essas pessoas, além de laços de solidariedade e união. Peter Burke (2012) afirma que mais recentemente “os sociólogos e antropólogos passaram a considerar a cidade como um conjunto de comunidades ou ‘aldeias urbanas’”<sup>80</sup> e que o “desafio para os historiadores urbanos é estudar a construção, a manutenção e a destruição de tais comunidades, sem perder de vista que o termo ‘comunidade’ é tão indefinível – e tão indispensável – como o termo ‘cultura’”<sup>81</sup>. O mesmo Burke analisando os estudos de Victor Turner (1969, p. 131, 165), diz que ele “cunhou o termo *communitas* para referir-se as solidariedades sociais espontâneas, não estruturadas”<sup>82</sup>.

Desse modo, aferimos que as comunidades surgem a partir de solidariedades sociais. Essa solidariedade é identificada em muitas comunidades do Recife, como no bairro da Bomba do Hemetério. A localidade recebeu esse nome por causa de um morador chamado Hemetério, que dispunha de uma bomba d’água e distribuía água para os vizinhos.

Para Bauman (2013)<sup>83</sup>, a identidade comum e o sentimento de pertencimento a um lugar têm a ver com a localidade. É mais fácil as pessoas sentirem-se pertencentes aos lugares mais distantes e isolados do que a algo mais amplo, como fazer parte de uma identidade nacional. “Durante a maior parte da história das sociedades humanas, as relações sociais tem se mantido firmemente concentradas no domínio da proximidade”<sup>84</sup>. Logo, quanto mais próximas a seu lugar as pessoas estiverem, mais elas desenvolvem uma identidade comum e sentimento de pertencimento.

Esta identidade também cria o sentido de comunidade. Segundo Ferdinand Tonnies (2003), a comunidade moderna surge a partir de um “entendimento compartilhado por todos os seus membros”<sup>85</sup>.

<sup>79</sup> CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina. V. 4. Recife: Guararapes, 1985. P. 74.

<sup>80</sup> BURK, Peter. **História e teoria Social**. 2ª edição. São Paulo: Unesp, 2012. p. 94.

<sup>81</sup> Ibid., p. 94.

<sup>82</sup> Ibid., p. 94.

<sup>83</sup> BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 23-24.

<sup>84</sup> Phillippe Robert *apud* BAUMAN, 2013, p. 24.

<sup>85</sup> Tonnies *apud* BAUMAN, 2003, p. 15.

O entendimento ao estilo comunitário, casual (zuhanden, como diria Martin Heidegger), não precisa ser procurado, e muito menos construído: esse entendimento já “está lá”, completo e pronto para ser usado — de tal modo que nos entendemos “sem palavras” e nunca precisamos perguntar, com apreensão, “o que você quer dizer?”. O tipo de entendimento em que a comunidade se baseia precede todos os acordos e desacordos. Tal entendimento não é uma linha de chegada, mas o ponto de partida de toda união. É um “sentimento recíproco e vinculante” — “a vontade real e própria daqueles que se unem”; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas “permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os fatores que as separam”<sup>86</sup>.

Dessa forma, o entendimento compartilhado é algo natural, chegando a passar despercebido. Segundo Tonnier<sup>87</sup>, ele é “tácito” (subentendido), as pessoas compartilham do mesmo sentimento comunitário, criando uma identificação e união entre o grupo.

Aspectos comunitários como estes marcaram a memória de Helena Lopes de Almeida<sup>88</sup>, antiga moradora do Morro da Conceição, periferia da cidade do Recife. Nascida em 1945 na cidade de Buenos Aires, interior pernambucano. Ainda criança, mudou-se para o Recife, assim como muitos interioranos que buscavam melhores condições de vida na capital. Suas memórias revelam a união popular do Morro da Conceição no entorno da igreja, presença marcante na comunidade até hoje. Em suas lembranças está presente a mobilização popular para a construção da primeira igreja do Morro da Conceição com o incentivo do padre Geraldo.

Padre Geraldo começou a pensar em fazer uma igreja diferente. Ele também começou a criar grupos de jovens e encontro de irmãos (...) e ele começou a pensar em uma igreja diferente porque era um galpão aberto (a igreja). Aí o que fez Padre Geraldo? Começou a fazer pedido para as pessoas, para os fiéis, a trazer (material de construção) ... quem pudesse ajudar. Aí alguém lá do Córrego do Euclides deu tijolo, bastante tijolo. Só que tinha que buscar lá e a igreja aqui era muito pobre. Como buscar os tijolos lá? Aí o que fez padre Geraldo, ele fez uma Caminhada convocou os fiéis, o pessoal daqui do Morro, e fez uma caminhada para ir buscar estes tijolos. As ladeiras não eram calçadas, não tinha nada. Aí o pessoal foram. Aí ele fez essa caminhada para o pessoal trazerem o material e subiram por essa ladeira aqui. Foi muito bonito! Jovens, crianças, adultos, adolescentes, muita gente mesmo. O pessoal fez a concentração onde estavam os tijolos, o padre fez uma celebração animou o povo. E subiu. Cada um que trazia tijolo, o padre também trazia tijolo (...) eu só sei que trouxeram todos os tijolos e foi com os tijolos que construíram a igreja. Aí como fazer a igreja? A igreja não tinha dinheiro para pagar... aí os pedreiros daqui do Morro e lá da Ponte dos Carvalhos, onde veio o mestre pedreiro e ficava ensinando os jovens. Foi construída a igreja com o povo, foi o povo que construiu.<sup>89</sup>

<sup>86</sup> BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 16.

<sup>87</sup> Tonnier *apud* Bauman, 2003, p. 17

<sup>88</sup> Entrevista concedida em 13/09/2012 na residência de Helena Lopes de Almeida no Morro da Conceição, Recife – PE. Na ocasião a entrevista foi realizada para a minha pesquisa de iniciação científica.

<sup>89</sup> Entrevista concedida a autora, em 13/09/2012.



**Fonte:** Acervo iconografia - FUNDAJ. Galpão onde era realizada a missa antes da construção da igreja no Morro da Conceição citada por Helena. Década de 1940.

A lembrança de Helena revela a união dos moradores em torno da igreja: “foi construída a igreja com o povo, foi o povo que construiu”. Em sua construção também estava presente o sentido comunitário e a identificação com o outro. Essa união e consciência de fazer parte de uma comunidade será importante para outras mobilizações populares.

Foi a partir desta formação comunitária e de identidade que surgiram boa parte dos bairros periféricos da cidade, com as pessoas possuindo interesses em comum. Levamos em consideração a definição de bairro “como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários “lugares” na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para atender as suas necessidades cotidianas”<sup>90</sup>. Assim como os moradores do Morro da Conceição, que se uniram para construir a sua igreja, outras comunidades, juntamente com o próprio Morro, se uniram novamente em outras causas, como a reivindicação de melhorias estruturais para seus bairros e até mesmo uma maior participação política, procurando atender os interesses comuns da população.

---

<sup>90</sup> MAYOL, Pierre; GIARD, Luce; CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 46.



**Fonte:** Acervo iconografia - FUNDAJ. Imagem de Nossa Senhora da Conceição no Morro da Conceição. Década de 1940.

O sentido de comunidade presente e a formação de uma identidade entre os moradores da periferia do Recife será importante na formação das Associações de Bairro, organização que atuará durante o período democrático entre 1955 a 1964. Essa organização de cunho popular irá reivindicar aos órgãos públicos melhorias estruturais para a comunidade e maior participação política. Desse modo, a população da periferia passa a reivindicar cidadania, saindo de uma situação de opressão para agente e ator, protagonista de sua história. É mostrando o rosto e utilizando a sua voz que a população carente irá mostrar que a periferia, apesar de estar no entorno ou longe do centro, também faz parte da cidade.

## 1.2 EIS QUE SURGEM AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

O período entre 1945 e 1964 é considerado como a maior experiência democrática do Brasil até então. É colocado por Carvalho (2013) como o período dos direitos políticos, pois a constituição de 1946 manteve os direitos sociais anteriormente conquistados na era Vargas, para os trabalhadores urbanos, e garantiu os direitos civis e políticos.

Essa liberdade política, durante a década de 1950, era relativa, pois o Estado<sup>91</sup>, através da Polícia Política, ainda intervia nos sindicatos e em partidos políticos, como o PCB. Apesar disso, foi um período importante, principalmente para a organização popular dos centros urbanos, através da formação de associações, clubes e sindicatos que reivindicavam garantias de direitos já adquiridos; de melhores condições de trabalho e salários; e também uma maior participação popular na política do país. O Brasil viu, nesse período, emergir sindicatos urbanos reivindicando maior representatividade política. Para isso, os trabalhadores realizavam greves, passeatas e manifestações, apoiavam principalmente os políticos das esquerdas. Essa organização dos trabalhadores era vista pela elite e pelos ramos mais conservadores da sociedade como agitação, subversão e uma ameaça para a ordem no país. Jaccoud (1990) cita quatro movimentos sociais de grande importância e atuação do Estado:

No campo, as Ligas Camponesas e os Sindicatos Rurais, representando as contradições específicas enfrentadas pelos trabalhadores rurais, decorrentes das mudanças nas relações de trabalho ali instituídas; nos centros urbanos mobilizam-se os sindicatos urbanos e surgem as associações de moradores, estas canalizando as demandas urbanas da população de baixa renda.<sup>92</sup>

Vamos estudar, aqui, mais detalhadamente as associações de moradores ou associações de bairro, como ficaram mais conhecidas, sua origem, organização e articulação política.

Antes de 1955, quando começam a surgir as primeiras associações de bairro de cunho reivindicativo promovidas pelo incentivo do prefeito do Recife Pelópidas Silveira, já existiam alguns movimentos de bairros no Recife, como as Ligas de Defesa da Constituição e células comunistas em diversas localidades da cidade.

As Ligas de Defesa da Constituição tinham por objetivo esclarecer os moradores dos bairros sobre o que estava escrito na Constituição Federal e Estadual e colocava em prática os direitos assegurados por elas, como a de reivindicar, realizar manifestações públicas e greves<sup>93</sup>.

Além das Ligas, também existiam várias células comunistas espalhadas pelos bairros do Recife na década de 1940. Essas células possuíam sedes onde realizavam reuniões com os seus membros. Nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-PE), constam atas de presença de reuniões e os discursos empregados nelas, que eram baseados na defesa do comunismo e na união popular. Essas células também eram perseguidas pela

<sup>91</sup> A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT permitia essa intervenção.

<sup>92</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Mssangana, 1990. p. 29.

<sup>93</sup> *Folha do Povo*, Recife, 30 ago 1947. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 336.

polícia; em algumas reuniões, descritas por agentes do DOPS-PE, os seus líderes teriam afirmado que sofriam perseguições e que já tinham sido torturados<sup>94</sup>. Várias células, como a do Brejo, bairro das intermediações de Casa Amarela, foram desativadas logo após a proibição do PCB<sup>95</sup> em 1947. Localizada na Estrada do Brejo, nº 512, em 22 de maio de 1947, essa célula foi interdita pela polícia da Delegacia da Ordem Política Econômica e Social, tendo seus bens apreendidos. Outras células tiveram o mesmo fim com a extinção do Partido Comunista do Brasil em 9 de maio de 1947; muitas outras foram interditas e tiveram seus materiais apreendidos<sup>96</sup>.

O bairro de Casa Amarela já possuía uma organização social, a Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela, fundada em 1930. Atuava na assistência aos associados e seus familiares em caso de enfermidade ou morte. Chegou a possuir mais de 600 membros<sup>97</sup>.

As associações de bairro surgem no Recife a partir de 1955, incentivadas principalmente por correntes político-partidárias de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro – PCB, e pela Frente do Recife<sup>98</sup>. Foi durante a administração do prefeito Pelópidas Silveira, em 1955, que surgiram a maioria das Associações de Bairro do Recife, incentivadas por ele e pelos que estavam envolvidos nesse projeto político de ampliar a participação popular, com forte presença de comunistas e socialistas<sup>99</sup>. Essas associações possuíam um objetivo bastante claro: ajudar a prefeitura na administração da cidade, canalizando melhor as necessidades da população, como diz Jaccoud (1990):

Inspiradas na experiência que se consolidava em São Paulo e sentindo a necessidade da organização popular como forma mais adequada para canalizar as reivindicações e aspirações da população com relação às ações da prefeitura, as forças políticas que atuaram na campanha de Pelópidas procuraram incentivar sua formação.<sup>100</sup>

Cada associação possuía seu estatuto, porém o que havia em comum entre elas era o fato de não existir distinção de cor, credo político, filosófico ou religioso. Os diretores permaneciam no cargo em média dois anos e eram eleitos em assembleias, não

<sup>94</sup> Célula Comunista de Beberibe. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE N° 4623.

<sup>95</sup> O PC e o PCB referem-se ao mesmo partido, as vezes chamado pela sigla completa PCB ou apenas PC.

<sup>96</sup> Célula Comunista do Brejo. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 4595.

<sup>97</sup> Liga da Defesa da Constituição de Casa Amarela. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE N° 7661.

<sup>98</sup> Coligação partidária formada pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, Partido Socialista Brasileiro – PSB e pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, além de outras correntes da esquerda independente. Cujas ideias centravam no nacionalismo, populismo e na democracia, formava a esquerda de Pernambuco (JACCOUD, 1990, p. 86).

<sup>99</sup> Pelópidas era membro da Frente do Recife. Paulo Cavalcanti no seu livro *O Caso eu Conto como o Caso Foi*, volume 4, ao referir-se à Frente do Recife afirma que: “Quando às ligações do governo com o povo, estimulou a criação das associações de bairros, discutiu em praça pública os problemas da cidade, aplicou com absoluta severidade os dinheiros públicos combateu a corrupção e a burocracia” (CAVALCANTI, 1985, p. 80).

<sup>100</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Op. Cit.**, p. 55.

necessariamente as associações deviam possuir registro, eram reconhecidas principalmente pelo seu trabalho<sup>101</sup>.

As associações proliferaram-se principalmente nos bairros carentes, incentivadas pela prefeitura popular de Pelópidas Silveira, elas serviam de ligação entre o povo e a prefeitura. Pelópidas levava as reivindicações dos populares para a prefeitura em forma de abaixo-assinados, memorandos, organizando comissões de moradores ou colocando-as nos debates ou audiências.

As audiências públicas eram o diferencial da prefeitura. Elas ocorriam em bibliotecas populares, escolas, clubes e associações, e contavam com a presença de pessoas da comunidade e do prefeito. Funcionavam da seguinte forma:

O governante Pelópidas Silveira com os diretores de diversos departamentos da prefeitura e vereadores iam para o local previamente marcado no bairro, recebiam as reivindicações, as críticas, e forneciam as informações, cabendo a Pelópidas Silveira expor as linhas de ação, justificar as necessidades de atendimento a todos os pleitos e relatar os fatos em evidência que envolviam o seu governo.<sup>102</sup>

Também ocorriam reuniões no Teatro Santa Isabel, nas quais o próprio Pelópidas ouvia individualmente a população mais pobre ou por intermédio das associações de bairro. O prefeito e sua comissão faziam uma agenda de visitas nas comunidades e a população era convocada a participar através de cartazes colocados das comunidades informando o local e horário da audiência. Na maioria das vezes, contava com grande participação do público e mesmo quando as reivindicações não podiam ser atendidas, por falta de recursos<sup>103</sup>, tudo era passado para a população que compreendia a questão e continuava a apoiar o prefeito. O jornal *Folha do Povo* chegou a divulgar as reuniões, como a que ocorreu no Córrego da Areia e contou com a presença dos líderes de outras associações e políticos da Frente do Recife, o intuito do encontro era discutir os problemas da comunidade.<sup>104</sup>

---

<sup>101</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)**. Caderno de Estudos, v. 1. Nº 2. Recife: Massangana, 1985. P. 163-164.

<sup>102</sup> Cavalcanti, 1978:258 *apud* PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001. p. 203.

<sup>103</sup> “Com esses escassos recursos, sem contar com a menor ajuda do governo federal, a Frente do Recife administrou a capital pernambucana, cosendo-se com suas próprias linhas” (CAVALCANTI, 1985, p. 75).

<sup>104</sup> Associação de Bairros Relação. *Folha do Povo*, Recife, 25 mar 1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 7050. Fundo: SSP/DOPS/APEJE.



**Fonte:** Foto: Severino Fragoso. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Convocação para a segunda audiência pública do prefeito Pelópidas Silveira na Bomba do Hemetério - Arruda. 17-01-1957.



**Fonte:** Foto: Severino Fragoso. Fonte: Museu da Cidade do Recife. Audiência popular do prefeito Pelópidas Silveira no Bairro do Pina. 1957.

As audiências caíram nas graças do povo que enxergava, através delas, uma maior participação política na vida da cidade e também um canal para buscar melhorias para a sua comunidade. Era também uma forma democrática de governo municipal, pois ouvia diretamente a população<sup>105</sup>. Com o governo democrático, Pelópidas conseguiu apoio popular que possibilitou o fortalecimento da Frente do Recife, coligação do qual fazia parte.

As associações serviam também de comitês para Pelópidas, elas se expandiram rapidamente no Recife, principalmente nos bairros carentes da zona norte. Essas associações tinham o papel de organizar suas reivindicações e encaminhá-las para a prefeitura. Além dos comitês de bairros, também se formaram comitês femininos e de estudantes Pró-Pelópidas Silveira<sup>106</sup>. Os comitês começam a funcionar antes mesmo das eleições para prefeito, em 1955; e a atuação deles foi importante para a eleição de Pelópidas para ocupar o cargo de prefeito da cidade.

As associações de moradores sempre estiveram ligadas à política. Não poderia ser diferente já que era através desse canal que as reivindicações poderiam ser ouvidas e atendidas. Comumente, as associações apoiavam determinados políticos e os ajudavam a se eleger, como a eleição de Miguel Arraes em 1959 para a prefeitura do Recife, em substituição a Pelópidas. As associações organizavam comícios e apoiavam principalmente os políticos da Frente do Recife, pois esses lhe davam mais abertura e apoio, diferentemente da oposição que não via com bons olhos a atuação das associações.

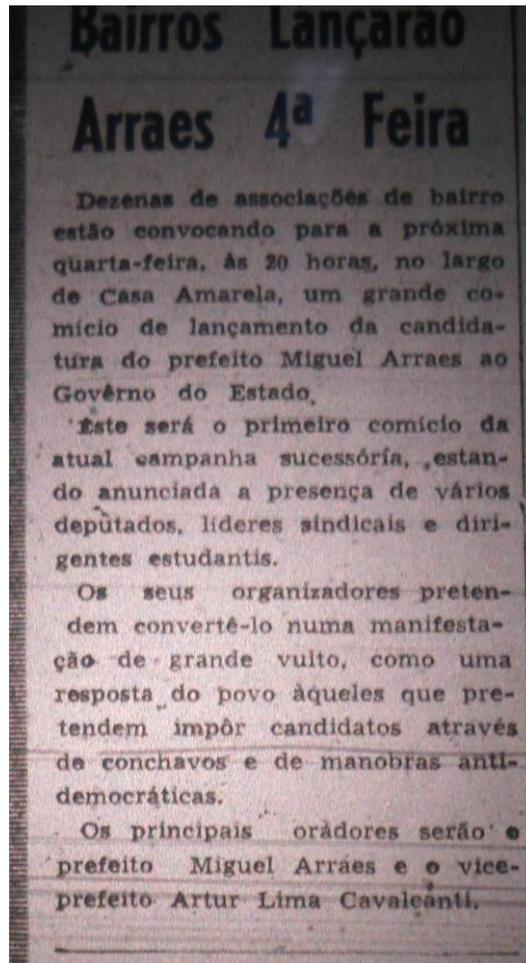
A eleição de Arraes representou a continuidade do governo de Pelópidas para as associações, tanto na parte político local como nas relações entre ambas. As associações também foram importantes nas eleições para o governo do Estado em 1962, demonstrando apoio total a Miguel Arraes<sup>107</sup> e as reformas de base propostas pelo governo federal. Através desses fatos podemos constatar o engajamento político das associações e a importância política que tiveram durante o período democrático pré-Ditadura Militar.

---

<sup>105</sup> Não é difícil compararmos a participação popular da prefeitura de Pelópidas Silveira com a chamada Democracia Direta, na qual as decisões são tomadas diretamente por uma ampla parcela dos cidadãos.

<sup>106</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>107</sup> Bairros Lançaram Arraes nesta 4ª feira. *Última Hora*, Recife, 24 jun 1962.



**Fonte:** Notícia do jornal a Última Hora. Recife, 24 de junho de 1962.

Entretanto as associações não surgem apenas com o incentivo político, mas a partir das reais necessidades que os moradores dos bairros suburbanos possuíam. As suas reivindicações eram principalmente melhorias na infraestrutura urbana, como saneamento básico, iluminação pública, escolas, creches, postos de saúde etc. Ainda havia a luta pela posse da terra invadida, causadora de tensões entre os populares, a prefeitura e grupos ligados à classe proprietária, que tinha enormes interesses econômicos e alegavam serem os donos da terra. Ações de despejos eram constantes; sem ter onde morar, boa parte da população retornava ao mesmo local.

Histórias como essas eram comuns em todo Recife, principalmente em áreas de morros, como nos bairros de Casa Amarela e Ibura; mas também ocorriam nas áreas mais próximas ao centro da cidade, como a comunidade de Brasília Teimosa, cercada por bairros nobres e numa região de alta especulação imobiliária. Essa comunidade começa a surgir a partir de 1957 com a invasão de terrenos na área utilizada principalmente por pescadores, mesmo com a ação

policial, que destruíam os barracos, os populares não desistiam e, durante a noite, retomavam a construção das habitações. Nesse período, estava em construção a Cidade de Brasília; logo, a comunidade passa a ser chamada de Brasília Teimosa. A teimosia, a astúcia<sup>108</sup> dos seus moradores, somadas à mobilização popular fizeram com que, em 1958, as famílias que ali estavam conseguissem o direito de permanecer no local, porém, sem muitas garantias do Estado, essa comunidade teve que lutar ainda por muitos anos pelo direito de lá morar, e sua associação de moradores foi fundamental para aquelas conquistas<sup>109</sup>. A situação de Brasília Teimosa só foi regularizada na prefeitura de Pelópidas Silveira.

A população carente do Recife que praticava ocupação de terrenos para construir suas casas participava de um jogo entre fortes e fracos. Sendo o lado mais fraco, duelava com os fortes, proprietários de terreno e a polícia. Para driblar as estratégias dos mais fortes estas comunidades tinham que elaborar táticas para burlar a ação policial e marcar seu espaço.

Segundo Certeau (2001)<sup>110</sup> as estratégias são “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “Ambiente””. Com relação à ocupação de terrenos, os sujeitos de “querer e poder” são os proprietários de terra que utilizam sua influência para conseguir apoio político e da polícia formulando estratégias nas ações empregadas contra os “invasores”. Já as táticas:

Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos (...), mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”.<sup>111</sup>

A insistência dos moradores de Brasília Teimosa possibilitou o surgimento de “ocasiões”. À noite, quando a polícia havia se retirado, os moradores novamente levantavam seus barracos, até que outra ordem de despejo fosse elaborada. Dessa forma, a teimosia popular, que deu nome à comunidade, fez parte de uma tática para driblar os mais fortes do jogo; tanto que a comunidade consegue o direito de permanecer no lugar, em 1958. Para conseguir essa vitória, os populares utilizaram uma inteligência que fora empregada nas lutas

<sup>108</sup> Para Certeau (2001) a astúcia é a inteligência e sabedoria popular utilizadas para dar golpes e driblar o poder do mais forte que tenta oprimir o mais fraco.

<sup>109</sup> Albuquerque, 1986:59-68 *apud* LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988)**. Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2014. p. 79.

<sup>110</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes e fazeres**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 46.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 47.

cotidianas em combate às estratégias de quem possuía o poder. Para Certeau (2001)<sup>112</sup>, as “táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição”.

Certeau (2001) chama esta sabedoria popular, de criar soluções criativas para enfrentar seus problemas, de “Trampolinagem”:

O que se chama sabedoria, define-se como trampolinagem, palavra que um jogo de palavras associa a acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como trapaçaria, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído do outro, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com”. Nessas estratégias de combatentes existe uma arte dos golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor.<sup>113</sup>

A trampolinagem será largamente utilizada pela população da periferia da cidade que, elaborando táticas de sobrevivência, aplicando golpes, sendo teimosa e resistente, consegue enxergar e abrir brechas no poder que tenta lhe oprimir; vai construindo o seu cotidiano mesmo estando sob ameaças. É aproveitando situações que os moradores da periferia constroem suas casas, ocupam seu território, beneficiam-se de uma situação política entre conservadores e a oposição de esquerda. Com a brecha que a democracia fornece, elegem a esquerda que lhes proporciona maior apoio; aproveitam-se dela, galgando espaço e influência na política. Resistem à ordem de despejo e driblam as dificuldades do dia a dia. Com isso, saem de uma posição inferior de dominados para agentes do seu destino e de sujeitos atuantes em sua própria história, tornando-se sujeitos e protagonistas dela.

As associações não reivindicavam apenas melhorias urbanas, queriam também uma participação maior na vida política do Estado.

Participando cada vez mais das lutas populares que se apresentavam na cena política de Pernambuco, as associações de bairro ultrapassaram os limites da representação dos moradores por melhores condições de vida e procuraram inserir-se num contexto maior de busca de ampliações do espaço político de atuação das populações carentes do Recife.<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 47.

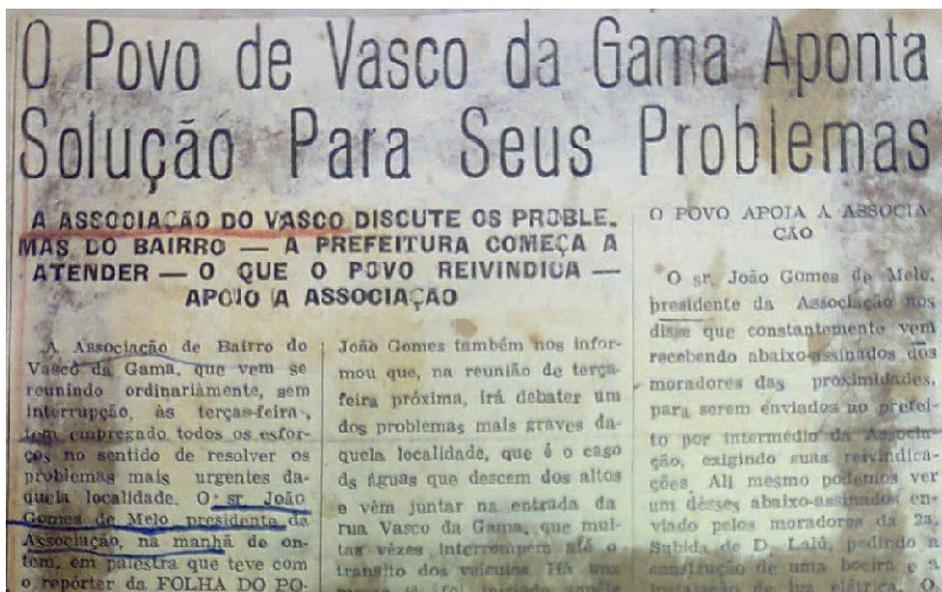
<sup>113</sup> Ibid., p. 79.

<sup>114</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Mssangana, 1990. p. 57.

Em todo Recife o que se via eram associações bastante atuantes, mesmo algumas recém-formadas já realizavam reuniões com os moradores para discutir os problemas do bairro e fazer suas reivindicações junto à prefeitura, através de abaixo-assinados e reuniões com o prefeito. A maioria das reivindicações, principalmente das comunidades de Casa Amarela: Vasco da Gama, Brejo, Alto Santa Isabel, Córrego da Areia etc., eram transporte público, iluminação urbana e fornecimento de água<sup>115</sup>.

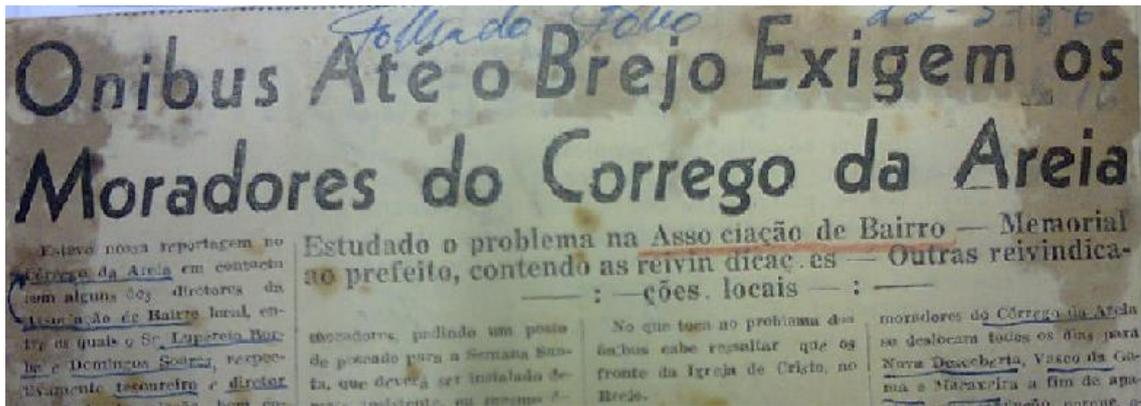


**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 7050. Notícia do jornal Folha do Povo em 29-03-1956. O jornal destaca a atuação da associação de moradores do Alto Santa Isabel e o atendimento das suas reivindicações.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 7050. Notícia do jornal Folha do Povo em 25-03-1956. O jornal destaca a atuação da associação de moradores do Vasco da Gama e o atendimento das suas reivindicações.

<sup>115</sup> Associação de Bairros Relação. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n.º. 7050.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 7050. Notícia do jornal Folha do Povo em 22-03-1956. O jornal destaca as reivindicações dos moradores da comunidade do Córrego da Areia

As associações também praticavam o assistencialismo, recebiam doações de roupas, colchões, alimentos e distribuíam para a população mais carente. Além disso, ela também prestava serviços educacionais e de saúde que eram promovidos pelo Movimento de Cultura Popular – MCP. Este movimento surge na cidade do Recife, em maio de 1960, a partir do incentivo do então prefeito Miguel Arraes e de um grupo de intelectuais engajados em levar cultura, saúde e educação às comunidades carentes utilizando uma linguagem popular. Sua sede ficava na Avenida Arraial do Bom Jesus, onde hoje se encontra o Sítio da Trindade.

Entre seus objetivos, constam no seu estatuto a promoção da educação integral de base comunitária, a melhoria de renda das pessoas através do ensino especializado, o ensino religioso facultativo e a formação de novas escolas<sup>116</sup>. Contava com o apoio financeiro da prefeitura do Recife e da iniciativa privada, na parte operacional contava com a ajuda de estudantes universitários que eram distribuídos em equipes e atuavam em diferentes setores.

Entre os projetos educacionais, estava a criação de Praças de Cultura, onde se procurava conscientizar os indivíduos sobre seu papel comunitário e familiar, além de Bibliotecas e serviços de Rádio Difusão da Cultura Popular<sup>117</sup>. Festas populares com apresentações culturais para animar o povo também eram promovidas pelo grupo, como os festejos de São João<sup>118</sup> e Natal.

<sup>116</sup> Estatuto do Movimento de Cultura Popular – MCP. Movimento de Cultura Popular: memorial. Coleção Recife. Vol. XLIX/MCP 26 anos. 1986. Acervo: Biblioteca FUNDAJ.

<sup>117</sup> Programa dirigido por Paulo Freire que tinha por objetivo educar e alfabetizar jovens e adultos através de programas de rádio. ROSAS, Paulo. **O Movimento de Cultura Popular**. Rio de Janeiro – RJ, 1980. In: Movimento de Cultura Popular. Fundação da Cultura da Cidade do Recife. Coleção Recife Vol: XLIX. Recife – PE, 1986. p. 27

<sup>118</sup> São João Explode nos Subúrbios do Recife. *Última Hora*, Recife, 24 jun 1962. Microfilmagem – Fundaj/Recife-PE.



**Fonte:** Foto: Mário de Carvalho. Museu da Cidade do Recife. Inauguração de escolas municipais em Beberibe e Casa Amarela - Movimento de Cultura Popular. Julho 1960. O MCP utilizava as instalações de clubes esportivos e associações de bairro para promover suas ações.

O MCP também procurava conscientizar politicamente a população carente fazendo-a pensar sobre seus problemas, estimulando a participação popular democrática na administração municipal. Segundo Rosas (1980), “muito mais que alfabetização, pensava-se em consciência social do homem de baixa renda, na preparação do homem para sair de sua miséria, para lutar pela melhoria de seu nível de vida”.<sup>119</sup>

A proposta do MCP atingiu seu objetivo atraindo cada vez mais pessoas para os seus projetos. Assim sendo, “o povo participou do MCP não como usuário-passivo, mas como usuário-construtor, usuário-participante, e, quase diria, patrocinador, através da abertura de seus clubes de subúrbios, transformados em “núcleos de cultura” e centros de educação”<sup>120</sup>.

O que este projeto fez foi criar outro tipo de educação, uma educação popular, aberta a não apenas alfabetizar, mas, sobretudo, conscientizar politicamente a população. Contou com uma forte presença popular e mostrou-se uma experiência de sucesso. As lembranças desse

<sup>119</sup> ROSAS, Paulo. **O Movimento de Cultura Popular**. Rio de Janeiro – RJ, 1980. In: Movimento de Cultura Popular. Fundação da Cultura da Cidade do Recife. Coleção Recife Vol: XLIX. Recife – PE, 1986. p. 23.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 23.

tempo ainda estão presentes na memória de quem participou de iniciativas como essas. Como é o caso do Sr. Mário de Souza<sup>121</sup>, nascido em 1953 no Recife, no bairro da Mustardinha, mudou-se em 1962 para o Córrego do Euclides, comunidade que na época pertencia ao bairro de Casa Amarela, e lá pode acompanhar sua mãe em uma escola comunitária.

Minha mãe não sabia ler, apenas algumas palavras fáceis e assinava o nome de forma muito mal. E nessa época, não me recordei bem o ano, ela começou a estudar num programa que concebo hoje como sendo de um movimento popular, num local chamada de Confederação. Lá também se discutia o que concebo hoje como compartilhamento, pois as mulheres conversavam entre si, as crianças tinha um espaço para jogar, pular e até estudar ou ver as aulas das mães, como eu fazia. Digo que era um compartilhamento porque comecei a observar uma troca de “coisas” (alimentos, roupas, pequenos utensílios) entre os moradores. Ouvia de minha mãe, “selecione as roupas que não está mais dando em você e me dê para eu levar para aula (confederação)”. Isto foi uma experiência de vida muito importante para minha formação humana. Lá também aprendi a ver o uso do significado de comunidade. (...) Isto era muito importante para minha formação humana, entendo hoje assim. Os festejos na Feirinha da Rodinha (São João e Natal com o pastoril), Morro da Conceição e no Sítio da Trindade, foram elementos sintetizadores de minha relação humana. Ou seja, o local, Córrego do Euclides, foi uma lição de vida para mim enquanto um viver em comunidade, um aprendizado.<sup>122</sup>

A partir da experiência do Sr. Mário de Souza, podemos perceber como as associações, ou federações, como eram conhecidas por ele, eram atuantes na vida comunitária, estimulando a troca de produtos, a interação social e discutindo coisas do cotidiano que faziam parte dos alunos, passando-lhes uma instrução não apenas focando a alfabetização, mas os educandos e conscientizando para suas vidas. Notamos que a educação comunitária e popular permitia que as mães levassem seus filhos para as aulas, com isso as crianças não ficavam sozinhas em casa. Essa prática também facilitava a participação das mulheres na escola, pois não precisavam deixar de ir à federação por não ter com quem deixar os filhos.

Como já disse, minha mãe era analfabeta e nunca gostou disso, inclusive hoje em dia. Ela veio de família muito pobre de lavradores (Limoeiro ou Bom Jardim, não se sabe ao certo), (...) a vida dura do campo fez minha mãe e tias e tios vierem para Recife. (...) Minha mãe ficou numa casa de estrangeiros até seus 20 anos quando saiu para casar com meu pai. Aprendeu apenas a assinar o nome para poder casar. Por isso, no Córrego do Euclides ela começou a ter contato com o letramento e também com o diálogo entre pares. A educação que ela recebia era de “forma prática”, ou seja, era voltada para vida. Eu via discussões na aula sobre muitas coisas que envolvia doenças, comidas, saúde, diversão, as pessoas, tudo era muito prático e dialógico entre os presentes, embora houvesse também a escrita e a conta (apenas somar e subtrair).<sup>123</sup>

<sup>121</sup> Atualmente reside do bairro de Areias, Recife – PE. É professor da Universidade de Pernambuco - UPE.

<sup>122</sup> Entrevista concedida a autora, em 15/05/2015.

<sup>123</sup> Idem.

A mãe do Sr. Mário tem uma história muito parecida com a de tantas outras mulheres que habitavam a periferia da cidade, mulheres humildes, analfabetas e vindas do interior em busca de melhores condições de vida na cidade. A maioria se ocupava na profissão de doméstica e com muita dificuldade cuidava dos filhos. Sr. Mário:

Multiplicar e dividir minha mãe tentou aprender quando iniciou o MOBREAL em Areias, pois ela veio do Córrego do Euclides muito feliz com a Educação, mas em Areias o processo era o que ela chamava de “diferente”, pois ela não podia juntar-se com outras amigas. Além disso, no Córrego do Euclides, ela não tinha no caderno o CERTO (com a letra C) ou o ERRADO (com a letra E) no processo educacional e quando chegou aqui em Areias tinha isso que a revoltou muito. Inclusive o fato de que seu nome é SEVERINA (começa com SE) e quando ela ia escrever o cabeçalho ela escrevia SECOLA no lugar de ESCOLA e isso, nunca fora repreendido quando ela estudava no Córrego do Euclides, mas era colocado para ela fazer várias vezes a palavra ESCOLA e dizer o que era a ESCOLA. Aqui em Areias a Professora colocou a letra E (errado) em várias partes do caderno dela e isso a irritou e ela nunca mais, sob hipótese nenhuma quis voltar a escola. Assim ela saiu de uma escola que falava da vida, das doenças e da saúde, da política e dos filhos, onde todos os homens e mulheres tinham voz e vez para uma escola que tinha CERTO e ERRADO que na idade dela, mais de 30 anos, mulher, analfabeta, pobre, vinha de origem paupérrima, não podia aceitar<sup>124</sup>

Observamos que na educação popular não havia uma repreensão enquanto aos erros, mas sim uma instrução e o estímulo ao pensar. Ao Sr. Mário dizer que, quando sua mãe escrevia “Secola” ao invés de “escola”, ela repetia a palavra e tinha que falar o que era a escola, assim ela podia fazer uma reflexão e criar o seu conceito para essa palavra. Diferentemente do sistema utilizado pelo “Mobral<sup>125</sup>”, já durante o Regime Militar pós 1964, uma escola do “Certo” e do “Errado”, no qual a disciplina e recriminação através do “E” de errado era constante. Assim, podemos comparar as duas formas de ensino nas quais uma “falava da vida, das doenças e da saúde, da política e dos filhos, onde todos os homens e mulheres tinham voz e vez para uma escola que tinha CERTO e ERRADO”<sup>126</sup>.

A educação popular fornecida pelo MCP foi fruto de estudos e pesquisas dos membros de sua equipe. A principal iniciativa do grupo foi a alfabetização de jovens e adultos; para isso foi elaborada uma cartilha chamada *Livro de Leitura para adultos* e o “Guia do Alfabetizador”<sup>127</sup>. O livro de leitura trabalhava com palavras chaves que faziam parte do

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL. Criado em 15 de dezembro de 1967, pelo governo militar, objetivava a alfabetização de jovens e adultos.

<sup>126</sup> Mário de Souza.

<sup>127</sup> COELHO, Germano. **MCP História do Movimento de Cultura Popular**. Recife-PE, 2012. p. 32.

cotidiano dos trabalhadores, como enxada e mocambo; a partir delas, estudava-se as sílabas e a formação de outras palavras<sup>128</sup>.

Chama-nos a atenção a primeira lição da cartilha, que possui como palavras chave “povo” e “voto”. Primeiramente, lê-se as palavras “povo” e “voto”, depois forma-se a seguinte frase: “O voto do povo”<sup>129</sup>. Dessa forma, o MCP, além de alfabetizar, queria conscientizar os alunos politicamente, discutindo a importância do voto, ampliando a discussão sobre e fortalecendo a democracia. Assim sendo, também, alfabetizar as pessoas era incluí-las nos direitos políticos, pois analfabetos não votavam e, com o letramento, essas pessoas podiam adquirir o direito ao voto e ter acesso à cidadania<sup>130</sup>.

O MCP ainda atuava na área da saúde; possuíam médicos e estudantes universitários que atendiam a população nos postos de saúde dos bairros. O cuidado com a saúde também se dava nas escolas, com informações de higiene e de como se prevenir de doenças – programas emitidos pela Escola Radiofônica que também divulgava estas informações<sup>131</sup>.

Em muitos casos, as associações tiveram suas reivindicações atendidas, o que mostra a força popular quando organizada, unida e bem estruturada, como em Casa Amarela e no bairro do Pina. O jornal *Folha do Povo* de 21-02-1958 destaca as obras estruturais realizadas no bairro e a inauguração de uma escola, reivindicação dos moradores. Outras associações também conseguiram êxito; em alguns casos, a população do bairro, através da associação de moradores, trabalhava em parceria com a prefeitura do Recife. O governo municipal disponibilizava material e equipamentos para a população fazer as melhorias no bairro com as suas próprias mãos.

Com a ampliação e a maior organização das associações de bairro durante as décadas de 1950 e 1960, em janeiro de 1963, com a influência do PCB, é criada a Federação das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco (FABEP). Fundada inicialmente por 34 associações, representava o papel político, servindo como órgão de articulação política, estando presente nos momentos de mobilização política de Pernambuco nos anos de 1963 e 1964<sup>132</sup>. Propunha-se em debater:

Problemas comuns de reforma agrária e urbana, regulamentação da remessa de lucros para o exterior, nacionalização dos bancos e empresas estrangeiras, planejamento urbanístico, abastecimento de gêneros alimentícios e de água, defesa

<sup>128</sup> *Ibid.*, p. 33-34.

<sup>129</sup> Livro de Leitura para Adultos, MCP. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE Prontuário Funcional nº 29.841.

<sup>130</sup> COELHO, Germano **Op. Cit.**, p. 33.

<sup>131</sup> *Ibid.*, 42.

<sup>132</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Mssangana, 1990. p. 58.

da fauna e das reservas florestais e minerais, defesa da indústria nacional, habitação, transporte, bem-estar, saúde, educação, alfabetização e ensino técnico profissional.<sup>133</sup>

A partir de suas propostas, podemos observar que a FABEP não só procurava atuar nos bairros, mas também nas decisões políticas em várias esferas, procurava ser um espaço democrático de discussões de assuntos de interesse local e da cidade.

A FABEP desempenhou um papel importante na organização e mobilização das associações de bairros. Sempre calcando a ampliação da participação popular na política institucional, articulava-se com movimentos e partidos políticos, como o projeto democrático-reformista elaborado pelo PCB e pela Frente do Recife, reivindicava maior participação e defesa desse projeto. Em 28 de novembro de 1963, organiza, no Recife, o 1º Encontro das Associações de Bairros do Estado de Pernambuco, com o intuito de discutir ação de interesse popular como melhorias na infraestrutura urbana<sup>134</sup>. Desse evento saíram reivindicações que foram encaminhadas para o então prefeito Pelópidas Silveira (em seu segundo mandato como prefeito) e para o governador Miguel Arraes.

No âmbito estadual, reivindicava-se “maior entendimento entre o governo e as organizações populares; audiências semanais com essas organizações e criação de um conselho estadual, com representantes das associações”<sup>135</sup>. Já no âmbito municipal, as reivindicações eram criar um conselho das associações de bairro, sob a presidência do prefeito ou do secretário de administração e introduzir um representante da FABEP das comissões de planejamento<sup>136</sup>. Apesar do interesse da Federação pela política estadual e até mesmo nacional, apoiando o governador Miguel Arraes e as reformas de base propostas por João Goulart, sua maior atuação era na questão local e cotidiana dos moradores dos bairros. A FABEP representava a legitimação da democracia em Pernambuco por promover a participação popular na vida política do Estado.

### 1.3 AS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO NA MIRA DO DOPS

Formada dentro do projeto de Segurança Nacional e criada em 23-12-1935, na Era Vargas, a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS tinha como objetivo principal o

<sup>133</sup> “Finalidades da Federação”, jornal A Hora, 19 a 26-01-1963 *apud* Jaccoud, 1990: 58.

<sup>134</sup> *Ibid.*, p. 59.

<sup>135</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. **As organizações populares do Recife**: trajetória e articulação política (1955-1964). Caderno de Estudos, v. 1. Nº 2. Ed: Massangana. Recife- PE, 1985. p. 172.

<sup>136</sup> *Ibid.*, 172.

combate à ameaça comunista no país e às ideias totalitárias, tanto da esquerda como da direita; ideias essas influenciadas pelo contexto político internacional.

Para coibir o avanço comunista, a DOPS se utilizou da vigilância social através de uma rede de informação bastante complexa. Era um órgão de operação subordinado à Secretaria de Segurança Pública – SSP, sua função estava ligada a administração; investigação, censura e repressão; recepção, produção e difusão da informação para outros órgãos de segurança e governo<sup>137</sup>.

Em 15-04-1961, a DOPS passa de delegacia a Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Foi mais uma mudança em sua estrutura que ampliou o seu papel como órgão de segurança, o que lhe proporcionou maior poder.

Antes do golpe de maio de 1964, as associações de moradores já eram vigiadas de perto pelo DOPS-PE. Encontramos nos seus arquivos, fotos, documentos, recortes de jornais e relatórios sobre pessoas engajadas com as associações de moradores e atividades desenvolvidas por estas entidades. Um desses recortes de jornais refere-se aos festejos realizado pela associação de moradores do Córrego do Euclides, para comemorar seu segundo aniversário em 6 de julho de 1958. Dentre a programação, está a participação do então prefeito do Recife Pelópidas Silveira e outros políticos de esquerda<sup>138</sup>. A presença do prefeito era constante nas associações. Ele participava da maioria das inaugurações, das audiências públicas, festejos e comícios, sempre acompanhado por seus assessores e por políticos aliados.

Pelópidas possuía muitos inimigos políticos. A oposição era ferrenha contra ele, houve até uma tentativa de evitar sua candidatura para prefeito devido a sua ligação com pessoas consideradas comunistas; Pelópidas, por isso, é acusado de comunista pelos opositores. A Igreja Católica também lhe proferia ataques e pedia para os seus fiéis não votarem no candidato da Frente do Recife<sup>139</sup>.

É importante lembrar que toda esta celeuma em torno de Pelópidas e dos comunistas fazia parte de um cenário internacional que ficou conhecido como Guerra Fria, ou seja, “o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial”<sup>140</sup>.

---

<sup>137</sup> SILVA, Marcília Gama. **Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 264 f. Tese (doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE. p. 113.

<sup>138</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). *Folha do Povo*, Recife, 6 jul 1968. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>139</sup> PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950**. Recife: UFPE, 2001.p. 128-129.

<sup>140</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 223.

As superpotências eram os Estados Unidos da América, líder e defensor do bloco capitalista, e a então União Soviética, líder e defensora do bloco socialista, ou comunista. O período que vai de 1945 até 1989 foi marcado por muita tensão, pois se esperava a qualquer momento uma guerra nuclear entre as potências globais.

Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. (...) Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.<sup>141</sup>

Como o Brasil estava sob influência Norte-Americana, apoiou o bloco capitalista, dando início a uma forte campanha anticomunista. Nesse período, o comunismo era associado a bandidagem, era considerado anticristão e subversivo. Essa propaganda negativa e o discurso anticomunista deu origem ao “medo comunista” ou “ameaça comunista”. Dessa maneira, os comunistas passam a serem vistos como marginais e perturbadores da ordem.

A Frente do Recife cria os comitês de bairro (associações), comitês de estudantes e femininos nas áreas carentes da cidade; com o apoio desses comitês, também chamados de comitês pró-Pelópidas Silveira, elege seu prefeito. Com a eleição de Pelópidas, novos comitês surgem, chamados agora de associações de bairro. As associações eram importantes para o governo Pelópidas, pois este contava apenas com o apoio de seis vereadores do total de vinte e cinco que a câmara possuía<sup>142</sup>. As reivindicações e os abaixo-assinados das comunidades que Pelópidas levava para a câmara serviam de pressão para os vereadores aprovarem as iniciativas do prefeito. Esses legisladores também ficaram temerosos com relação às associações, pois, como estas possuíam contato direto com o prefeito, a função dos vereadores como representantes do povo e responsáveis por levarem as reivindicações para a prefeitura ficaria anulada.

Porém o interesse dos vereadores era defender o clientelismo. Com as associações, outras lideranças poderiam surgir com diferente orientação política, já que essas associações estimulavam a participação de todos, independentemente da orientação política ou religiosa. Assim sendo, os vereadores podiam perder sua “base” eleitoral.

Eles (os vereadores) queriam aparecer como patrocinadores daquelas coisas (calçamento, escolas, luz, etc.) (...)eles chiaram muito porque eles não admitiam que

---

<sup>141</sup> Ibid., p. 224.

<sup>142</sup> PONTUAL, Virgínia. **Op. Cit.**, p. 134.

o prefeito tivesse contato com suas bases eleitorais (...) o que eles a rigor não queriam era ver o povo organizado.<sup>143</sup>

Alguns vereadores defendiam limitar as atividades das associações, como colocar um número máximo por localidade e exigirem que seus presidentes fossem os vereadores dos bairros. Entretanto a prefeitura recusou a proposta e continuou não interferindo nas associações; estas permaneceram trabalhando de forma independente, elegendo seus representantes de forma democrática.

Com a crescente participação das associações na esfera municipal, a oposição passou a pedir sua extinção, acusando-as de serem células comunistas e de realizarem práticas subversivas. O discurso produzido pelos vereadores tinha o objetivo de deslegitimar as associações de bairro; para isso, utilizavam-se do contexto em que o país e o mundo viviam e do “medo comunista”, assim como da forte propaganda anticomunista produzida desde o período Vargas. O governo do Estado, que não enxergava com bons olhos essas organizações de cunho popular, exerceu uma forte repressão sobre as associações, “com invasões de suas sedes, detenções de lideranças populares e cerceamento de suas manifestações”<sup>144</sup>.

Várias solicitações de investigação contra as associações foram expedidas. O deputado Vieira de Menezes<sup>145</sup> teria solicitado ao Secretário de Segurança informações sobre as associações de bairro. Diz a solicitação divulgada pelo jornal do Comércio, em 16-06-1956:

- a) Se pode S. Excia. Informar quais são as entidades suspeitas de caráter subversivo existentes atualmente no Estado;
- b) se a polícia tem acompanhado a vida dessas entidades, o seu funcionamento e a vida pregressa dos seus principais membros;
- c) se pode informar o que sabe a polícia a respeito das “Associações de Bairro” e se as mesmas vem funcionando como sociedades civis devidamente localizadas;
- d) Se há averiguações em torno da vida das “Associações” citadas, qual o seu número na capital, como se reúnem e onde;
- e) se tem conhecimento a polícia da vida pregressa dos diretores das diversas “Associações de Bairro”;
- f) se alguns desses diretores são conhecidos na Secretaria de Segurança Pública como elementos nocivos a ordem interna do país, como agiram anteriormente e como estão agindo agora;
- g) quais as ligações desses elementos como outras entidades igualmente subversivas do país já denunciadas a nação;
- h) Quais as providencias que vem adotando a polícia ou que pretende adotar para apreensão de documentos porventura existentes dos arquivos das mesmas o que se relacionam com o movimento de desordem interna do país;

<sup>143</sup> Paulo Cavalcanti *apud* CEZAR, Maria do Céu do E. S. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964)**. Caderno de Estudos, v. 1. Nº 2. Recife: Massangana, 1985. P. 167.

<sup>144</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Op.Cit.**, p. 91.

<sup>145</sup> Médico e deputado pelo PTB, rompe a aliança com Pelópidas Silveira e posteriormente passa a acusar as associações de bairro de serem células comunistas.

i) se há algum esclarecimento que a polícia não pode dar imediatamente, a fim de evitar prejuízos nas averiguações que estão sendo ou que venha a ser procedidas.<sup>146</sup>

A solicitação do deputado já é uma forma de acusar as associações de promoverem atividades subversivas, levantando suspeitas e requerendo detalhamento da vida dos seus líderes; também revela a “rixa” entre os políticos de oposição e os da Frente do Recife.

Apesar de políticos como Miguel Arraes e Jarbas Maranhão<sup>147</sup> afirmarem que elas não possuíam um caráter político-partidário e elogiarem suas ações por incentivar a participação popular nas causas públicas de forma democrática, ainda assim as associações foram consideradas de cunho comunista, remanescentes das extintas células. Essa opinião só crescia devido às denúncias dos vereadores de oposição que acusavam as associações de serem político-partidárias e ligadas ao socialismo. Encontramos, assim, duas divergências políticas sobre essas entidades: uma que as defendiam e elogiavam seu caráter democrático, e outra que acusava as associações de serem ilegais, passando a reivindicar sua extinção.

As associações já eram vistas como grupos de cunho comunista e subversivo pelo DOPS-PE desde 1956. Um relatório da Secretária de Segurança Pública dirigida ao seu secretário, datado em 9 de abril de 1956, afirma que já não há mais dúvidas sobre o caráter subversivo das associações de bairro e que elas são fração do PCB<sup>148</sup>. Alguns líderes comunitários também são acusados de serem filiados ao PCB, como os membros das associações dos bairros de Areias, Beberibe e Casa Amarela<sup>149</sup>.

No documento lançado pela Secretária de Segurança Pública, em 1975, sobre a atividade comunista em Pernambuco e o PCB, o delegado Álvaro Gonçalves da Costa Lima afirma que: “Haja exemplos das “vantagens” que o partido sempre procurava tirar com as chamadas “Associações de Bairros”, que foram criadas no Recife, sem que se percebesse a extensão da sua atividade nociva”<sup>150</sup>. É importante lembrar que, mesmo algumas associações possuindo integrantes do PCB, estavam longe de serem espaços de disseminação de ideias comunistas, já que muitas surgiram espontaneamente, sem intervenção política, ou com integrantes do PCB. Além disso, as associações sempre procuraram participar das decisões políticas da cidade de forma democrática.

<sup>146</sup> Jornal do Comercio 16-06-1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29595.

<sup>147</sup> Declarações dadas aos jornais *Correio do Povo*, 11 jul 1956 e *Jornal Pequeno*, Recife, 14 jun 1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 29.595.

<sup>148</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo:SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>149</sup> Idem.

<sup>150</sup> Aspecto da Atividade do Comunismo em Pernambuco. 2ª ed. Secretária de Segurança Pública. Delegacia Auxiliar. Álvaro Gonçalves da Costa Lima (Delegado), Armando Hermes Ribeiro Samico e Francisco de Assis Lima.

Outro documento que faz referência a Associação de Defesa dos Proprietários e Moradores da Mangabeira, datado em 1956, revela a renúncia do seu 1º Secretário ao cargo que exercia. Este afirma não saber que aquela organização, por se tratar de uma associação de bairro, era comunista<sup>151</sup>. A desistência do secretário mostra o impacto que as denúncias contra as associações possuíam sobre a sociedade e o medo comunista que se espalhava entre a população. O que fez com que o 1º secretário abdicasse do seu cargo não foi por ele ver ações subversivas dentro da sua associação, mas sim uma denúncia levantada pela polícia e divulgada nos jornais de grande circulação da cidade; o secretário tinha medo de ser apontado como comunista, pois tinha medo do comunismo.

Entre 1955 e 1956 a Secretaria de Segurança Pública produz uma lista constando os nomes dos presidentes, vices, secretários, tesoureiros e endereços das seguintes associações de bairro: Associação de Defesa do Povo do Caçote; Associações de Bairro da Vila Ipojuca e Vila Popular (no bairro de Areias); Associação do Alto do Pascoal; Associação do Córrego do Jenipapo; Associação Feminina em Defesa do Lar; Associação comerciária dos Peixinhos; Associação de Bairro dos Remédios; Associação de Bairro do Ponto da Parada; Associação de Bairro da Estrada dos Remédios; Associação de Defesa do Córrego São Sebastião; Associação Feminina em Defesa do Lar (Alto do Eucalipto); Associação de Defesa do Córrego do Botijão; Associação do Alto do Eucalipto; Associação de Bairro do Alto Santa Isabel (Casa Amarela); Associação de Bairro do Vasco da Gama; Associação de Bairro do Córrego da Areia e Associação de Bairro de Nova Descoberta<sup>152</sup>. O número de associações investigadas pode ainda ser maior, já que havia muitas outras associações em diversos bairros da cidade.

Como vimos, em menor número, mas com uma atuação considerável, estavam as associações femininas, que já existiam bem antes de 1955, ainda em 1949. Essas também reivindicavam melhorias estruturais nos bairros, já que as mulheres:

Como donas-de-casa, eram elas responsáveis por multiplicar os poucos salários, cuidar da casa, dos filhos, dos velhos e doentes. Relacionando-se no espaço do bairro, tinham de providenciar escola e atendimento médico para os filhos, arrumar água para garantir os afazeres domésticos, etc., atividades que eram consideradas de sua responsabilidade.<sup>153</sup>

<sup>151</sup>Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>152</sup> Associação de Defesa dos Proprietários e Moradores da Mangabeira. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 28.694.

<sup>153</sup> LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Pela efetivação dos direitos das mulheres: associações femininas do Recife nos anos 50. **Revista Esboços**. Florianópolis. V. 14. N. 17 – UFSC. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1216>>. Acesso em: 12 set. 2016.

As mulheres eram quem mais sentiam a falta de estrutura, já que eram responsáveis pelos cuidados com os filhos e pela limpeza doméstica; viam seu trabalho se tornar ainda mais cansativo pela falta de água, tendo que caminhar com latas d'água na cabeça, ou até chegar nas cacimbas, para lavarem roupas. Além das associações femininas, as mulheres também se envolviam com as associações de moradores mistas, participando das reivindicações e discussões locais.

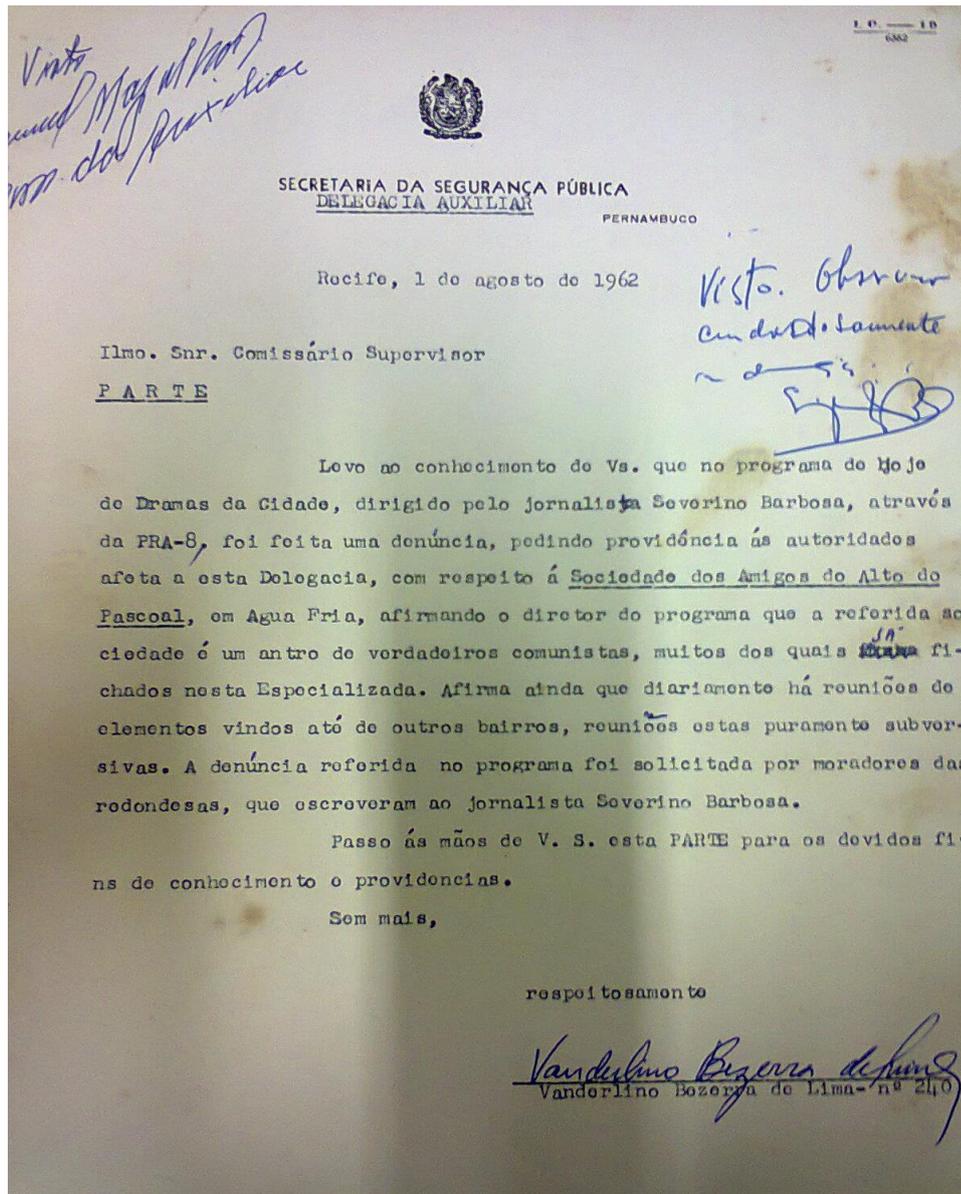
No período entre 1955 até 1964, outras associações também foram investigadas, mantendo-se a desconfiança sobre elas. No registro da Associação de Defesa dos Moradores do Bairro do Pina, encontrado no arquivo do DOPS-PE, datado em 29 de julho de 1961, está a relação dos componentes de sua direção (presidente, vice, 1º secretário, 2º secretário, tesoureiro, conselheiros e suplentes); o mesmo documento também aponta algumas pessoas da direção de manterem ligações com “elementos” comunistas<sup>154</sup>.

O DOPS-PE também fez acusações à Sociedade dos Amigos do Alto do Pascoal, acusada de ser um antro comunista por um radialista. O agente Vandelino Bezerra de Lima ainda afirma que frequentam a associação comunistas já fichados pela delegacia e que diariamente acontecem reuniões com participantes que vêm de outros bairros<sup>155</sup>.

---

<sup>154</sup> Associação Defensora dos Moradores do Pina. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 28.714.

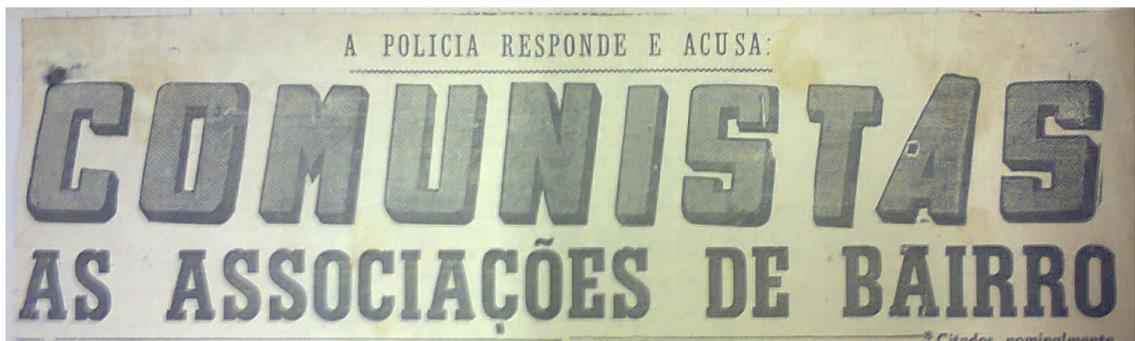
<sup>155</sup> Sociedade dos Amigos do Alto do Pascoal. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 31.197.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 31.197. Relatório da polícia acusando membros da Sociedade dos Amigos do Alto do Pascoal de serem comunistas.

Como o PCB, mesmo na ilegalidade, ainda funcionava e fazia parte da Frente do Recife, tornou-se um dos partidos mais atuantes da coligação; exercia certa influência nas associações de bairro, pois sempre mostrou apoio a elas – alguns filiados ao partido também chegaram a ser presidente de associações. Porém o PCB buscava atuar de forma democrática, já que essa era a proposta da Frente do Recife e das próprias associações de bairro. Além disso, existiam várias associações e muitas delas não possuíam ligação com pessoas filiadas a nenhum partido. Por isso, afirmar que estas organizações eram de cunho comunista é um equívoco, poderiam ser associações predominantemente de esquerda, mas sobretudo democráticas.

A querela entre associações de bairro e vereadores, mais as acusações da polícia, pararam nos principais jornais do Recife. Dentre os dois discursos sobre as associações, predominava na mídia impressa o que dizia que elas eram remanescentes das células comunistas e, por isso, político-partidárias e esquerdistas – principalmente nos jornais mais conservadores: *Diário de Pernambuco*, *Folha da Manhã* e *Jornal do Comércio*. Segue os exemplos abaixo:



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595. Recorte do jornal Folha da Manhã de 19-06-1956. O jornal denuncia que membros do PCB exercem cargos de direção nas associações.

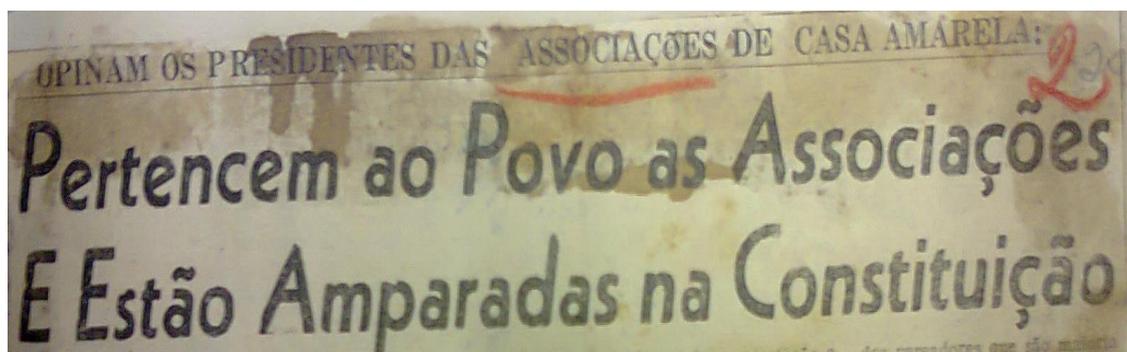


**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595. Recorte do Jornal do Comércio em 12-09-1956. A matéria traz denúncia do ministro da justiça que afirma ser caso de polícia as associações de bairros.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 29.595. Recorte do jornal Diário de Pernambuco em 22-07-1956. O jornal acusa as associações de bairro de serem células comunistas e que a intenção destas seria a “comunicação” da população recifense.

Já o jornal *Folha do Povo*, ligado ao PCB, divulgava o trabalho desenvolvido pelas associações de bairro, suas reivindicações, conquistas e participação nas decisões do município. Foi o único jornal a divulgar a opinião dos líderes comunitários sobre as denúncias que as associações estavam recebendo. Os presidentes das associações de bairro defenderam a continuidade das associações. Alegavam que estavam exercendo direitos assegurados por lei, como fazer reuniões para discussões dos problemas dos bairros; também afirmavam que não contavam com a ajuda de nenhum vereador ou de quaisquer outros políticos, que eram independentes e que por isso a câmara não podia fazer nada contra as associações<sup>156</sup>.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 7050. Notícia do jornal Folha do Povo em 18-03-1956. A notícia destaca a opinião de alguns dos presidentes das associações de bairro e de seus associados em relação à Câmara dos Vereadores do Recife que exigiam a extinção destas entidades.

A posição em que os jornais colocavam as associações de bairro e a forma com as abordavam revelavam a tendência política de cada jornal. A *Folha do Povo*, como esquerdista, é o único que traz a fala dos representantes das associações afirmando a sua

<sup>156</sup> Associação de Bairros Relação. *Folha do Povo*, Recife, 18 mar 1956. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n°. 7050.

legitimidade, suas matérias são em defesa destas organizações. Já os de maior circulação, que recebiam investimentos das camadas mais conservadoras da cidade e defendiam o ponto de vista delas, abriam espaço para as acusações da Câmara dos Vereadores contrárias às associações; também traziam à tona o discurso policial, acusando as associações de serem comunistas, fomentando ainda mais a possível “ameaça vermelha”. Cada qual defendia sua verdade tentando influenciar e convencer a opinião pública de suas posições, colocando as associações de forma dicotômica entre democráticas versus comunistas, legais versus ilegais, constitucionais versus inconstitucionais.

Enquanto os jornais discutiam sobre as associações de bairro, o DOPS-PE continuava agindo, investigando e reprimindo algumas associações. Entre 1955 e 1964 observamos uma forte vigilância policial sobre estas entidades. Relatórios foram realizados pelos agentes de polícia mostrando o andamento e funcionamento delas; as acusações de prática subversiva contra os líderes comunitários permaneciam, tanto que alguns deles chegam a ser presos pela polícia. Em 1958, o presidente da associação de moradores do bairro da Mustardinha foi preso, arrancado dentro da sua própria casa na Rua da Aurora<sup>157</sup>, o mesmo ocorreu com o secretário da associação do bairro do Pina um ano antes. Ambos afirmavam não saber por que haviam sido detidos.

Relatórios escritos por comissários do DOPS-PE apontavam membros das associações de bairro de terem ligações com o comunismo. Como se encontra em um documento de 1962, os comissários acusam como sendo comunistas os novos diretores da associação do bairro do Engenho do Meio. O agente afirmou, em seu relatório, ter comparecido na festa de posse dos novos diretores da associação na qual teria constatado elementos comunistas na diretoria, como o secretário, chamado José Pontes, os oradores Osvaldo Campelo e Odivio Gadelha, e o tesoureiro, Jader de Tal<sup>158</sup>.

---

<sup>157</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). *Folha do Povo*, Recife, 03 jun 1958. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>158</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

Comparecendo a festa de posse dos novos membros da Associação de Bairro, no Engenho do Meio, observei que vários elementos reconhecidamente Comunistas encontram-se compoendo a referida diretoria.

O Presidente eleito, ao que me consta não é Comunista, chama-se Fernando Santos, porém os demais componentes da diretoria são comunistas notórios. És os nomes de alguns: José Pontes (Secretario) Osvaldo Campêlo, Odívio Gadelha (Orador) Jarder de tal (tesoureiro) e um comunista conhecido por "Cabeça Branca",

**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595. Trecho de relatório de atividade de um agente do DOPS-PE afirmando ter identificado membros comunistas na nova direção da associação de bairro do Engenho do Meio. Recife, 1962.

Outra questão que nos chama bastante atenção, além da acusação de comunistas que as associações sofriam, é o conflito entre as associações de bairro e a polícia no que diz respeito à posse da terra. Com inúmeras famílias sendo expulsas de seu lugar de origem, na maioria favelas e várias vindas do interior do Estado em busca de melhores condições de vida, vários terrenos passam a ser invadidos e ocupados, pois, ao chegarem à capital, deparavam-se com a falta de estrutura habitacional, de planejamento urbano e programas públicos habitacionais, além do desemprego. Cada pequena comunidade que surgia formava sua associação de bairro que reivindicava junto à prefeitura melhorias para a localidade e a posse do terreno ocupado.

A permanência ilegal no terreno gerava uma série de atritos entre os moradores dessas comunidades e os supostos donos da terra invadida. Como revela uma denúncia feita pela Federação das Associações de Bairro do Estado de Pernambuco - FABEP, em 28 de agosto de 1963, à polícia; a denúncia dizia respeito ao que ocorreu com a Associação dos Amigos da Palmeira. O relatório afirmava que policiais fortemente armados percorreram a comunidade as altas horas da noite em busca da casa do presidente da associação de moradores e agiram com violência contra os habitantes do local. Porém moradores revelaram que o comissário que liderava a ação sabia muito bem onde era a casa do líder comunitário e que estaria agindo dessa forma para intimidar os moradores que reivindicavam o terreno. Segundo os moradores, os policiais estavam trabalhando para a firma Mendes Lima S/A que se dizia proprietária da terra. Esses policiais teriam prendido os diretores da associação e os acusaram de roubo sem

prova alguma. Os moradores então pediram o afastamento do comissário que liderou a ação, porém esse comissário, protegido por um vereador do Recife, não foi afastado<sup>159</sup>. Outras associações se solidarizaram com a comunidade do Sítio da Palmeira e pediram providências contra a firma Mendes Lima S/A.

Casos como esses revelam o descaso público com a habitação e a população de baixa renda do Recife, a completa falta de reconhecimento dos direitos fundamentais do povo, assim como a falta de estrutura da cidade para assentar a crescente população urbana, além dos latifúndios urbanos que agravavam o problema da moradia.

Por causa das ocupações ilegais, ordens de despejos eram constantes em diversos bairros, mesmo com as pessoas que se diziam ser proprietárias do terreno não mostrando um documento sequer que comprovasse a posse sobre ele, as autoridades sempre estiveram do lado dos supostos proprietários, agindo com violência para a desocupação da área. Ações como essas mostram que a polícia e a maior parte dos políticos estavam em volta das elites, defendendo os interesses delas.

As ocupações dos terrenos eram acompanhadas de perto pela polícia, como a ocupação do bairro do Totó, no Recife. Seu povoamento e crescimento foram descritos pelo subcomissário de polícia, Severino Dias Pereira, que, em 1959, acompanhou de perto a ocupação. Diz seu relatório que a região era um terreno habitado por poucos camponeses que lá desenvolviam suas atividades agrícolas, daí então foi fundada a Associação Camponesa sob a orientação do deputado Francisco Julião<sup>160</sup>. Os que se associavam à instituição tinham o direito a uma parte do terreno para construir suas casas; a partir disso, a região passou a ser rapidamente povoada, a associação chegou a ter mais de mil sócios. Essa associação foi acusada de ser uma célula comunista perigosa, pois, além de contar com o apoio do deputado Francisco Julião, também contava com o apoio de Gregório Bezerra<sup>161</sup> e outras pessoas consideradas comunistas. O comissário escreveu outros relatórios sobre a ocupação da área, dizia que cada vez mais famílias chegavam ao local e construía seus casebres e que a ocupação ocorria tranquilamente sem grandes incidentes devido à presença policial. Relata também um comício que contou com a presença de Miguel Arraes, em seu discurso este teria

---

<sup>159</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

<sup>160</sup> Advogado e político do Partido Socialista Brasileiro – PSB - que defendeu as Ligas Camponesas. Em 1964, após o Golpe Militar foi preso e exilado.

<sup>161</sup> Líder comunista em Pernambuco.

dito que o que impedia o crescimento do país eram os “trusts<sup>162</sup>” americanos, os latifundiários e o medo do povo se unir contra está situação<sup>163</sup>.

Com a radicalização, a partir de 1962, dos grupos da esquerda, como também da direita, a crise política no país se agravou. As manifestações e greves promovidas pelos “trabalhadores rurais e urbanos, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista que passaria a incorporar uma vasta – e inédita – participação popular”<sup>164</sup>. Mas nem todos da sociedade viam com bons olhos a ampliação da participação popular na democracia nacional. Segundo Jaccoud (1990), a camada social mais abastada da sociedade brasileira estava amedrontada com o crescimento dos movimentos populares, tanto no campo quanto nas cidades, e sua maior participação política.

O golpe de 64 veio responder aos anseios do bloco dominante agrário-industrial, que buscava recuperar seu domínio sobre o aparelho do Estado, ameaçado pelo processo de ascensão dos movimentos populares e de fortalecimento do nacional-reformismo como projetos de transformações políticas e sociais e de inserção, sob novas bases, das classes trabalhadoras no modelo de desenvolvimento econômico e político do país.<sup>165</sup>

As Reformas de Base propostas por João Goulart, já em 1964, prometiam a reforma agrária, reforma urbana, reforma bancária, reforma eleitoral, reforma no estatuto do capital estrangeiro e reforma universitária<sup>166</sup>. Essas medidas desagradavam os setores mais conservadores do país e provocaram o adiamento do Golpe Militar<sup>167</sup>.

Em Pernambuco, o governador Miguel Arraes enfrentava uma forte oposição do Partido Social Democrático – PSD. Este contava com o apoio de grupos dominantes como a elite agrária e industrial do Estado, contrárias a política de Arraes de aproximação com os grupos sociais, principalmente os rurais. As elites se sentiam ameaçadas em ter sua hegemonia diminuída pelo crescente movimento popular. A oposição e as classes dominantes se

<sup>162</sup> União de empresas privadas capitalistas que dominam o mercado.

<sup>163</sup> Associação Nacional de Defesa dos Moradores do Totó. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 28.680.

<sup>164</sup> REIS, Daniel Arão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 32.

<sup>165</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990. p. 136.

<sup>166</sup> REIS, Daniel Arão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 32.

<sup>167</sup> Segundo Skidmore (2004) o governo americano, do então presidente Johnson, acompanhou todo processo do Golpe de 1964 com muito interesse, devido à importância que o presidente americano e seus auxiliares atribuíam ao Brasil naquele momento de Guerra Fria. SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 20.

articularam em combater a Frente do Recife e procuraram articular a deposição do governador Miguel Arraes<sup>168</sup>.

Em 10 de abril de 1963, saiu uma matéria no jornal Diário de Pernambuco cujo título é “*A paisagem sombria do Estado, teatro da agitação organizada*”; essa matéria denunciava as agitações populares em todo estado de Pernambuco, com paralisações e greves nos meios rural e urbano, promovidas por sindicatos desses meios. As associações das classes produtoras denunciam as agitações ao então governador Miguel Arraes. O Jornal acusa o governo popular de Arraes de não fazer nada contra as agitações e os “marginais” dessas associações, considerando-o omissivo em relação ao caso. A mesma matéria também relata o estado de tensão e pânico em que se encontra as elites do estado com a situação<sup>169</sup>.

O título da matéria sugere que o governo estadual possui uma paisagem sombria, insinuando que esse governo pode estar por trás das agitações e que por isso não faz nada contra elas, fazendo do estado um teatro para as agitações organizadas por sindicatos rurais e urbanos. O ano de 1963, em Pernambuco, é marcado pelos movimentos populares e pela crise da agroindústria açucareira que se estende pelo ano de 1964. A insatisfação militar em Pernambuco ficou representada através do núcleo de coronéis do IV Exército, um núcleo tático do golpe militar no Estado<sup>170</sup>.

Devido às crises que o país vinha passando, somadas às pressões para sufocar os movimentos sociais em ascensão, a ação militar contra os abalos populares foi arrasadora tanto no campo como na cidade, mesmo com esses movimentos seguindo ideologias diferentes. No caso das associações de moradores, estas tinham por objetivo reivindicar uma maior participação popular na vida política; suas ações estavam fundadas na participação democrática, diferentemente das ligas camponesas que procurava seguir um caminho do socialismo. Porém ambos não faziam parte dos planos dos militares, tampouco da elite política e econômica que viam seus privilégios ameaçados devido à crescente organização popular.

Com o intuito de desmontar as organizações sociais de cunho reivindicatórios, a ação dos militares foi rápida. Com isso, o Regime Militar se livrava das pressões populares e da oposição por participação política e no planejamento econômico e social do Estado. Além disso

---

<sup>168</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990. p. 136.

<sup>169</sup> A paisagem sombria do Estado, teatro da agitação organizada. *Diário de Pernambuco*, Recife, 10 abr 1963. Fonte: APEJE.

<sup>170</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990. p. 138.

O processo de desmobilização visava atingir a capacidade de organização dos movimentos sociais no que diz respeito às suas reivindicações econômicas, possibilitando a consolidação do novo modelo econômico que se instaurou junto com o governo “revolucionário”.<sup>171</sup>

Com o golpe de 1964, as associações foram fortemente combatidas pelo regime que se implantava, muitos líderes comunitários foram presos e espancados, sedes das associações foram invadidas e metralhadas, tiveram seus materiais apreendidos e foram fechadas. A ação rápida e violenta dos militares fez com que as associações de moradores praticamente desaparecessem, restando apenas aquelas que demonstraram apoio ao regime<sup>172</sup>.

O próprio MCP também foi vítima da ação militar, já em 1º de abril de 1964 sua sede foi “visitada” pelo IV Exército. “A ideia de conscientizar imensas massas populares incomodou as elites conservadoras brasileiras”<sup>173</sup>; dessa forma, esses grupos sociais viam o MCP e a própria democracia como uma ameaça a seus privilégios, até porque: “de repente, naquela época, analfabeto não votava. Alfabetizando-se, poderia votar, mas não somente votar, ele estava discutindo as formas de voto, o voto de cabresto, por exemplo”<sup>174</sup>.

A ação militar contra a Associação do Bairro de Coqueiral Mista Beneficente é um exemplo do que ocorreu com a maior parte das associações de bairro após o golpe de 1964. Essa associação teve seu material apreendido em 17 de abril de 1964, constam na lista de apreensão atas, documentos, equipamento de som, microfone e até mesmo a bandeira nacional e a constituição<sup>175</sup>.

---

<sup>171</sup> Ibid., p. 144.

<sup>172</sup> FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. **Uma História Social do Movimento de Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela - Recife-PE. 1964-1985**. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Histria-Social-do-Movimento-de-Resistencia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

<sup>173</sup> COELHO, Germano. **MCP História do Movimento de Cultura Popular**. Recife-PE, 2012. p. 45.

<sup>174</sup> Ibid., p. 33.

<sup>175</sup> Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira). Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595.

45

Associação do Bairro de Coqueiral Mista e Beneficente  
 Com sede provisória a rua do Coripós Nº.365,Coqueiral  
Registrada no forum desta Capital.

Tendo o seu material sido apreendido no 17 de abril de 1964  
 que consta do seguinte|

Os seus livros de Atas ,fichario,Propostas, Papéis Ofícios, Blócos,  
 Editivos, Estatutos, Carimbos, Pavilhão da Associação, e a Bandeira  
 Brasileira, uma de Agte , Pastas com documentos da Associação, Três  
 (3) Livros sendo a Legislação Trabalhista, um Dicionário de Português,  
 e a Constituição Federal, e mais uma amplificadôra composta de um toca-  
 disco, disco, dois (2) Projetôres de som, um microfone com o pé inclu/  
 sível diversas gravações dobrados Hino Nacional E.T.C.

O Diário Oficial com o seu respectivo registro, Tinta Alfinetes Granpos

Como também se encontra dentro desse material ,Titulo de Eleitor  
 Certificado de Resevista, Pertencente ao sr. Abdias Guilhermino  
 do Rêgo.

**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.595. Relatório de apreensão de material da Associação do Bairro de Coqueiral Mista e Beneficente.

As organizações populares de bairro voltam a se reorganizar a partir de 1965 com a ajuda da Igreja Católica progressista<sup>176</sup>, liderada por D. Hélder Câmara<sup>177</sup>. Sob a Ditadura Militar, os movimentos encontram na igreja uma forma de burlar o olhar rígido da repressão e um espaço de resistência e continuidade.

<sup>176</sup> A Igreja Católica progressista era uma ala da Igreja Católica formada por padres e freiras de ideias e hábito progressistas, procuravam estar no meio da população mais carente e discutia questões religiosas e políticas. Era uma parte pequena da Igreja.

<sup>177</sup> Arcebispo de Olinda e Recife que ocupa este cargo dias após o Golpe de 1964. Por defender e estimular os movimentos populares era chamado de arcebispo vermelho pelos militares e pela ala mais conservadora da igreja.

**CAPÍTULO 2:**  
**ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NAS COMUNIDADES POBRES DO RECIFE**  
**(1964-1979)**

2.1 UMA NOVA IGREJA SE ANUNCIA

A experiência democrática entre 1955 e 1964 foi algo novo e marcante na vida das camadas populares, seja no campo ou nas cidades. Houve maior participação popular na política, com a ampliação dos direitos civis e políticos, o que possibilitou novas reivindicações por direitos sociais. A cidadania passou a ser reivindicada e praticada por aqueles que historicamente ficavam à margem da sociedade, e que passavam a ter novas percepções de suas realidades. Essa nova realidade e experiências vividas nos enfrentamentos possibilitou um horizonte de expectativa futuras. Pois, conforme vimos mostrando em torno das formações das associações de bairros do Recife, a população passou a ter mais consciência de suas condições de moradia e da necessidade de se organizar para lutar por melhores condições de integração com o espaço da cidade. Suas lutas, contudo, se tornaram objeto da polícia política, porque as associações de bairro iam sendo interpretadas pelo governo<sup>178</sup>, pela mídia e pela polícia como ações ligadas às esquerdas comunistas, desviando-se os verdadeiros objetivos das lutas dos moradores de bairros pobres. Paralelamente, entretanto, a população não desanimava e ia tendo mais consciência de seu papel nas lutas sociais. Pegavam as experiências vivenciadas dos confrontos e as transformava em novas expectativas para sua realidade, reorganizando-se cada vez mais para lutar pelos seus direitos.

Para Koselleck, a experiência e expectativa são duas categorias que se referem ao tempo histórico, pois entrelaçam passado e futuro, e também são adequadas para se descobrir o tempo histórico, já que “elas dirigem as ações concretas no movimento social e político”.<sup>179</sup> A experiência de se construir uma democracia mais popular nas décadas de 1950 e 1960 fez surgir um horizonte de expectativa de menor desigualdade e mais justiça social no qual os mais humildes teriam voz e vez na sociedade, possuindo mais serviços públicos, acesso a alfabetização e maior participação política, dando ao conceito de democracia uma

---

<sup>178</sup> Neste período o governador de Pernambuco era Cid Sampaio (UDN), governou o estado entre 1959 – 1963. Era aliado de Miguel Arraes, porém por divergências políticas rompeu relações e apoiou o usineiro João Cleofas nas eleições para governador do estado em 1962.

<sup>179</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006. p. 308.

historicidade que vai se ajustando com os regimes, o sentido de *democracia popular* entre 1955-1964, e um outro sentido depois de 1964, conforme veremos neste capítulo.

O Golpe de 1964 representou uma quebra nessa expectativa de participação popular nos assuntos públicos e que lhes dizia respeito diretamente, como era o tema das moradias pobres, sendo interpretada como subversão. Sindicatos e associações, entre outros movimentos sociais, foram desarticulados através de prisões e perseguições realizadas a partir de um sistema complexo de vigilância, já nos primeiros dias de ditadura. As mudanças políticas acarretaram o cerceamento dos direitos políticos e civis estabelecidos pelos chamados Atos Institucionais; o mais duro foi o AI-5, que fechou o parlamento por tempo indeterminado.

A quebra da expectativa só não foi total porque desde o começo houve resistência por parte da população, apoiada pela expansão de uma nova Igreja Católica que se anunciava, depois de 1960. Essa Igreja trazia consigo o discurso de olhar pelo mais pobre e implantou um trabalho mais próximo da população, dando novo contorno às reivindicações sociais, criando-se novas expectativas de lutas. Em um país de maioria católica, onde a Igreja possuía um respeito considerável, é ela quem consegue manter o pouco de organização social popular que faria frente ao regime, procurando driblar as investidas policiais e a repressão política e social. Para melhor compreendermos o trabalho dessa Igreja Católica progressista nas comunidades carentes do Recife vejamos um pouco de sua história.

A Igreja aproxima-se das camadas mais populares no Brasil a partir da década de 1950 com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, fundada em 1952, tendo Dom Helder Câmara como um dos fundadores. O objetivo era aproximar os bispos da sociedade fazendo com que agissem através de um colegiado, não trabalhando mais de maneira isolada<sup>180</sup>. Para esta nova atuação, a CNBB passa a ter subdivisões regionais, dentre elas a do Nordeste, que será bastante atuante, conforme veremos.

Além da CNBB, outro importante órgão católico atuante e que também contou com a colaboração de Dom Helder foi o Conselho Episcopal Latino-americano – CELAM, que funcionava como um colegiado dos bispos da América Latina. Sua função era a mesma da CNBB, porém com proporção continental, conforme definido no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro, em 1955.<sup>181</sup> O CELAM procurava a interação dos bispos latino-americanos e a conscientização sobre o subdesenvolvimento da América Latina;

---

<sup>180</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a igreja?** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008. p. 40-41.

<sup>181</sup> *Ibid.*, p. 42.

buscava levar a Igreja a “desempenhar um papel mais ativo em prol das transformações necessárias, renovando sua ação pastoral em função do novo contexto”<sup>182</sup>.

Além desses órgãos, havia no Brasil grupos de leigos, formados principalmente por estudantes e operários ligados à Igreja que buscavam discutir questões religiosas e sociais. Eles faziam parte da Ação Católica Brasileira (ACB) que buscava estimular lideranças leigas a partir de setores especializados, como a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC) Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Esse laicato “buscava corresponder às responsabilidades sociais decorrentes da sua condição cristã”<sup>183</sup>.

Essa experiência da Ação Católica fez surgir uma nova prática pastoral que passou a ser inserida no contexto da sociedade, “levando muitos sacerdotes a saírem da sacristia e mergulharem na realidade, inclusive assumindo trabalhos em fábricas como operários, para ali viverem uma evangelização encarnada no meio popular”<sup>184</sup>. Os movimentos da Igreja e a influência da CNBB expandem-se durante a década de 1960; nesse período a CNBB já denuncia a política praticada no país, considerando “a ordem vigente como não sendo cristã”<sup>185</sup>.

Nesse momento, a Igreja já estava dividida entre religiosos conservadores – os que defendiam o papel vigente da Igreja –, e religiosos progressistas – os que procuravam envolver-se com os mais pobres buscando justiça social. A divisão acentuou-se a partir da realização do Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, que direcionou a Igreja às camadas populares e propunha uma maior aproximação dos sacerdotes com o povo, abrindo também espaço para os leigos realizarem as celebrações. Essa iniciativa foi chamada de *Povo de Deus*, envolvia sacerdotes e leigos, e direcionou a igreja para um novo caminho:

A renovação conceitual, de certa forma, levou a igreja a uma mudança de lugar social, uma igreja hierárquica que era presença obrigatória nas instâncias de poder passou a viver uma outra realidade: a da inserção dos meios populares, com tudo o que isto implicava como participação da sorte, das misérias e dos anseios da população.<sup>186</sup>

Esta renovação conceitual é o que Boff (1998) chama de consciência eclesial. A primeira consciência da igreja foi uma igreja fora do mundo, preocupada com a religiosidade, alheia a situações terrenas, fora de conflitos e da história. A segunda consciência eclesial é

<sup>182</sup> SERVUS, 1994 *apud* CABRAL, 2008, p 42.

<sup>183</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>184</sup> *Ibid.*, p. 39.

<sup>185</sup> *Ibid.*, p. 43

<sup>186</sup> DUARTE, 1999 *apud* CABRAL, 2008, p. 43.

uma igreja dentro do mundo: inaugura-se a partir do Concílio Vaticano II, a igreja aceita a modernidade e a tecnologia, ela mesma se moderniza. Já a terceira consciência eclesial, decorrente da segunda, coloca a igreja no mundo dos mais humildes. Essa última posição foi definida em Medellín (1968): a igreja passa a penetrar no mundo dos pobres “abandona o discurso desenvolvimentista e fala de libertação integral e de justiça para todos”<sup>187</sup>.

A nova atitude da Igreja e sua divisão ficam explícitas nas manchetes de jornais do período que vai da década de 1950 até 1960. O novo comportamento da Igreja e CNBB chama a atenção do DOPS-PE, que julga suas ações suspeitas ou até mesmo subversivas. Nos seus arquivos, há diversos recortes de jornais tratando sobre a Igreja e suas posições, tanto as mais progressistas quanto as conservadoras. O discurso da CNBB se revela através das declarações do bispo-auxiliar de Porto Alegre, D. Edmundo Luiz Kunz, o qual defende a reforma agrária para combater a desigualdade social; seu discurso ainda denuncia a concentração de terra e a fome que assola os camponeses. Aproveita a oportunidade para criticar o Liberalismo, afirmando que com ele nada irá mudar, e faz críticas ao Comunismo dizendo que as terras não devem pertencer ao Estado.<sup>188</sup> As declarações foram divulgadas no Diário de Pernambuco, 20 de março de 1960.

Já em 18 de julho de 1962, o *Jornal do Comercio*<sup>189</sup> traz numa matéria sobre o apoio da CNBB às reformas de base que envolviam: distribuição de terra, reforma bancária, universitária, eleitorais e administrativas. No Recife, o arcebispo metropolitano D. Carlos Coelho também confirma a exigência da Igreja pelas reformas e diz que o país precisa criar condições “humanas e sociais para a própria sobrevivência da nação”, aproveitando a oportunidade para alertar sobre a crescente infiltração comunista.<sup>190</sup>

Outra reportagem, de 10 de agosto de 1962, do *Diário de Pernambuco*<sup>191</sup> tem como título “Bispos Nordestinos Advertem os Eleitores: Perigo Comunista”. Porém, apesar do título, a matéria trata de uma circular emitida pela *Previdência Eclesiástica do Rio Grande do Norte*, a qual recomenda os católicos a votarem com consciência, sem vender votos, e recomendam que não votem nos políticos comunistas ou nos que possuem ideias marxistas nas matérias. Também são feitas críticas aos candidatos liberais que tenham se rebelado contra as doutrinas sociais da Igreja, como nos diz o trecho destacado abaixo:

<sup>187</sup> BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. Ed: 2°. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 68.

<sup>188</sup> Recortes de Jornais, padres, igrejas e polícia. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional nº. 30402.

<sup>189</sup> *Diário de Pernambuco*, 20 mar 1960. Recortes de Jornais, padres, igrejas e polícia. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional nº. 30402. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE.

<sup>190</sup> *Jornal do Comercio*, 18 jul 1962. Recortes de Jornais, padres, igrejas e polícia. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional nº. 30402.

<sup>191</sup> Recortes de Jornais, Igreja e Ação Católica Operária. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário Funcional nº. 27572.

- Insistimos – diz o documento – que votem nos melhores entre os bons. Assim, não poderemos sufragar nas urnas: a) os candidatos comunistas ou outros nos quais pesem prudentes suspeitas de serem comunistas ou de tendência marxista; b) os que defendem princípios errados de capitalismo liberal e, por atos se tenham rebelado contra a adoção dos princípios da doutrina social da Igreja.<sup>192</sup>

Nos discursos, vemos uma preocupação social e busca de melhorias na vida do povo, misturando às críticas ao comunismo e ao liberalismo por serem consideradas ideologias equivocadas. A citação acima também mostra o posicionamento contrário dos Bispos da Igreja às teorias marxistas e aos políticos da esquerda, pois não recomendavam o voto nos candidatos “suspeitos de serem comunistas”. Em outras palavras, acusavam de comunistas mesmo os que não eram filiados ao partido (PCB), ou que mostrassem um projeto social diferente e que não envolvesse a Igreja.

O título, em tom de alerta, que a terceira matéria traz não condiz perfeitamente com o seu conteúdo, porém revela o posicionamento do jornal, claramente conservador. Entretanto, mesmo com a Igreja e muitos religiosos posicionando-se contra o comunismo, vamos observar, mais adiante, que o governo militar e a elite, conseqüentemente o DOPS-PE, consideram as ações religiosas de caráter sociais subversivas – principalmente por conta do trabalho em que ela desenvolvia nas comunidades, junto aos pobres.

Como consequência às mudanças pelas quais a Igreja vinha passando, apresentando a opção pelos mais pobres, entre 1962 e 1965, é realizado o Concílio Vaticano II, no qual foi consolidada uma mudança na eclesiologia. A proposta era trabalhar com o *povo de Deus*, valorizando a participação dos leigos em cerimônias religiosas, diminuindo a hierarquia da Igreja e inserindo-a nos meios populares. Houve resistência da parte mais conservadora da Igreja, porém, atendendo os apelos do Papa João XXIII, as mudanças foram realizadas.<sup>193</sup>

Com a Igreja optando pelos mais pobres e com o fortalecimento dessa posição pelo Concílio Vaticano II, é realizado, em 1968, a II Assembleia-Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), conhecido também como Conferência de Medellín, que buscava adaptar a nova doutrina, colocada durante o Concílio, à realidade latino-americana, pondo “o pobre como centro da reflexão e alvo primeiro da atuação pastoral”.<sup>194</sup> Foi em Medellín que a igreja firmou suas “três grandes opções: pelos pobres, por sua libertação

<sup>192</sup> “Bispos Nordestinos Advertem os Eleitores: Perigo Comunista”. Diário de Pernambuco, 10 ago 1962. Recortes de Jornais, Igreja e Ação Católica Operária. Fundo: SSP/DOPS-PE/APEJE. Prontuário nº. 27572.

<sup>193</sup>CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Op.Cit.**, p. 43 – 44.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 39.

integral e pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's”.<sup>195</sup> Abordando a realidade latino-americana era impossível não tocar nas questões sociais e na pobreza que atingia o continente. A partir da Conferência de Medellín foi possível à Igreja criar uma filosofia de trabalho e projetos voltados para os mais pobres que, além de evangelizar, buscava lutar por melhores condições de vida para o povo. Segundo D. Fragoso, por meio desta conferência, “nasceu o mundo alternativo da libertação: Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Libertação, leitura popular da Bíblia...Tudo saiu dali”<sup>196</sup>.

Esse novo posicionamento da Igreja, privilegiando as classes populares, ocorrera devido ao avanço das ideologias comunistas e socialistas na América Latina, ideologias essas que criticavam a Igreja por defender interesses das classes dominantes e era apontada como um fator de alienação das massas. O medo de perder fieis incentivou uma igreja mais politizada e preocupada com as desigualdades sociais do continente, procurava discutir as raízes dos problemas sociais e não incentivava apenas as ações paliativas, mas também as definitivas. Essas requeriam uma drástica mudança social, pois punha em xeque o latifúndio e privilégios das classes mais abastardas.

Sistematizando o posicionamento da Igreja frente aos mais pobres, Alves (1966) afirma que a Igreja se opunha as Ligas Camponesas marxistas; desejava manter dentro da igreja a população rural, pois, nas cidades, havia perdido espaço entre o operariado; e finalmente, estabeleceu o “compromisso da igreja com a promoção do homem, onde quer que ele se encontre, que foi a motivação principal dos jovens, padres ou leigos, que (...) procuravam cumprir o papel de fermento do Povo de Deus”<sup>197</sup>.

Desde o início, a Igreja se posiciona contra o comunismo, porém muitas de suas ações, assim como a de alguns religiosos, padres ou leigos, se aproximam da teoria marxista. Muitos membros da igreja, principalmente os leigos, se envolvem com ações promovidas pelas esquerdas. Essa foi a grande contradição da Igreja Progressista, será discutido ainda mais à frente.

Para Cabral, com os desdobramentos do Concílio Vaticano II foi possível envolver religiosos e leigos nas lutas pela redemocratização do país e “em outras frentes de libertação de amarras que antecipassem o Reino de Deus aqui na terra, bem como formar ministros, nos ministérios religiosos, a partir dessa nova perspectiva”<sup>198</sup>. Com isso, foi possível surgir uma igreja mais democrática que criou espaços democráticos de discussões, conscientização e

<sup>195</sup> BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. Ed: 2°. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 79.

<sup>196</sup> D. Fragoso *apud* CABRAL, 2008, p. 48

<sup>197</sup> ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Hora e Vez do Brasil. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. p. 68.

<sup>198</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Op.Cit.**, p. 19.

interpretação bíblica, possibilitando as lutas de resistência à ditadura, bem como pela redemocratização do país.

A ideia de colocar o pobre como centro da atuação pastoral recebeu o nome de Teologia da Libertação. Esta buscava aproximar a igreja do povo e combater as injustiças sociais, trabalhava junto dos oprimidos, pretendia a libertação dos povos da América Latina, vítima de um sistema desigual para ricos e pobres, com direitos cerceados por conta dos Ditaduras Militares em que muitos países latinos enfrentaram, entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente. Para Boff, a Teologia da Libertação trata-se:

da libertação social dos oprimidos; isto implica a superação histórica do sistema capitalista, principal produtor de opressão, na direção de uma sociedade mais participada, com estruturas que gestem mais justiça para todos. Política e analiticamente falando, cumpre caminhar rumo a uma sociedade do tipo socialista, de democracia participativa.<sup>199</sup>

Para alcançar seu objetivo, a Teologia da Libertação contava com ideias e métodos de trabalho próprios que também serão discutidos mais adiante.

Devido ao momento histórico que se encontrava, a Teologia da Libertação irá lutar pela redemocratização da política nacional, por acreditar que a democracia contribuiria para a diminuição das injustiças sociais. Segundo Cabral (2008), a democratização nacional também implicaria uma democratização da Igreja.<sup>200</sup>

Um dos objetivos do CELAM e CNBB era formar mais religiosos que trabalhassem nas comunidades, próximos do povo. Em 1960, no Congresso Eucarístico Nacional – Curitiba, foi idealizado três seminários, um deles ficaria no Nordeste, seria um Seminário Regional que abrigasse seminaristas vindos de todos os Estados da região. No mesmo ano ficou decidido que o novo seminário do Nordeste se localizaria na região metropolitana do Recife, em Camaragibe. Enquanto o prédio do seminário não ficasse pronto, ele funcionaria no seminário de Olinda. O seminário tinha influência da Ação Católica e oferecia diversas atividades, como cursos sobre marxismo, existencialismo, cinema, teatro, método de alfabetização Paulo Freire etc.<sup>201</sup>

Um ano antes do novo Seminário do Nordeste II ficar pronto, Dom Hélder chega ao Recife para assumir a Arquidiocese de Olinda e Recife em 11 de abril de 1964, poucos dias após o golpe de 31 de março. A essa altura já era bastante conhecido, principalmente pelas suas ações frente a Ação Católica e por ter sido o idealizador e fundador da CNBB e um dos

<sup>199</sup> BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. Ed: 2ª. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 81.

<sup>200</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade **Op.Cit.**, p. 18.

<sup>201</sup> *Ibid.*, p. 81.

fundadores do CELAM. Sua chegada foi um momento festivo e bastante divulgada pela mídia local, a cerimônia de posse contou com a participação do governador Paulo Guerra, empossado após prisão do então governador Miguel Arraes, e de representantes do IV Exército.<sup>202</sup> Logo nos primeiros dias como Bispo da AOR, D. Helder deixou claro que priorizava os mais pobres, visitou alagados no bairro de Santo Amaro, ainda disse que pretendia visitar os córregos e morros da cidade, estando sempre do lado do povo (Dom Hélder já possuía esta prática de visitar áreas pobres das cidades desde quando foi Arcebispo da cidade do Rio de Janeiro, como mostramos na figura 12). Também fez visita ao prefeito do Recife, Augusto Lucena, e ao General Justino Alves Bastos, que, segundo uma matéria do *Diário da Noite*, seriam amigos de longa data e confidente<sup>203</sup>.



**Fonte:** Instituto Dom Helder Câmara – IDHeC, Recife – PE. Dom Helder na favela Morro Azul, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1956. Neste período, como Arcebispo do Rio de Janeiro, o futuro arcebispo de Olinda e Recife já mostrava disposição em subir o morro, atividade que também realizou nas cidades de Recife e Olinda.

O Seminário Regional Nordeste II – SERENE II – finalmente foi inaugurado em 02 de maio de 1965, contou com a participação de D. Hélder e outros bispos da região nordeste,

<sup>202</sup> “Dom Helder inicia reinado de Cristo com missa pontifical na Sé de Olinda”. *Diário da Noite*, 13 de abril de 1964.

<sup>203</sup> “Dom Helder visitou autoridades e povo”. *Diário da Noite*. Recife, 15 de abril de 1964.

além da presença de autoridades, como o governador Paulo Pessoa Guerra e o General Antônio Carlos Muricy, comandante da 7<sup>o</sup> Região Militar. Em seu discurso, D. Hélder deixava claro como seria a formação dos seminaristas: voltada para o trabalho junto aos mais pobres.

O arcebispo de Olinda e Recife, fez discurso dando conta das responsabilidades dos padres em uma região subdesenvolvida. O metropolitano fez questão de ressaltar o papel dos padres, quando em muitas ocasiões “tinham de tirar os senhores de terra da idade média para o século XXI”<sup>204</sup>.

Esse discurso mostra o descontentamento de D. Hélder com o latifúndio e os problemas sociais agrários, não se intimidando ao criticar latifundiários, possivelmente por saber das perseguições que alguns religiosos estavam sofrendo no interior do país por questionarem a concentração de terras e a pobreza do campo. Além disso, havia um esforço do governo militar juntamente com as elites de manter as velhas relações no campo entre latifundiários e camponeses. Para isso, foram desarticulados os sindicatos rurais e até mesmo o Movimento de Educação de Base – MEB, programa responsável pela alfabetização dos camponeses, como afirma Alves (1968):

Para garantir a propriedade rural, o latifúndio, as relações feudais entre senhores e servos, foi dizimado o movimento de sindicalização dos trabalhadores do campo. O Movimento de Educação de Base, MEB, cujas centenas de escolas radiofônicas levavam ao interior do Norte e Nordeste noções de direitos trabalhistas, ensinamentos sobre sindicatos e ideias básicas de direitos políticos, além da simples alfabetização, foi vítima de uma caçada sem trégua.<sup>205</sup>

A rádio da arquidiocese de Olinda e Recife, que transmitia o MEB, foi obrigada a suspender o programa nos primeiros dias do golpe militar<sup>206</sup>. Por causa deste, muitos líderes camponeses, padres, religiosos protestantes e leigo foram perseguidos, presos e torturados. Os usineiros, com a ajuda de policiais, oficiais do IV Exército e capangas, caçavam os líderes sindicais e fechavam sindicatos rurais. Segundo Alves (1968):

Em Condado, o prefeito fechou o sindicato. O sindicato de Carpina absorveu o de Pau d’Alho. O de Ferreiro desapareceu. Palmares sofreu três intervenções sucessivas e deixou de existir como força ativa. Em Gameleira, o próprio interventor no sindicato prendeu um camponês de Palmares que lá aparecera para organizar uma reunião. Em Ipojuca, os patrões queimaram, em cerimônia pública, as carteiras sindicais de seus empregados.<sup>207</sup>

<sup>204</sup> “Representante do Papa inaugurou anteontem seminário de Camaragibe”. *Jornal do Commercio*. Recife, 04 de maio de 1965.

<sup>205</sup> ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Hora e Vez do Brasil. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968. p. 16.

<sup>206</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>207</sup> *Ibid.*, p. 91.

A repressão contra os sindicatos rurais continuou em diversas cidades de Pernambuco, com os latifundiários cometendo diversas atrocidades contra os trabalhadores com a permissão dos militares. Camponeses foram mortos ou desaparecidos, sem que houvesse qualquer tipo de investigação e punição contra os culpados. Era nesse ambiente caótico que padres católicos estavam envolvidos e também sofrendo perseguições por ajudar os camponeses.



**Fonte:** *Diário de Pernambuco*, 4 de maio de 1965. Seminário Regional Nordeste II. Foi inaugurado ainda inacabado, para D. Helder ele estava em construção e cresceria com o nordeste.

No dia 5 de maio, o *Jornal do Comércio*<sup>208</sup> publica o discurso completo de D. Helder na inauguração do seminário, o título da matéria trazia “Brasil carrega as contradições do mundo diz Hélder”. Em seu discurso, o arcebispo de Olinda e Recife faz críticas ao desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social, uma máxima durante a Ditadura Militar; o novo Seminário trabalharia pelo desenvolvimento em sua totalidade, abordando as questões humanas. O SERENE II tinha a função de formar seminaristas para evangelizar, mas não apenas isso, pois como evangelizariam levando a mensagem de Deus aos fiéis com estes vivendo em condições sub-humanas? Para D. Helder, até mais importante que a evangelização estava o incentivo aos mais pobres para criarem consciência de sua realidade. Sem isso, pareceria que a igreja tinha abandonado o povo para ser cúmplice da burguesia. D. Hélder ainda incentiva a sindicalização dos trabalhadores rurais; diz que trabalhar com os humildes e contra a injustiça é uma causa cristã e que promove os Direitos Humanos; questiona porque, como povo, não damos o exemplo de desenvolvimento econômico com justiça social.

<sup>208</sup> “Brasil Carrega as contradições do mundo diz Hélder”. *Jornal do Comércio*. 5 de maio de 1965.

Com relação ao papel do Seminário, D. Helder, que trabalhou inclusive no método de ensino a ser aplicado aos seminaristas, diz que a instituição irá “formar padres para o desenvolvimento, entendido este em seu sentido pleno”<sup>209</sup>, já dentro do ambiente do Vaticano II. A metodologia era articular questões teológicas e filosóficas com a realidade do subdesenvolvimento que afligia o nordeste brasileiro:

Nesta casa, serão estudados problemas ligados a teologia e a filosofia do desenvolvimento. Exemplos típicos:

Em que medida é possível aplicar aos povos ricos o que a Bíblia e os padres da igreja dizem sobre os indivíduos ricos?

Pode-se falar em direito ao desenvolvimento, no sentido próprio da expressão?

Qual o alcance exato do direito de propriedade em Sto. Tomás de Aquino, na Patrística, no Magistério?

Que princípios éticos apor no desenvolvimento?

Como marcar a presença cristã na elaboração de uma civilização do desenvolvimento solidário?<sup>210</sup>

D. Helder ainda fala que os padres teriam a missão de unir o Brasil desenvolvido com o Brasil subdesenvolvido.

Alguns dias depois da inauguração do seminário, 13 de maio de 1965<sup>211</sup>, algumas Igrejas católicas, dos bairros do Pina e Boa Viagem, amanhecaram pichadas com os dizeres “Viva o PCB”, “Viva o D Helder e o PCB”.



**Fonte:** *Jornal do Comercio*, 13 de maio de 1965. “Desrespeito aos Templos”. Diz a legenda: “Indivíduos que as autoridades policiais não identificaram e que segundo dom Helder Câmara, são apenas intrigantes, não respeitaram nem os templos católicos, numa ação sórdida contra o pastor da arquidiocese de Olinda e Recife. Na foto do sargento Chateaubriand, parede de uma das três igrejas pichadas”.

<sup>209</sup> Ibid., 5 de maio de 1965.

<sup>210</sup> Ibid., 5 de maio de 1965.

<sup>211</sup> Ibid., 13 de maio de 1965.

O SERENE II já trabalhava com o foco nos mais pobres e procurava atingir os meios populares, por isso possuía uma organização peculiar em relação a outros seminários tradicionais. Os seminaristas tinham mais liberdade para sair ou viver fora do seminário. 52 seminaristas chegaram a participar de movimentos estudantis, em 1966, e passeatas que reivindicavam liberdade a estudantes presos. Nessas passeatas, dois seminaristas foram presos.<sup>212</sup> A partir de 1967 foi estabelecido que os alunos passariam parte de sua formação morando nas periferias da cidade com a supervisão de um padre, iriam viver junto do povo e escrever relatórios. Acreditava-se que com os estudantes morando em comunidades cada aluno teria

melhores condições de exercer a pobreza, o sacrifício, a responsabilidade, a caridade e uma efetiva coparticipação na vida. Além disso, será mais harmoniosa a formação para o diálogo com todos os homens, para uma pastoral mais inserida no mundo real e para a autenticidade da vida espiritual e do celibato.<sup>213</sup>

Sob a influência da Teologia da Libertação, surgem as Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, organizada pela Igreja. Elas são uma adequação à nova proposta de eclesiologia, colocada no Concílio Vaticano II, à realidade latino-americana. As CEB's apresentam-se como uma “comunidade que questiona e reconstrói as comunidades – família, sociedade, paróquia – dentro de um novo modelo”.<sup>214</sup> Dentre suas atribuições, estão: conscientizar, mobilizar e criar experiências alternativas de comunhão e participação; além de exercer uma educação libertadora que procura

diagnosticar a realidade existente, com ajuda das ciências humanas e fundamentalmente a luz da fé (...) Liberte “de” situações opressoras (pessoais, grupais, sociais); liberte “para” a fraternidade e a comunhão escatológica (G1, 5,1); liberte “com” a comunidade, pois ninguém liberta ninguém, mas sim junto com os outros.<sup>215</sup>

As CEB's podiam ter diferentes formatos, mas geralmente eram “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou capela (rural), por iniciativa de leigos padres ou bispos”.<sup>216</sup> São os leigos que organizam as missas e as atividades das paróquias, possuindo como missão lutar a favor dos mais carentes, “libertando” o povo da opressão. Em suas

<sup>212</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Op.Cit.**, p. 90.

<sup>213</sup> *Ibid.*, p. 94.

<sup>214</sup> MARINS, José. **Metodologia Emergente Das Comunidade Eclesiais De Base**. São Paulo: Paulinas, 1980. p. 18.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>216</sup> BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 16.

reuniões, além de orações e cantigas, eram comuns debates sobre os problemas enfrentados pela comunidade e discutiam-se os meios para reivindicar melhorias para o bairro. Elas se estendiam por todo Brasil, tanto nas áreas urbanas como nas rurais; cada CEB's possuía a sua própria organização<sup>217</sup>. Sua reflexão “não se reduz a uma totalização *ad intra* (para dentro), mas se abre ao exercício da razão crítica, desocultando os mecanismos gerados de sua pobreza”<sup>218</sup>.

As CEB's da área urbana atuavam principalmente nas periferias; procuravam evangelizar o povo, mas também buscavam soluções para os problemas locais; ajudavam pessoas diretamente (necessitados, desabrigados, alguém que estivesse passando por injustiça etc.); construía cooperativas, pontes, uma estrada, tomando soluções para resolver as dificuldades que a comunidade passava; em muitos casos, recorriam às autoridades para realizar denúncias ou reivindicar melhorias estruturais (escolas, hospitais etc.).<sup>219</sup>

Segundo Dom Fragoso<sup>220</sup>, as CEB's tentam pôr em prática um modelo de igreja popular que tinha como método o modelo pedagógico de Paulo Freire (utilizado pelo MCP) – isso ocorria principalmente aqui no Brasil. Ele ainda nos diz que as CEB's não tinham por objetivo enfrentar a Ditadura Militar, porém sua proposta era incompatível com a doutrina de Segurança Nacional posta pelo regime. O confronto era inevitável.

É esta Igreja comprometida com os mais pobres que atuou na periferia do Recife, mesmo sob a vigilância e repressão do DOPS – PE. Liderada por D. Helder, reorganizou os movimentos de bairro, que lutaram por melhores condições de moradia, espaço na política e cidadania, sendo uma das lideranças pela redemocratização do país.

## 2.2 ATUAÇÃO DA IGREJA PROGRESSISTA NA PERIFERIA DO RECIFE: OPERAÇÃO ESPERANÇA, CONSELHOS DE MORADORES E AS CEB'S

“Trabalhar com o povo e não para o povo”.  
(Lema do grupo Encontro de Irmãos)

Dom Helder assume a arquidiocese de Recife e Olinda poucos dias depois do golpe civil e militar de 1964; foi sob um clima de vigilância e tensão que a Igreja progressista atuou nos bairros periféricos da cidade. A experiência da Frente do Recife, organização política na

<sup>217</sup> Ibid., p. 16.

<sup>218</sup> BOFF, Leonardo. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. Ed: 2°. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 73.

<sup>219</sup> MARINS, José. **Op.Cit.**, p. 18.

<sup>220</sup> Dom Fragoso apud BARRETO; FERREIRA, 2004, p. 190.

qual as associações se apoiavam, foi interrompida com a prisão de seus líderes, alguns aos quais encaminhados ao exílio. Militares e civis preconizavam “uma repressão dura contra comunistas e trabalhistas, a quem chamavam pejorativamente de populistas”<sup>221</sup>, a ideia era impedir que estes políticos disputassem as eleições previstas para 1965 e 1966.

Os direitos civis e políticos foram os principais atingidos pela repressão proporcionada pelo novo governo através dos Atos Constitucionais, o que dava um aspecto de legalidade às suas ações. Em 9 de abril de 1964, é introduzido o primeiro Ato, pelo General Castelo Branco; nele foram cassados direitos políticos pelo período de 10 anos de políticos, líderes sindicais e intelectuais militantes<sup>222</sup>. Em outubro de 1965 veio o Ato nº 2: proibia as eleições direta para o cargo de presidente, dissolvia os partidos políticos e criava um sistema de dois partidos. No ano seguinte, o General Garrastazu Médici assume a presidência e incorpora o AI – 5 na nova constituição. Daí para frente, o regime endurece ainda mais. É estabelecida a Nova lei de Segurança Nacional, a pena de morte por fuzilamento, a censura prévia nos meios de comunicação e a ampliação e fortalecimentos das agências repressoras, como o DOI-CODI<sup>223</sup> e DOPS.

A Igreja progressista liderada por Dom Helder Câmara foi importante para a reorganização de alguns movimentos sociais, como os sindicatos de operários de fábricas, como as têxteis, e movimentos de bairro, pois muitos membros das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s fundaram Clubes de Mães e associações comunitárias<sup>224</sup>.

### **2.2.1 “Quem espera sempre alcança três vez salve a esperança”: Operação Esperança e os Conselhos de Moradores**

Como faz 52 anos do golpe de 1964 e 31 de democracia brasileira, há muitas memórias e experiências sobre esse período, assim como muitas visões sobre o assunto. Estudar a segunda metade do século XX é conviver com relatos e memórias, tanto escritas quanto orais; esse período está repleto de memórias e narrativas. Dessa forma, a memória nos serve como fonte histórica e aqui pretendemos cruzar esta fonte com outros documentos. Também corrobora o pensamento de Guimarães Neto (2006) quando afirma “ser pertinente discutir, sim, a utilização das fontes orais na estrutura narrativa, exibindo o traços das

<sup>221</sup> REIS, Daniel Arão. *Op.Cit.*, p. 49.

<sup>222</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op.Cit.*, p. 160.

<sup>223</sup> Centro de Operação de Defesa Interna – DOI-CODI. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Ed.: 17ª. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 163.

<sup>224</sup> MARINS, José. *Metodologia Emergente Das Comunidade Eclesiais De Base*. São Paulo: Paulinas, 1980. p. 54.

experiências históricas como resultado das práticas sociais”<sup>225</sup>. A memória e sua narrativa é o que torna o tempo em tempo humano, é um tempo de experiência, como nos diz Ricoeur (1994):

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será frequentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.<sup>226</sup>

A memória, quando lembrada e relatada, passa por uma nova interpretação, o eu de hoje interfere no eu de ontem, o eu do presente “atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado”<sup>227</sup>; o passado ganha um novo sentido. Com isso, a memória não reflete uma cópia de uma experiência vivida, pois ela é “como trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção”<sup>228</sup>.

Com as associações praticamente extintas, a Igreja Católica progressista, através da Teologia da Libertação, possuiu um papel fundamental no que diz respeito ao ressurgimento dos movimentos populares de bairro. A Operação Esperança Urbana, a criação das Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e conselhos de moradores em diversos bairros do Recife conseguem mobilizar novamente a população com o intuito de reivindicar melhores condições de vida. Como afirmou em uma entrevista o padre Reginaldo Veloso,<sup>229</sup>

muitas associações se acabaram com a repressão devido ao clima de medo instaurado, todos de organização popular estavam sob suspeita como ação comunista, subversiva, e realmente haviam pessoas do partido comunista, partido de esquerda, que atuavam nessas organizações também. Eu sei que... de chegada, um tempo, eu diria assim, de recessão da organização popular e nós da igreja através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base das paróquias de Olinda e Recife, nós realmente durante o tempo da ditadura fomos um movimento de igreja que se identificou com os movimentos sociais, com o que restou dos movimentos sociais, das pessoas que não mais participavam abertamente de uma organização por medo da repressão, mas que procuravam nos espaços da igreja se abrigarem, vamos dizer assim. Esse movimento de igreja sustentou o mínimo de organização popular que havia naqueles anos de chumbo.<sup>230</sup>

<sup>225</sup> GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração Memórias e Práticas Culturais**. Cuiabá: UFMT ED, 2006. p. 45.

<sup>226</sup> RICOEUR, Paul *apud* GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração Memórias e Práticas Culturais**. Cuiabá: UFMT ED, 2006. p. 47.

<sup>227</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 40.

<sup>228</sup> *Ibid.*, p. 40.

<sup>229</sup> Entrevista realizada em 14/05/2012, Recife-PE. O padre Reginaldo Veloso começou seu trabalho de evangelização em Casa Amarela no ano de 1968 com a criação de uma CEB’s na comunidade da Macaxeira, depois desenvolveu o mesmo trabalho em outras comunidades do bairro, foi um dos fundadores do conselho de moradores do Morro da Conceição em 1980. Vive em Casa Amarela até hoje.

<sup>230</sup> Entrevista concedida a autora. Recife, 14/05/2012.

Ainda em 1964, Dom Helder Câmara assume como arcebispo de Recife e Olinda. Simpatizante da teologia da libertação, Dom Helder irá atuar na defesa dos mais carentes e oprimidos, além de ser um combatente das atrocidades da ditadura militar. É sob a proteção da igreja progressista que os movimentos de bairro e outras organizações religiosas formadas por leigos, como a Ação Católica Operária (ACO) e Juventude Operária Católica (JUC) irão se reorganizar e burlar a vigilância militar.

Após as fortes chuvas e a cheia do rio Capibaribe, na qual famílias inteiras ficaram desabrigadas e que também causou a morte de mais de uma dezena de pessoas devido aos deslizamentos de terra nos morros (Figura 15), em junho de 1965, D. Hélder organizou a Operação Esperança Urbana no Recife. Lançada em setembro de 1965, tinha por objetivo mobilizar a sociedade e o governo para realizar melhorias nas comunidades atingidas pelas cheias. Para isso, D. Hélder contou com a participação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da iniciativa privada. Os esforços resultaram na recuperação de 6.676 casas<sup>231</sup>.



**Fonte:** Acervo: APEJE. “Excesso de chuvas provoca desastres e semeia a morte”. Capa do Jornal do Commercio em 13-06-1965 noticiando os estragos causados pelas chuvas naquele ano, que atingiu, principalmente, a população mais pobre.

Para D. Helder as chuvas apenas desvendaram a miséria que existia nas áreas afetadas (Figura 16). Ele afirmou ao *Jornal do Comercio* que a sociedade deveria declarar guerra contra a miséria. Organizou encontros no palácio do governo que envolveu o governador, representante da SUDENE e da Escola de Serviço Social, as reuniões serviram para discutir

<sup>231</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos:** Operação Esperança e Terras de Ninguém. Série Movimentos de Bairro. Recife: FASE. p. 7. Localizada no Instituto D. Hélder Câmara, no Recife. Na obra não consta o ano em que foi feita.

medidas para a erradicação da miséria no Nordeste<sup>232</sup>. Fez várias declarações chamando atenção para o assunto ao longo do mês de junho de 1965. A partir desses acontecimentos, iniciou-se a articulação entre Igreja e poder público para a criação da Operação Esperança Urbana, que atuou nas periferias de Recife e Olinda.



**Fonte:** "Hélder disse ontem na justiça que enchentes abriram véu na miséria". Notícia do Jornal do Comercio, junho de 1965. D. Hélder denuncia a miséria e exige ações para combatê-la. Acervo: APEJE.

D. Helder apresenta os planos da Operação Esperança em uma reunião na Câmara de Vereadores no Recife em 30 de junho de 1965. Segundo o relatório do DOPS sobre essa reunião, ficou evidente como ela era bem organizada por D. Helder. A Operação Esperança contou com a participação de empresas privadas, instituições públicas, prefeituras e estudantes universitários, procurava diminuir as desigualdades fornecendo habitações dignas para os pobres. De acordo com D. Helder, a convivência com a violência em que muitos

<sup>232</sup> "Dom Helder expôs seus planos para reduzir a miséria do Recife". *Jornal do Comercio*, 24 de junho de 1965.

jovens viviam era fruto da falta de moradia e local digno para viverem. Foi a partir da Operação Esperança que D. Helder estimulou os conselhos de moradores, pois acreditava que os moradores das comunidades tinham um papel fundamental para esta iniciativa<sup>233</sup>.

A Operação Esperança foi inaugurada em setembro de 1965 e procurava unir esforços da sociedade civil e do Estado para o combate à miséria no Nordeste. Tinha por finalidade atuar nas chamadas áreas-desafio (favelas, alagados, morros etc.). O objetivo era melhorar a condição de vida das pessoas a partir de melhorias na infraestrutura urbana<sup>234</sup>. Ainda buscava:

- a) Estimular o processo de conscientização que facilitasse a “integração crítica” do homem na comunidade.
- b) Identificar e capacitar as lideranças locais.
- c) Caracterização das “áreas desafio” visando a adequar recursos e necessidades.
- d) Ação política com o propósito de integração no processo de desenvolvimento<sup>235</sup>.

O projeto estimulava os populares a trabalharem em conjunto em prol da comunidade; dessa forma, o trabalho não seria para o povo, mas com o povo. Adotava o método *ver, julgar e agir* (identificar um problema, propor soluções e pô-las em prática). Sua organização era composta pelas Assembleia Geral, diretoria, conselho consultivo, conselho técnico e conselho geral dos moradores<sup>236</sup>.

A área de atuação da Operação Esperança se concentrava na região metropolitana do Recife. Uma de suas iniciativas foi estimular o surgimento dos Conselhos de Moradores, os quais tinham por finalidade identificar as lideranças locais e estimular o processo de conscientização dos moradores em relação a sua comunidade. Assim, surgiram inúmeros conselhos de moradores nos altos, córregos e em outras áreas pobres do Recife. Esses movimentos estavam ligados à Igreja, contavam com o apoio de padres e freiras estimulados por D. Hélder a trabalharem com a população carente. Os líderes comunitários reuniam-se em assembleias para discutir as necessidades das comunidades, reivindicavam melhorias para seus bairros através de abaixo assinados e pequenas manifestações e protestos. Os conselhos de moradores também possuíam um papel assistencialista, alguns ofereciam cursos profissionalizantes e neles também eram realizadas vacinações, atividades culturais e de educação<sup>237</sup>.

<sup>233</sup> “Operação Esperança”. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.672.

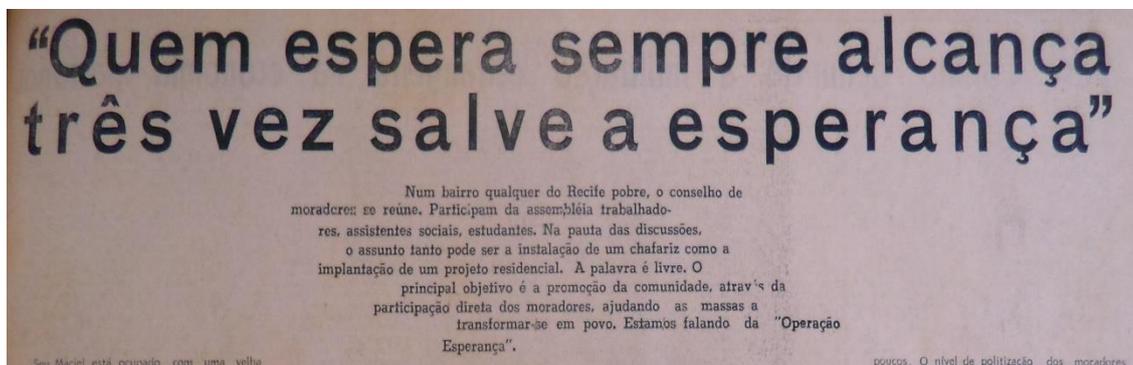
<sup>234</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos**: Operação Esperança e Terras de Ninguém. Série Movimentos de Bairro. Recife: FASE. p. 8.

<sup>235</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>236</sup> *Ibid.*, p. 8.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p. 9.

O jornal *Edição Extra*<sup>238</sup> trouxe, em 1968, uma matéria exaltando a Operação Esperança e as transformações que a ação promovida pela Arquidiocese de Olinda e Recife causaram em algumas comunidades, como a construção de casas populares, que envolveu os próprios moradores da comunidade nas construções. O programa ainda estimulava a formação de cooperativas para geração de renda; uma dessas cooperativas era das lavadeiras, e mostrava a importância da contribuição na Previdência Social. Buscava, também, a união comunitária, que através dos Conselhos de Moradores podiam discutir as dificuldades locais e procurar soluções, como coleta do lixo, construção das casas e chafarizes. Tudo era discutido abertamente.



**Fonte:** “Quem espera sempre alcança três vez salve a esperança”, setembro de 1968. Matéria do jornalista Ricardo Noblat.

Diz a manchete, logo abaixo do título da matéria:

Num bairro qualquer do Recife pobre, o conselho de moradores se reúne. Participam da assembleia trabalhadores, assistentes sociais, estudantes. Na pauta das discussões, o assunto tanto pode ser a instalação de um chafariz como a implantação de um projeto residencial. A palavra é livre. O principal objetivo é a promoção da comunidade, através da participação direta dos moradores, ajudando as massas a transformar-se em povo. Estamos falando da “Operação Esperança”<sup>239</sup>

A manchete levanta pontos interessantes sobre como funcionava a Operação Esperança. Em “A palavra é livre”, o jornalista mostra a liberdade que as pessoas tinham de se expressar em plena ditadura, o que tornava os Conselhos de Moradores pequenos espaços democráticos dentro de um Estado de exceção. Outro ponto é “ajudando as massas a transformar-se em

<sup>238</sup> “Quem espera sempre alcança três vez salve a Operação Esperança”. *Edição Extra*, terceira semana de setembro de 1968. Recife: Acervo Fundaj. p. 09.

<sup>239</sup> *Ibid.*, p. 9.

povo”, de marginalizados a cidadãos que participam da vida da cidade e que buscam melhorias para a vida da comunidade.

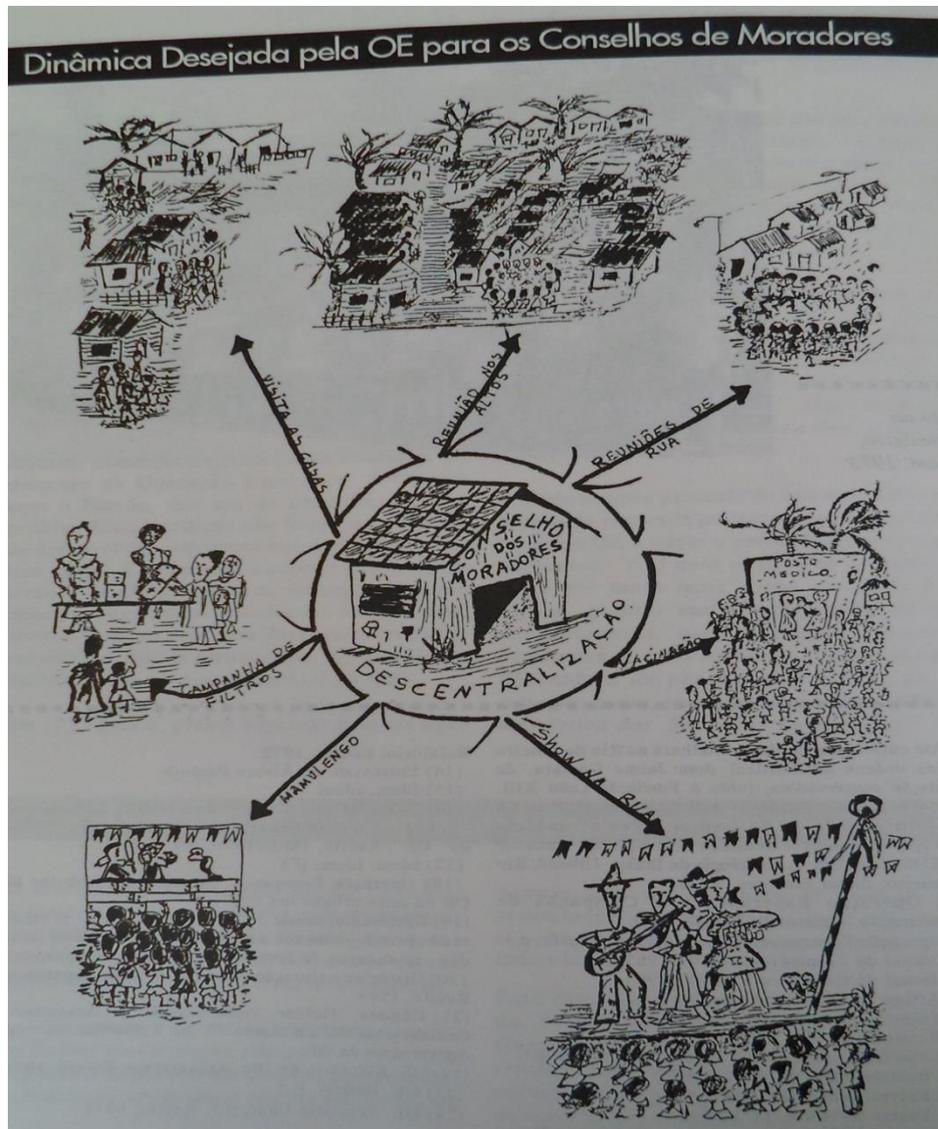
D. Hélder teve participação direta na formação do Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio, comunidade do bairro de Casa Amarela, para isso ele contou com a colaboração do Sr. João José da Silva, morador da comunidade e ex-motorista da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, que também trabalhava como taxista e prestava serviços a D. Helder levando-o para eventos e comunidades que o arcebispo queria conhecer. Em entrevista, o Sr. João relata como se deu a criação do conselho de moradores do Alto José Bonifácio:

“Eu carregava D. Hélder em carro de praça (táxi) pra vários eventos que ele ia e ele me chamava e eu ia atender ele. Depois ele resolveu entrar nas associações de moradores, porque ele trazia gente de fora, de tudo que é lugar ele trazia, pra fazer as melhoras dos setores, tanto dos alagados como dos altos. Foi uma iniciativa de D. Hélder formar uma associação de moradores. Aí primeiro ele conversou comigo, ele me perguntou... Disse:  
 – lá onde você mora lá é alto ou é baixo?  
 Eu disse - É alto.  
 Ele disse – tem alguma igreja católica por lá?  
 Eu disse - Tem não. Lá tem uma capelinha, mas não é igreja não, é uma casinha que tem...  
 Ele disse – Tem colégio?  
 Eu disse - Tem um colégio grande: o Caio Pereira.  
 Aí ele disse – Eu vou fazer uma reunião lá uma noite... dá pra gente fazer?  
 Eu disse - Dá D. Hélder.  
 Ele disse – olhe você convide o pessoal que vai pra igreja, convide o pastor da igreja de crente e algumas pessoas que você conheça e que goste de trabalhar...  
 Aí eu disse - Tá certo (...) aí começamos a fazer a reunião, depois eu falei com as irmãs da igreja, que não tinha lugar pra gente se reunir aí fomos fazer a reunião na igreja<sup>240</sup>.”

A partir deste momento, o Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio passa a mobilizar cada vez mais a população da comunidade para reivindicar melhorias para o local. Um terreno é comprado com a ajuda das freiras, nele é construída a associação dos moradores. Por causa da pobreza, atividades sociais como doações de alimentos e colchões também eram realizadas pela associação que ainda fornecia cursos profissionalizantes gratuitamente. O padre Reginaldo Veloso, que era o pároco da Igreja da comunidade, também participava de algumas reuniões. Seu João, ou seu Galego, como é mais conhecido na comunidade, assume a presidência da associação em 1981, permanecendo até, aproximadamente, 1984, porém a associação é anterior a esse período – surgiu ainda na década de 1960. O jornal *Edição Extra* fala um pouco sobre as atividades exercidas pelo Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio:

<sup>240</sup> Entrevista realizada em 14/11/2012, Recife – PE. João José da Silva foi um dos fundadores do conselho de moradores do Alto José Bonifácio e ex-presidente. Ainda hoje mora na comunidade.

Já no Alto José Bonifácio, depois da criação dos Conselhos de Moradores e dos grupos de vizinhos – para ajudar o conselho e evitar o comunismo – inúmeras atividades estão sendo empreendidas. Cursos profissionalizantes foram dados. Grupos de lavadeiras já existem e agora estão sendo dinamizados. 5 assistentes sociais e 4 alunas atuam na área<sup>241</sup>.



**Fonte:** Série Movimentos de Bairro. FASE, Recife – PE. p. 16. Esquema da dinâmica desejada pela Operação Esperança para os Conselhos de Moradores. Fonte: CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos:** Operação Esperança e Terras de Ninguém.

Observamos no esquema acima que os conselhos de moradores poderiam assumir diversas funções, como promover visitas nas casas, reuniões nos altos e nas ruas, vacinação, shows de rua com atrações culturais locais e regionais, teatro de mamulengo e campanhas

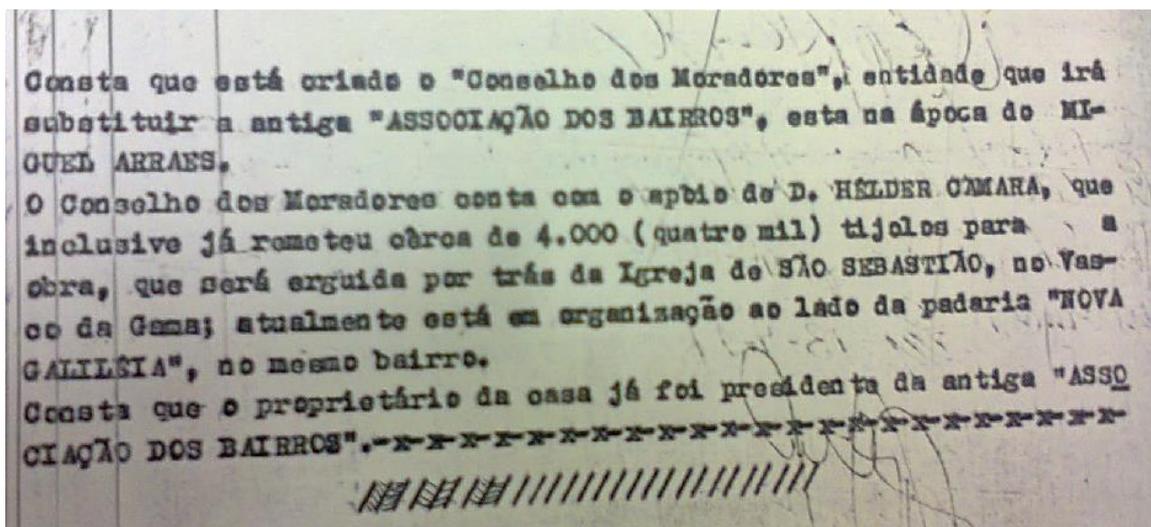
<sup>241</sup>“Quem espera sempre alcança três vez salve a Operação Esperança”. *Edição Extra*, terceira semana de setembro de 1968. Recife: Acervo Fundaj. p. 09.

voltadas para a saúde dos moradores – como a do filtro. Buscava conscientizar os moradores em diversos aspectos, tanto culturalmente como no que diz respeito a saúde e a política. Percebemos a influência do MCP na organização dos conselhos.

Segundo o Sr. João, era proibido a participação de políticos no conselho de moradores e esses não participavam delas (a não ser de forma clandestina, pois os partidos de esquerda estavam proibidos). Porém alguns participavam na condição de convidados para as reuniões na qual se reivindicavam melhorias para a comunidade. Esse discurso fazia parte da tática de driblar a desconfiança dos agentes da polícia; enfatizar que os conselhos estavam ligados à igreja e não a partidos políticos afastava, ao menos teoricamente, a suspeita de subversão sobre estas entidades. O depoimento de um ex-membro da Operação Esperança também afirmava essa preocupação em desvincular os conselhos, e a própria Operação Esperança, dos partidos políticos:

Quando eu entrei na OE (1975) nos conselhos de moradores o pessoal falava o tempo todo que aquilo era um trabalho comunitário, que não tinha nada a ver com comunismo, que era uma coisa do povo se juntar, se reunir. Tinha que ficar dizendo isso permanentemente porque a coisa (o temor) tava muito viva<sup>242</sup>.

Todavia as ações da Igreja nas comunidades não passaram despercebidas da vigilância do DOPS-PE, como mostra o trecho de um relatório no qual o agente acompanha as ações de D. Helder nas comunidades do Recife, detalhando o processo de formação dos conselhos de moradores:



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1061. Relatório de 17-08-1971. Consta a criação do Conselho de Moradores do bairro do Vasco da Gama com o apoio de D. Helder Câmara

<sup>242</sup> Depoimento de Álvaro Pantoja *apud* CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos:** Operação Esperança e Terras de Ninguém. Série Movimentos de Bairro. Recife: FASE. p. 9.

Para despistar o olhar rigoroso do regime militar, as novas organizações foram chamadas de conselho de moradores, procurando se distinguir das antigas associações de moradores. Juntos, igreja e comunidade reivindicaram melhorias para o bairro e assim obtiveram vitórias. Eliana Freire explica a importância das CEB's e o suporte que ela fornece às manifestações organizadas pelos populares de Casa Amarela na luta por uma vida digna.

Com o apoio da população o movimento das CEB's progrediu bastante, contribuindo assim para estimular a formação de um movimento que lutasse diante dos poderes públicos pelos interesses da população e, ao mesmo tempo, não fosse contra o poder do Estado – os conselhos de moradores. Nos anos de 1970, o conselho de moradores de Casa Amarela empreendeu importantes lutas de resistência, organizando diversas manifestações, reivindicando qualidade de vida e protestando contra as políticas públicas do governo local. Dessa forma, conseguiram mudar projetos de urbanização e boicotar as estratégias dos poderes públicos de controlar os movimentos.<sup>243</sup>

A Igreja assumiu esse papel que outrora fora realizado por partidos de esquerda, até porque os partidos da esquerda estavam proibidos, com seus líderes e membros presos, desaparecidos ou exilados.

Ao que parece, a única diferença existente entre as associações de bairros e os conselhos de moradores é o fato do primeiro está ligado a partidos políticos, como o PCB e a Frente do Recife. Os partidos de esquerda que formavam a Frente do Recife estavam proibidos, após 1964. A clandestinidade dificultava sua atuação nas comunidades. Porém, ambos possuem os mesmos objetivos de participação popular na administração pública da cidade do Recife e reivindicação por melhorias estruturais nos bairros e, até mesmo, a posse da terra nas áreas consideradas irregulares.

Em um trecho da cartilha *Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém*, elaborada por Maria do Céu do E. S. Cezar, consta um trecho da fala de um ex-voluntário, na qual ele diz acreditar que a Operação Esperança teria surgido por “medo do comunismo, para impedir o comunismo de avançar”<sup>244</sup>; para isso se fez necessário o combate à fome. Essa opinião é bastante interessante, pois se opõe ao que os militares diziam, já que estes acreditavam que D. Helder apoiava o comunismo, devido ao discurso da Igreja, que priorizava os mais fracos e oprimidos – discurso semelhante aos dos comunistas e dos socialistas. Por outro lado, confirma a existência do “medo comunista”, que se apoiava em

<sup>243</sup> FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. **Uma História Social do Movimento De Resistência à Ditadura Militar de Casa Amarela - Recife-PE 1964-1985**. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Historia-Social-do-Movimento-de-Resistencia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

<sup>244</sup> CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém**. Série Movimentos de Bairro. Recife: FASE. p. 9.

uma forte propaganda e especulações de supostos pequenos atentados praticados nos canaviais de Pernambuco, além da ampla divulgação de que o Comunismo seria contra a religião<sup>245</sup>. Esse medo comunista também serviu como pretexto para o golpe de 64.

### 2.2.2 “Pobre evangelizando pobre”: o Encontro de irmãos nas comunidades carentes do Recife

Outro movimento também criado por D. Hélder que teve atuação nos bairros foi o Encontro de Irmãos, iniciado em 1969. Eram realizados encontros de religiosos com a população local com o intuito de discutirem os problemas do bairro sob “à Luz do evangelho”. Seus lemas eram “pobre evangelizando pobre” e “trabalhar com o povo e não para o povo”.

“O Encontro de Irmãos” era como Dom Hélder chamava as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s. Em 1969, veio o projeto de evangelização: das 72 paróquias, 42 aceitaram fazer parte do projeto. Os grupos que se formavam ouviam, durante a noite, as palavras da Bíblia trazidas por Dom Helder, através de um programa de rádio da emissora, Rádio Olinda<sup>246</sup>. Padre Reginaldo nos contou como foi o início do movimento Encontro de Irmãos:

“No mês de março de 1969 a gente voltou a encontrar-se como na preparação do Natal de 1968, mas, dessa vez, para participar da primeira Semana de Evangelização que resultou no movimento Encontro de Irmãos, um trabalho iniciado por D. Hélder Câmara. As pessoas que assessoravam D. Hélder nesse trabalho eram pessoas que também vinham dessa herança do Movimento de Cultura Popular - MCP eram pessoas ligadas a movimentos sociais. Antes do AI 5, da repressão mais violenta, houve um movimento forte de Associações de Moradores, junto com a Operação Esperança, que foi um trabalho social desenvolvido por D. Hélder, logo quando ele chegou aqui”<sup>247</sup>.

O Encontro de Irmãos foi sendo aperfeiçoado com os anos, os leigos passaram a participar das decisões do movimento; a partir disso, criou-se o lema “Pobre evangelizando pobre”. O objetivo do encontro era “ajudar o povo a se unir, conhecer-se melhor, a se organizar e a entender melhor os seus direitos através do conhecimento mais de perto da pessoa e da missão de Jesus Cristo”<sup>248</sup>. Em um boletim do ano de 1977 o movimento afirma: “Vemos que o nosso trabalho tem uma finalidade própria. Não visamos só resolver o

<sup>245</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-174.

<sup>246</sup> CASTRO, Gustavo do Passo. **As Comunidades do Dom**. Recife: Massangana, 1987. p. 86.

<sup>247</sup> Padre Reginaldo Veloso. Entrevista concedida a autora, Recife, 14/05/2012.

<sup>248</sup> CASTRO, Gustavo do Passo. **Op.Cit.**, p. 88.

problema. Queremos antes de tudo evangelizar, ou seja, fazer com que o povo se organize a luz do evangelho”<sup>249</sup>. Dessa forma, o Encontro de Irmãos procurava unir conscientização política e evangelização, estimulava uma fé que não ficasse apenas no campo da fé, mas que partisse para o campo da ação, da busca pela cidadania.

Para a melhor compreensão dos populares sobre a importância da união e de refletirem sobre a sua realidade social, os religiosos utilizavam, em seus discursos, passagens bíblicas da vida de Jesus e as comparavam com a vida do povo. O padre Reginaldo Veloso nos relatou, em entrevista, como era a aproximação dos religiosos junto à população e como iniciavam as conversas no período em que esteve no bairro da Macaxeira, periferia do Recife, no fim da década de 1960:

Aí nós começamos o trabalho de evangelização bem no meio do povo que teve início precisamente no início de dezembro de 1968, quando a gente mapeou toda área em torno da paróquia e identificamos os núcleos de população e dividimos assim a área da paróquia em sete núcleos e eu e um colega meu que já estava na Macaxeira havia mais tempo, o padre Adriano, a gente se encontrava com as pessoas lá onde elas moravam, em algum lugar mais central desses núcleos e iniciamos uma preparação pra festa de Natal com algumas perguntas básicas: que sentido tem o Natal pra vida da gente? Como vem sendo a vida da gente, a vida do povo por aqui? E o que o Natal pode representar? Suas perspectivas para o ano novo... Desse trabalho surgiram as Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's.<sup>250</sup>

O Encontro de Irmãos tinha como prioridade os pobres e os jovens, por isso possuía um método de aproximação com essas camadas populares. A música era muito utilizada, algumas delas eram compostas pelos próprios membros, inclusive pelos leigos. Os cânticos traziam a mensagem que o movimento queria passar – de união dos populares –; procuram mostrar que juntos possuem mais força para reivindicar direitos, como nos mostra estas estrofes de um cântico do Encontro de Irmão:

O sal tempera, o fermento cresce  
Junto com a massa se vê a ação;  
Vamos levando pelo mundo afora  
Que está na hora de entrar em ação.

Um só palito com a mão eu quebro,  
Mas dez palitos eu não quebro não;  
Eu só gritando ninguém me atende,  
Mas, dez gritando já chama atenção.<sup>251</sup>

O método “ver, julgar e agir” procurava resolver os problemas comuns das comunidades em que atuava, poderia ser ligado tanto à infraestrutura, como fornecimento de

<sup>249</sup> Ibid., p. 88.

<sup>250</sup> Padre Reginaldo Veloso. Entrevista realizada em 14/05/2012, Recife-PE.

<sup>251</sup> CASTRO, Gustavo do Passo. **Op.Cit.**, p. 94.

água, coleta do lixo, energia elétrica e até mesmo problemas mais profundos; como à posse da terra ocupada.

No bairro de Casa Amarela o apoio da Igreja Católica foi importante, principalmente para a conquista da posse da terra pelos moradores do bairro, através do movimento “Terra de Ninguém”<sup>252</sup>. Esse movimento tinha por objetivo garantir a posse da terra para os moradores dos morros de Casa Amarela, que eram obrigados a pagarem o “aluguel de chão” para seus supostos proprietários, pessoas que se diziam donos daquela terra, porém nunca apresentaram um documento oficial que comprovasse que elas lhes pertenciam por direito. Esse movimento revela um problema histórico do Brasil: a concentração de terras. Muitas terras estavam nas mãos de poucas famílias, isso ocorria não só nas zonas rurais, mas também nas áreas urbanas. Padre Reginaldo foi um dos líderes desse movimento e comentou, assim, sobre ele:

E justamente foi desse grupo de Igreja que surgiram dois tipos de movimentos aqui em Casa Amarela, um foi o movimento de luta pela terra, Movimento Terras de Ninguém, que surgiu em ambientes da Igreja, com a participação de militantes históricos do Partido Comunista, como Manoel Marques, José de Aguiar, João do Cigarro, Arnaldo das Pedrinhas, do Alto das Pedrinhas e outros. Então havia esse movimento de organização do povo na luta pela desapropriação das terras de Casa Amarela para que o povo tivesse o terreno de sua casa reconhecido como seu. Esse movimento lutava pela desapropriação das terras, porque diziam que essas terras estavam nas mãos de falsos donos que não poderiam jamais comprovar a legitimidade de posse dessas terras e o governo tinha mais que reconhecer a posse da população e foi o que aconteceu a partir de 1980.<sup>253</sup>

*O movimento Terras de Ninguém* contou com lideranças populares, alguns já com experiência em política. O outro movimento de Igreja, a respeito do qual Padre Reginaldo comenta, foram as associações e conselhos de moradores, incentivados pela Igreja através da CEB's, ou Encontro de Irmãos.

O impasse com relação às ocupações das comunidades de Casa Amarela é antigo, mas o movimento ganha força a partir de 1975. Seus líderes passaram a questionar se o proprietário, ao menos quem dizia ser, tinha direito sobre aquelas terras: “Eles nunca foram dono de nada e hoje ele se diz dono de tudo e todo mundo acredita que ele é dono”<sup>254</sup> diz Arnaldo Rodrigues, um dos líderes do movimento, referindo-se a Rosa Borges, o proprietário das terras, que cobrava o aluguel de chão dos moradores.

<sup>252</sup> FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. **Uma história social do movimento de resistência à ditadura militar de casa amarela - Recife-PE 1964-1985**. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Historia-Social-do-Movimento-de-Resistencia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

<sup>253</sup> Entrevista concedida a autora. Recife, 14/05/2012.

<sup>254</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 56

Outro líder do movimento, José Severino de Aguiar, um comunista católico, desde 1969 já participava de um grupo mobilizado pela luta das terras. Ele comenta sobre a importância da igreja para o movimento Terras de Ninguém:

69, 70, 71, em 72 nós tava em campanha do terço se mobilizando nas casas dos companheiros. Nesse mesmo ano de 72, já com uma frente da importância religiosa no meio da gente, que D. Helder fundou aquele movimento de evangelização. (...) Na evangelização, nós fomos 72, 73, 74 em 75 a gente já estava bem mobilizado junto aos padres, as freiras e com aquela coligação com D. Helder, nós achamos que deveria procurar um advogado para nos ajudar Nós já tava preparado para jogar esse proprietário nos poderes judiciais e jamais ele podia explorar aquilo que ele não era dono.<sup>255</sup>

Após várias reuniões, manifestações, diálogos e pressão sobre o poder público, os moradores de Casa Amarela finalmente conseguem a desapropriação da terra no ano de 1980<sup>256</sup>.

Na década de 1970, em Casa Amarela, o padre Reginaldo Veloso organiza uma comunidade Eclesial de Base - CEB que contará com a participação efetiva da comunidade. As CEB's darão origem a vários conselhos de moradores, isso porque o objetivo dessas comunidades de base não era apenas refletir a palavra de Deus, mas também incentivar os cristãos a refletirem sobre sua condição social e a buscarem melhorias para suas vidas e sua comunidade. Como afirma o padre Reginaldo Veloso:

As CEB's eram realmente um lugar de evangelização, essa evangelização se fazia motivando as pessoas tanto na sua reflexão quanto na sua oração a se tornarem pessoas comprometidas com a mobilização da população e a organização da população na busca dos seus direitos.<sup>257</sup>

Além do Padre Reginaldo, outros religiosos, principalmente seminaristas, atuavam nas comunidades carentes do Recife, sendo estimulados pela nova organização praticada pelos seminários desde a chegada de Dom Helder.

Raimundo Viana Rego foi um desses seminaristas, nascido em Bacabal, interior do Maranhão, chega em Olinda em 1975 para estudar no Seminário de Olinda. Raimundo participou do Movimento Encontro de Irmãos e, assim como outros seminaristas, morou em bairros periféricos da cidade.

---

<sup>255</sup> Ibid., p. 61

<sup>256</sup> Veremos mais sobre o tema no terceiro capítulo desta obra.

<sup>257</sup> Entrevista concedida a autora. Recife, 14/05/2012.

Nós saíamos do convento e íamos morar nas periferias da cidade, era uma proposta de igreja. Inclusive os seminaristas do ensino superior moravam nas comunidades inseridas, inclusive os religiosos e as religiosas saiam do convento e iam viver com o povo na periferia. As religiosas formavam grupos, chamados de comunidades inseridas. (...) Eu tive uma experiência aqui na Ponte Preta, passava a semana lá. Era pobre evangelizando pobre, se dizia assim. (...) Nós saíamos do seminário e íamos para a periferia, morar em pequenos grupos de seminaristas e viver como o pessoal lá vive. Tinha gente que trabalhava para estudar, como um jovem da periferia que trabalha para pagar seu estudo, o seminarista trabalhava, trabalhava em um horário e estudava no outro.<sup>258</sup>

Segundo Marins (1980) os grupos de seminaristas que atuavam nas CEB's, nas periferias da cidade, buscavam analisar a realidade do local através de pesquisas, entrevistas, visitas domiciliares e participação nas festas populares; essas eram táticas para aproximar a população dos religiosos. Dessa maneira, os seminaristas podiam conhecer a realidade das pessoas e elaborar projetos e discussões para trazer os problemas vivenciados à tona. Tudo se iniciava com a criação de grupos, que posteriormente poderiam se transformar em CEB's ou outras associações populares, como as associações de bairro<sup>259</sup>. O professor Gilbraz Aragão vivenciou essa experiência quando era seminarista na década de 1980. Ele comenta sobre o período em que participou do Encontro de Irmãos e viveu nas periferias da cidade do Recife:

Nós éramos distribuídos em pequenas comunidades inseridas nos bairros populares, então eu morei em Campo Grande, depois morei em Planeta dos Macacos e nos últimos nos aqui no Espinheiro. Então éramos quatro ou cinco seminarista na casa, de manhã nós íamos estudar no ITER - Instituto de Teologia, em um curso de seis anos, a tarde normalmente se trabalhava ou como professor ou como animador pastoral de alguns movimentos. Eu trabalhei durante muitos anos no Encontro de Irmãos e cheguei a coordenar esse movimento por uns dois anos. (...) E aí a gente fazia... uma vez por semana um encontro bíblico, depois lá nesse bairro da Mangueira, a gente organizou um conselho de moradores, era um clube de mães, se transformou em conselho de moradores e a gente tinha algumas reuniões extra que ajudou umas senhoras a aprenderem a ler (...) Então era essa articulação: leitura da Bíblia com animação popular, clube de mães, os conselhos de moradores. Então, teve uma luta muito forte pela questão da água na periferia, depois teve outra luta muito forte pelo transporte, e o Encontro de Irmãos foi durante um tempo a alma do movimento popular no Recife.<sup>260</sup>

O discurso de Gilbraz, assim como o de Raimundo, confirma a importância da Igreja progressista e da Teologia da Libertação para a rearticulação dos movimentos de bairro no Recife, que passaram a ser estimulados pelo Encontro de Irmãos, ação promovida por D.

<sup>258</sup> Raimundo Viana Rego, entrevista concedida em março de 2016. Raimundo chegou a ser presidente da Associação de Moradores do Amaro Branco, periferia do município de Olinda, que teve sua origem no Movimento Encontro de Irmãos. Atualmente é funcionário público.

<sup>259</sup> MARINS, José. **Metodologia Emergente das Comunidade Eclesiais de Base**. São Paulo: Paulinas, 1980. P. 52-54.

<sup>260</sup> Entrevista concedida no mês de abril de 2016. Gilbraz Aragão atualmente é professor do Departamento de Teologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.

Helder. Também revela a estratégia adotada pela Igreja de colocar seus religiosos no convívio popular, para que a partir dessa proximidade não perdesse fieis para a política ou para outras religiões. Observamos que a Regime Militar, apesar de “tolerar” alguns movimentos por serem ligados à igreja, exercia uma vigilância sobre eles e em alguns casos houve repressão. Analisamos no próximo tópico como se deu a vigilância e repressão do DOPS-PE sobre as ações da igreja.

### 2.2.3 O Morro da Conceição e a ação da Igreja Progressista na comunidade

A partir de 1979, com o processo de abertura política, os movimentos sociais se intensificam, inclusive os movimentos de bairro. Organizados de forma espontânea, ou com a ajuda da igreja, estes movimentos tiveram grande influência durante a década de 1980. Na zona norte do Recife, principalmente no bairro de Casa Amarela. As associações de bairro, ou conselhos de moradores, contaram com o apoio de padres que trabalhavam nas comunidades. Seus trabalhos comunitários eram incentivados pela Arquidiocese de Olinda e Recife, através de Dom Helder, que usava seu programa de rádio, Um olhar sobre a cidade<sup>261</sup>, na rádio pertencente à Igreja Católica, Rádio Olinda, para estimular os ouvintes a refletirem sobre a mensagem religiosa e as questões políticas e sociais do país e da cidade. Dom Helder, algumas vezes, abria espaço para poetas populares e lia seus poemas no programa de rádio. Um dos artistas populares lido pelo arcebispo foi Nelson Barbosa da Silva, poeta dos morros e alagados, segundo ele, seu poema, “Balada do trabalhador”, foi lido no programa de 3 de agosto de 1979, o poema denuncia a situação precária dos trabalhadores, as injustiças e estimula a união:

Trabalhador, tu és a mola-mestra, injustiçada de uma nação em desenvolvimento.  
Tuas reivindicações quase sempre são negadas, tuas palavras são palavras ao vento...  
(...)  
Trabalhador, assim passa os anos, e ganhas só cabelos brancos... Nem um mocambo  
tens para morar, enquanto tua mulher, tão magra, tão nervosa, toma conta das  
crianças, lava até roupa de ganho, porque o que ganhas, grande homem, é tão pouco  
que não dá para comprar os livros para tua meninada estudar...  
(...)  
Unamo-nos trabalhadores! Unamo-nos, seja nos sindicatos, nos Morros, nas Vilas,  
porque toda união é santa e divina, e o bom Jesus jamais há de esquecer os pobres e  
humilhados filhos seus...<sup>262</sup>

<sup>261</sup> O programa foi veiculado pela Rádio Olinda entre os anos de 1974 até 1983, de segunda a sexta a partir das 6 horas da manhã.

<sup>262</sup> Programa de rádio “Um olhar sobre a cidade”. Olinda, 3 agosto 1979. Instituto Dom Helder Câmara – IDHeC.

Este poema retrata bem o momento vivido na época: desejo por mais justiça social após anos de Ditadura Militar, durante os quais fazer qualquer tipo de manifestação ou crítica social levantava logo suspeita de subversão. Denuncia o descaso e as péssimas condições de vida desses trabalhadores que, apesar de trabalharem muito, não conseguem melhorar de vida devido à má remuneração que recebem.

Na zona norte do Recife, a partir da década de 1970 e por toda década de 1980, a Igreja Progressista contribuiu para a formação de novos conselhos e associações de moradores, como os das comunidades do Córrego José Grande, Córrego São Domingo Sávio, Vasco da Gama Alto Santa Isabel e Mangabeira<sup>263</sup>. Seminaristas da SERENE II, que atuavam em comunidades, fizeram um verso em 1983 para mostrarem sua satisfação em trabalhar com os populares e firmarem seu lugar e o da Igreja junto aos pobres:

Estamos chegando das casas pequenas  
 Dos altos e córregos, de Casa Amarela  
 Do meio do povo, de gente sem terra  
 Chegamos, viemos ficar.  
 Estamos chegando do Jordão do Fundo  
 De dentro da luta, pra fora do mundo  
 Do Alto da Santa, povo moribundo  
 Chegamos, vimos ficar.<sup>264</sup>

A Federação de Associações, Centro Comunitários e Conselhos de Moradores de Casa Amarela (FEACA) surgem, também, com o apoio da Igreja Progressista. Levi Gomes, ex-militante do Conselho de Moradores do Córrego do Jenipapo, comenta sobre os religiosos que atuavam nas comunidades: “Padre Adriano na região da Guabiraba, padre Roberto na região de Nova Descoberta, padre Pedro na região da Macaxeira e padre Reginaldo Veloso na zona da paróquia do Morro da Conceição”<sup>265</sup>.

Um dos movimentos de bairro ligados à igreja mais atuante da cidade foi o Conselho de Moradores do Morro da Conceição. Esta comunidade já vinha de experiências de lutas passadas, como o Movimento *Terras de Ninguém*, que também possuía apoio da Igreja Progressista. A comemoração do 3º aniversário do movimento *Terras de Ninguém* aconteceu na igreja do Morro da Conceição, como nos mostra a imagem abaixo:

---

<sup>263</sup> Informação fornecida pelo Padre Reginaldo Veloso em entrevista a autora. Recife, 14/05/2012.

<sup>264</sup> CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a igreja?** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008. p. 171.

<sup>265</sup> Levi Gomes in LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia:** os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2014.



**Fonte:** CEZAR, Maria do Céu do E. S. Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém. Série Movimentos de Bairro. FASE, Recife – PE. p. 20. Comemoração do 3º aniversário do movimento Terras de Ninguém na igreja do Morro da Conceição. Observamos o homem no microfone, aparentemente um leigo, com um violão, como era a proposta da Teologia da Libertação.

Também participaram deste movimento outros conselhos de moradores da região do bairro de Casa Amarela, como o Conselho dos Moradores do Córrego do Jenipapo, que surgiu com o estímulo do padre estrangeiro, Pedro Camilleri<sup>266</sup>, ainda durante o período militar mais rígido, e foi muito atuante na zona norte do Recife.

A partir de 1979 o movimento *Terras de Ninguém* se intensifica e a organização tornou-se maior. As pressões dos populares frente aos órgãos públicos para a desapropriação das terras ocupadas pelos moradores dos morros de Casa Amarela surtiram efeito e, em dezembro de 1980, o então governador de Pernambuco, Marco Maciel, decreta a desapropriação e dá a posse da terra para os moradores que nela habitavam. Em 1981, a Companhia de Habitação Popular de Pernambuco (COHAB – PE) instalou no Morro da Conceição um escritório do *Terras de Ninguém*, era uma forma de agilizar o processo da posse da terra com os moradores, que ficavam dispensados de pagar as prestações do terreno e alugueis a imobiliária responsável<sup>267</sup>.

Porém a vitória não foi completa, pois os membros do movimento *Terras de Ninguém* denunciavam, em seu boletim, que apenas uma parte das terras foram desapropriadas, a que

<sup>266</sup> Informação fornecida pelo Padre Reginaldo Veloso em entrevista a autora.

<sup>267</sup> “Terras de Ninguém” tem escritório em Casa Amarela. *Habitação*, abril 1981, Nº 06. APEJE-PE.

pertencia a Empresa Imobiliária de Pernambuco, do Sr. Roberto da Rosa Borges. Os moradores agora reivindicavam a desapropriação das terras chamadas de “Propriedade Marinho”. O boletim também denuncia que:

Após reunião havida no Córrego do Jenipapo, quando foi tirado um documento pedindo ao Governo a desapropriação daquela área, os “ditos donos” dos terrenos conseguiram que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) intimasse, para prestar depoimento, um morador deste Córrego, tentando com isso ameaçar e atemorizar a Comissão das Terras, o Conselho de Moradores e os habitantes do Córrego do Jenipapo, que juntos estão lutando pela desapropriação dos terrenos das chamadas “Propriedade Marinho”.<sup>268</sup>

A nota acima nos mostra que, mesmo durante o período de redemocratização e mesmo o governador já tendo sinalizado a favor do movimento *Terras de Ninguém*, as perseguições ao grupo permaneciam; com a polícia atendendo interesses dos poderosos, ameaçando quem participasse das reuniões. Todavia, como o momento era de maior abertura, apesar da permanência da repressão, os membros do grupo estavam mais dispostos a denunciar o ocorrido. Outro ponto que chama atenção é o latifúndio urbano, até grandes áreas de centros urbanos tinham “donos”.

A desapropriação das terras foi, durante anos, uma das maiores reivindicações dos populares de Casa Amarela, já que seus moradores viviam em constante ameaça de despejo. Em 1980, antes da desapropriação, o jornal comunitário *Força Popular* noticia os processos que alguns dos moradores estavam sofrendo pela Empresa Imobiliária de Pernambuco, com ameaça de despejo, um deles foi o Sr. Arnaldo. No dia de sua audiência na justiça, várias pessoas dos morros de Casa Amarela compareceram para dar apoio a Arnaldo, que, ao final da audiência, saiu vitorioso e sua família não foi despejada. O público presente comemorou com aplausos e entoando cânticos, um deles, ao termino, dizia: “assim, ninguém nos poderá vencer”. Por fim, descendo as escadas, o povo cantou: “Caminhando e cantando e seguindo a canção...”<sup>269</sup>. Essa notícia mostra a emergência que era a desapropriação e o drama de alguns moradores, ameaçados de perderem suas moradias. Também revela como o movimento *Terras de Ninguém* estava coeso e forte, com muitas pessoas deixando seus afazeres para prestar solidariedade a um membro da comunidade e exercer pressão na justiça. Os cânticos, além de animarem, mostram a conscientização e a união da comunidade.

<sup>268</sup> *Terras de Ninguém*, out. 1981, nº 01. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br/>

<sup>269</sup> A desapropriação vem aí. *Força Popular*. Maio/junho 1980. Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br/>. p. 7-8.

O Conselho de Moradores do Morro da Conceição foi formado no ano de 1980, fundado pelo Padre Reginaldo e leigos da comunidade ligados à Igreja, durante um momento conturbado, pois, no mesmo período, Padre Reginaldo respondia processo por ter sido enquadrado na Lei de Segurança Nacional (SNI). A organização popular voltava-se para a realização de reivindicações, principalmente no que condiz a melhorias estruturais, como acesso a água, escola, postos de saúde, construção de muros de arrimo etc. Como eram muitas as necessidades dos moradores, as reivindicações ficavam sob responsabilidade de alguns grupos, ou comissões, voltados para resolverem as queixas mais emergenciais. Com isso, haviam grupos/comissões da água, do transporte, educação, saúde, do muro de arrimo etc.<sup>270</sup>

O Conselho, que tinha como sede a Casa Paroquial, desenvolvia várias atividades na comunidade, como a realização de pesquisas junto à população para conhecer as maiores dificuldades enfrentadas pelas pessoas; havia palestras a partir do resultado da pesquisa; centro de leitura, com o *slogan* “A verdade nos libertará”; trabalho com a juventude do bairro, inclusive crianças, para tirá-las de alguma atividade marginal e afastá-las das drogas.<sup>271</sup>

Segundo Padre Reginaldo, as reivindicações ocorriam através de manifestações, abaixo assinados, reivindicações junto à prefeitura, secretarias do Estado e outros poderes públicos. Através da união, os moradores do Morro da Conceição obtiveram muitas vitórias:

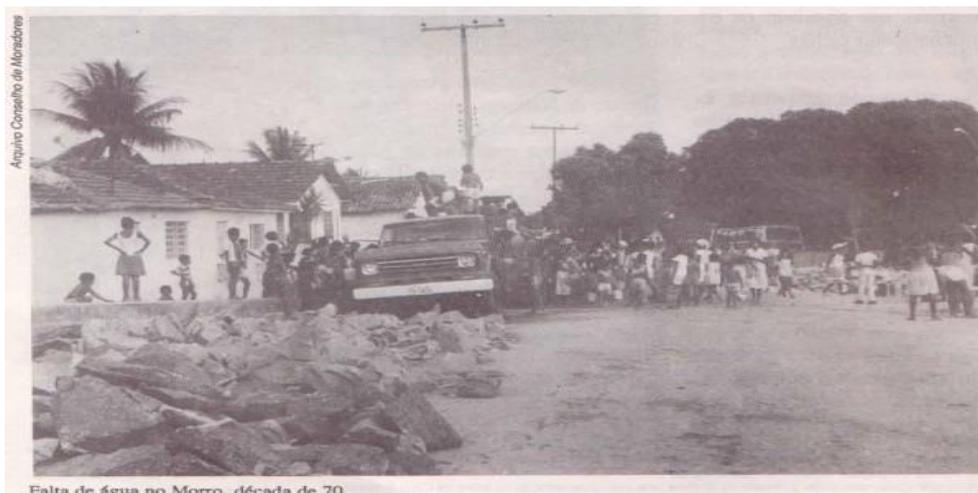
Conseguimos muitas vitórias importantes. No Morro da Conceição aconteceu o primeiro projeto de coleta de lixo nos morros, um projeto que facilitava a coleta de lixo através dos garis que vinham com um banguê, que vinham recolher o lixo das ladeiras, o povo não precisava descer nem subir até em cima e nem acumular tanto lixo lá na Praça do Morro. Esse foi um projeto piloto. Também houve o projeto piloto de apoio aos moradores no conserto e construção de suas casas aqui no Morro e da contenção de encostas. Um pleito atendido pela Secretaria de Educação pelo Conselho de Moradores do Morro foi a Escola Municipal Júlio Vicente. Tivemos também um trabalho de Saúde Popular, com orientação da equipe do Dr. Severino Carriconde. A primeira luta de fato foi da água e conseguimos que se instalasse um poço artesiano, aqui na Praça do Trabalho que fornecia água pro Morro da Conceição e adjacências, foi uma benfeitoria de grande importância para os moradores.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> Informações fornecidas por Helena de Almeida Lopes, em entrevista concedida a autora, Recife 13 set 2012.

<sup>271</sup> Idem.

<sup>272</sup> Padre Reginaldo Veloso. Entrevista concedida a autora em Recife, 14/05/2012.



**Fonte:** Acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Falta de água no Morro, década de 1970.

A imagem acima revela a dificuldade que durante anos os moradores enfrentaram com a falta de água encanada na comunidade. O acesso à água foi uma vitória dos moradores do Morro que se organizaram em torno dessa causa: “A gente não tinha água, as contas chegavam e os políticos chegavam aqui em cima pra só querer voto. Daí a gente se organizou, o pessoal, tudinho, e fomos para lá, batemos em lata. Foi uma polêmica danada na época”<sup>273</sup>

Também nos chama atenção o caráter democrático do Conselho de Moradores do Morro da Conceição. Sua diretoria era composta pelo presidente, vice e secretário, porém não tinha o poder exclusivo de tomar decisões. Compunha também a diretoria uma comissão ampliada, cada grupo responsável por uma frente de ação, “grupos de jovens, crianças, as escolas, as creches, grupo de barreira, grupo de água, habitação, e vários outros grupos que existiam”<sup>274</sup>. Todos estes grupos faziam parte da Diretoria Ampliada do Conselho de Moradores do Morro da Conceição, que, junto à diretoria, tomavam as decisões. Ainda eram promovidos mutirões de limpeza, envolvendo os moradores, durante a Quaresma.

Observamos o grande número de pessoas, as quais representavam diferentes grupos do Morro na tomada de decisões. Inclusive as crianças também tinham a oportunidade de fazerem reivindicações. Helena Almeida, comentou um fato curioso. Para votar na eleição para a presidência do conselho do Morro, tinha que ser maior de 18 anos, porém, as crianças e adolescentes, insatisfeitos, convocaram uma assembleia para que crianças a partir dos 12 anos tivessem direito ao voto:

<sup>273</sup> Helena Almeida Lopes, em entrevista concedida a autora, Recife 13/09/2012.

<sup>274</sup> Idem.

As crianças convocaram uma assembleia e nesta assembleia a igreja estava repleta de gente e as crianças foram lá e pediram para que a votação fosse a partir dos 12 anos, a votação do conselho (...) Votação! Porque nesta época só quem ia votar era os adultos. E as crianças ganharam, e a partir daí, a partir de 12 anos as crianças começaram a participar da eleição que era de dois em dois anos.<sup>275</sup>

Este depoimento revela o Conselho dos Moradores do Morro da Conceição como um pequeno espaço democrático em meio a uma Ditadura, que estava em processo de abertura, porém ainda não era total. Um espaço de democracia popular e direta, mostrando a ansiedade pela democracia ampla e geral.

O Conselho de Moradores do Morro da Conceição também contribuiu na fundação de outros grupos comunitários que desenvolviam trabalhos importantes para a comunidade, como o Centro de Educação Popular Maria da Conceição. Este centro funcionava como escola e creche para atender os filhos das mães do Morro que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar os filhos. O Centro era a casa de Dona Maria da Conceição, rezadeira muito requisitada pelos moradores, que abria suas portas para receber as pessoas, principalmente crianças. Após seu falecimento, seus filhos decidiram transformar a casa em um espaço comunitário para atender às crianças da localidade. O centro também passou a desenvolver atividades ligadas à música, à dança e à cultura afro-brasileira, questionando os aspectos raciais<sup>276</sup>. Esse espaço é também um exemplo das relações de solidariedade existentes na comunidade.

Outro grupo que se articulou no Morro foi o das mulheres, inicialmente um clube de mães para ajudar grávidas e fazer doação de enxoval. Depois os encontros se desdobraram para debater a condição feminina, falava-se da violência doméstica e da sexualidade, tabu para muitas mulheres do Morro. O Clube de Mães do Morro da Conceição articulou uma campanha contra a violência doméstica, denunciava os agressores a polícia e divulgavam seus nomes<sup>277</sup>. A articulação e a solidariedade entre as mulheres do grupo exerceram um importante trabalho, pois essas mulheres se viam como mães, esposas, donas de casa, trabalhadoras, mas não tinham tempo de se ver como mulher, dividir suas experiências as encorajaram para denunciar seus agressores e mostrar que as mulheres da periferia tinham coragem para enfrentar os problemas sociais e o machismo.

---

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> **O Morro fazendo História**. Recife: ETAPAS, 1994. p. 34.

<sup>277</sup> *Ibid.*, p. 36.

### 2.3 O DOPS-PE E SUA VIGILÂNCIA SOBRE A IGREJA PROGRESSISTA E OS CONSELHOS DE MORADORES

“Se eu dou comida a um pobre, me chamam de santo, mas se eu pergunto por que ele é pobre, me chamam de comunista”. (Dom Helder Câmara)

A Igreja progressista foi uma ala da igreja Católica formada por teólogos e padres bastante politizados e engajados na luta contra a miséria e opressão do povo e atuou principalmente na América Latina, continente de maioria católica. Ela representa “A reflexão daqueles setores da igreja que assumiram as lutas populares visando transformações sociais que possibilitem a satisfação das necessidades básicas e, com isso, a realização dos direitos humanos fundamentais”<sup>278</sup>.

Por combater a opressão e lutar pelos direitos dos mais pobres reivindicando uma sociedade menos injusta, a Teologia da Libertação irá se aproximar de algumas categorias da tradição marxista, conseqüentemente, do socialismo. Porém, segundo Boff (1996), o socialismo nunca foi colocado como modelo a ser seguido, mas era visto, para alguns, como “uma mediação para realizar melhor a vida e a justiça dos oprimidos”<sup>279</sup> (Ainda haviam padres que trabalhavam junto aos mais pobres e que condenavam o comunismo; mesmo assim, foram perseguidos por questionarem e reivindicar justiça social; logo, eram chamados de comunistas). É por possuir essa linha ideológica que muitos padres seguidores da Teologia da Libertação foram apontados como comunistas e perseguidos pelo Regime Militar em toda América Latina.

Apesar da igreja se posicionar contra o comunismo, a ideologia de esquerda, e contra qualquer outra ideologia política, muitos leigos envolveram-se com ações partidárias. Alguns além de participarem de iniciativas criadas pela Igreja, também participavam de sindicatos e outros movimentos não religiosos, inclusive muitos membros possuíam ideias das esquerdas. Enquanto isso, a Igreja procurava manter-se apartidária e estimulava os fiéis a seguirem assim. Contudo também havia religiosos simpáticos às ideias socialistas, por considera-la uma forma de intermediação para alcançar a justiça social, como afirmou Boff (1996).

Com a abertura política e com o surgimento de novos partidos políticos, iniciou-se uma disputa de poder entre a Igreja e os partidos, que buscavam ampliar sua influência junto às camadas populares, área que até então era dominada pela Igreja<sup>280</sup>. Há também os que dizem

<sup>278</sup> BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996. P. 124.

<sup>279</sup> Ibid., p. 120

<sup>280</sup> SOUZA, Luiz Alberto Gómez. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 240.

que a Igreja teria exercido um papel importante nos anos mais duros da ditadura, porém com a redemocratização e a abertura de novos espaços políticos ela teria perdido sua relevância<sup>281</sup>. A questão é que a Igreja, durante anos, conseguiu dialogar melhor com as camadas populares do que a própria esquerda, procurando conversar com ela e construir um discurso conjunto, ao invés de impor uma ideia pronta, de difícil entendimento para os populares<sup>282</sup>. É importante lembrarmos, também, que durante o período de maior atuação da igreja junto aos mais pobres, a esquerda estava na clandestinidade; logo, atuava em outro campo de interesse.

Por possuírem um melhor diálogo com as camadas populares e estarem na linha de frente, organizando ações para uma maior inclusão dos pobres na sociedade, alguns padres, desde cedo, passam a serem vigiados pelo DOPS. Essa perseguição a padres intensifica-se em Pernambuco logo após a nomeação e chegada de D. Helder como arcebispo de Olinda e Recife, em 11 de abril de 1964, principalmente a partir da negação do arcebispo de assinar um documento a favor do golpe de Estado, e de suas declarações no qual dizia ter “o coração aberto para os homens de todos os credos e todas as ideologias”<sup>283</sup>.

Em 12 de agosto de 1966, foi divulgado, através da imprensa, duas circulares da 10ª. Região Militar, sediada em Fortaleza – CE, acusando D. Hélder de demagogo e comunista. Isso se deviu ao apoio que D. Hélder e outros Bispos do Nordeste demonstraram, através de um manifesto, a Ação Católica Operária – ACO, por causa de um documento elaborado pela organização, o qual denunciava as condições socioeconômicas dos trabalhadores do Nordeste; documento esse que desagradou os militares. Nas circulares, o General Itiberê Gurgel do Amaral acusa D. Hélder de “estar sempre agitando ideias e, através delas, os homens”<sup>284</sup>.

Inicia-se assim uma tensão entre Igreja e Estado, na qual alguns acreditavam que poderia haver um rompimento nas relações entre ambos. Porém isso nunca aconteceu de fato, até porque poucos dias depois o então presidente militar do Brasil, Marechal Castelo Branco, tem um encontro com D. Hélder no Recife, o que esfria os ânimos. Apesar disso, os choques e conflitos entre igreja e militares ainda ocorriam com muita frequência.

Para tentar diminuir os choques e as diferenças entre Igreja e Estado autoritário, houve algumas aproximações e tentativas de manter um melhor diálogo ao longo de toda ditadura. O Estado de exceção via a Igreja como uma ameaça maior a sua manutenção do que grupos guerrilheiros, por causa do tamanho do prestígio que a Igreja possuía no país. Durante o

---

<sup>281</sup> Ibid., p. 240-241.

<sup>282</sup> Ibid., p. 243.

<sup>283</sup> D. Hélder, *apud* CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de D. Hélder: perseguição e censura (1964-1980)**. Recife: Editora Guararapes, 1983. p. 10.

<sup>284</sup> CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de D. Hélder: perseguição e censura (1964-1980)**. Recife: Editora Guararapes, 1983. p. 28.

governo Médici, o General Antônio Carlos da Silva Muricy ficou encarregado de estreitar as relações entre os bispos da Igreja Católica com o Estado<sup>285</sup>. Os líderes militares sentiam-se frustrados pelo fato de alguns bispos ajudarem membros da esquerda contrários a Ditadura Militar; em resposta a essas ações, prendia os religiosos envolvidos:

Em novembro de 1969, as forças de segurança haviam prendido um grupo de freis dominicanos por ajudar a dar guarida à Ação Libertadora Nacional (ANL) de Marighela, uma dissidência nacional do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tido como o mais ameaçador grupo de guerrilha urbana. Então, em maio de 1970, dom Hélder Câmara, o arcebispo de Olinda e Recife, fez o que a aliança militar patriótica consideraria impensável: diante de uma multidão de milhares de pessoas em um auditório de Paris, denuncia a prática de tortura pelo regime.<sup>286</sup>

Como percebemos na citação acima, por mais que os militares tentassem um diálogo com a Igreja, as diferenças entre ambos eram claras e profundas, o que tornava a relação ainda mais instável e tensa. Os militares acusavam os membros da Igreja de desconhecerem a realidade econômica do país; já os bispos tentavam “elucidar o pensamento dos militares quanto ao envolvimento da Igreja em ativismo social”<sup>287</sup>. Como as ações sociais promovidas pela Igreja eram vistas como suspeitas pelos militares, as considerando até mesmo subversivas, Dom Avelar fez a seguinte pergunta: “onde termina a justiça social e começa a subversão?”<sup>288</sup>, já que a linha que as separa aparentemente seria bastante tênue. O que conseguimos verificar é que as ideias e métodos para alcançar os seus objetivos eram diferentes entre militares e Igreja, essa diferença tornava quase incompatível o diálogo entre ambos. Por isso, até o fim do Regime Militar membros da Igreja foram perseguidos por promoverem ações sociais e de conscientização política para a população mais pobre.

Outra questão, além da justiça social, que tornava difícil a relações entre ditadura e Igreja era o envolvimento desta última em defesa dos Direitos Humanos. A Igreja passa a endurecer contra o regime, denuncia a prática da tortura, reivindica os desaparecidos políticos, crítica a censura, que para a Igreja pretendia calar os que já não tinham voz na sociedade. Para os militares, o envolvimento da Igreja com os Direitos Humanos e as denúncias que ela fazia serviam para manchar a imagem do país no exterior e se alinhavam com a esquerda. Portanto, com o movimento comunista internacional, logo consideravam a Igreja subversiva<sup>289</sup>.

---

<sup>285</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos nas Sombras**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das letras, 2001. p. 21.

<sup>286</sup> *Ibid.*, p. 23.

<sup>287</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>288</sup> *Ibid.*, p. 33.

<sup>289</sup> *Ibid.*, p. 335.

Já D. Hélder incomodava tanto os militares quanto membros da própria igreja. O arcebispo de Diamantina, Dom Sigaud, fez-lhe duras críticas e mostrou apoio total ao Regime Militar. Segundo Cirano (1983), a campanha contra D. Helder era tão intensa “que chegou ao ponto de, por exemplo, os militares brasileiros afirmarem que acreditavam na “Igreja de Dom Sigaud” e não na “Igreja de Dom Hélder”. Esta última considerada uma “Igreja subversiva”<sup>290</sup>, justamente por possuir preocupações sociais e questionar o regime político vigente.

A Igreja Católica progressista irá implantar seu trabalho através das CEB's; com elas procurava se aproximar das camadas mais carentes da população. As CEB's contribuíram com a formação e estruturação de alguns movimentos populares, inclusive associações de moradores. O trabalho desenvolvido por elas era acompanhado de perto pelo regime militar que constantemente acusava padres de serem comunistas. Muitos religiosos chegaram a ser torturados, presos e até mortos pelo regime. Apesar de serem permitidos pela ditadura, seus encontros e discussões eram sempre vigiados por militares, que achavam suspeitas algumas de suas atitudes e discursos.

A Guerra Fria e a suposta “ameaça comunista” à América Latina despertou a preocupação do Papa João XXIII, que incentivou religiosos europeus a irem para regiões que possuíam poucos padres, o nordeste brasileiro foi uma delas<sup>291</sup>. Porém, quando esses padres europeus chegavam ao Brasil, deparavam-se com uma realidade opressora; muitos passavam a questionar as autoridades sobre a desigualdade social e a pobreza da população. Por isso passaram a serem chamados de comunistas e perseguidos pela Polícia Política. A tabela abaixo nos mostra os números da perseguição contra religiosos:

---

<sup>290</sup> CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de D. Hélder: perseguição e censura (1964-1980)**. Recife: Editora Guararapes, 1983. p. 47.

<sup>291</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 95.

**Tabela 1**

Violência cometida pelo Regime Militar contra pessoas ligadas à Igreja Católica – 1964 – 1979.

Tipos de vínculo com a igreja	Número de pessoas/grupo atingidos, por tipo de violência					
	Calúnia	Prisão	Tortura	Assassinato	Desaparecimento/ Sequestro	Expulsão do país
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>488</b>	<b>31</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>28</b>
Bispos	28	11	2	-	1	-
Padres	27	185	23	4	1	25
Religiosos(a)	12	19	1	1	1	2
Leigos	12	273	5	-	8	1
Grupos Organizados	14	-	-	-	-	-

Fonte: Lernoux, 1980: 466 *Apud* Montenegro, 2010, p. 135. Observamos na tabela que o número de prisão é bastante considerável, envolvendo principalmente padres e leigos.

A tabela nos chama atenção pelo número de padres e leigos que foram presos, sofreram tortura e foram expulsos do país. Esses eram os que lhe davam diretamente com a população e participavam de forma mais direta e atuante dos movimentos sociais. Esse dado revela a preocupação que os militares possuíam com os movimentos sociais e a tentativa de desarticulá-los e desencorajá-los através das prisões dos religiosos.

A Igreja Católica, que inicialmente apoiou o golpe de 1964, foi, aos poucos, fazendo oposição ao regime e se tornando um ponto de resistência a ele a partir de 1968<sup>292</sup>. É também após esse ano que cada vez mais padres, freiras e bispos passam a serem perseguidos, sofrendo diferentes formas de violência.

Numa tentativa de atingir D. Helder, o sacerdote Antônio Henrique Pereira Neto, de 28 anos, conhecido como padre Henrique, foi torturado e morto em 1969<sup>293</sup>. Ele trabalhava na assistência à juventude em um dos programas desenvolvidos pelo arcebispo. Seu corpo foi deixado no campus da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE ainda envolvido em um arame farpado. A morte do padre foi notícia nos jornais. O que percebemos, nesse caso, é que os torturadores não fizeram questão de esconder o corpo, pois tinham interesse que ele realmente fosse encontrado e que o recado fosse dado a D. Helder. A intenção era amedrontar o bispo e fazê-lo parar com determinadas críticas ao governo e às elites, como também desarticular seu trabalho junto aos mais pobres.

Segundo Paulo Cavalcanti (1980), quem estaria por trás da morte do padre Henrique seria o Comando de Caça aos Comunistas – CCC, que já vinham praticando algumas ações, como o atentado ao estudante Cândido Pinto de Melo e a iniciativa de metralhar a casa de

<sup>292</sup> Ibid., p. 134.

<sup>293</sup> Ibid., p. 135.

Dom Hélder, localizada aos fundos da Igreja das Fronteiras<sup>294</sup>. Na época do crime, ao que parece, a polícia não teve interesse de capturar e prender os envolvidos, já que as evidências apontavam para o CCC, e esse grupo era composto por militares e civis financiados por famílias ricas e influentes politicamente de Pernambuco.

Apesar da violência sofrida por membros da Igreja, a relação da Igreja com os fiéis na busca pela redemocratização só aumentou, durante o final da década de 1960 e em toda década de 1970. Alguns fatores irão favorecer a aproximação do povo com a igreja progressista, entre eles está o fato do Brasil ser um país de maioria católica e da igreja ainda possuir credibilidade perante a população, como explica Frei Betto (1985):

ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos.<sup>295</sup>

O Encontro dos Bispos do Nordeste recebeu bastante atenção do DOPS-PE e da imprensa nacional. Foi encontrado o prontuário desse evento com vários recortes de jornais de diferentes datas durante a década de 1960. Esses recortes traziam outras reuniões de Bispos pelo país e mostram uma igreja politizada, preocupada com as condições sociais do povo, principalmente com os camponeses, contrária ao comunismo e defensora da democracia<sup>296</sup>. Manchetes de jornal também citavam o pensamento paralelo entre a igreja e as classes produtoras, revelando um pensamento destoante. A existência desse prontuário revela o interesse dos órgãos de repressão pelas ações promovidas pela igreja e também a vigilância policiaesca que a cercava.

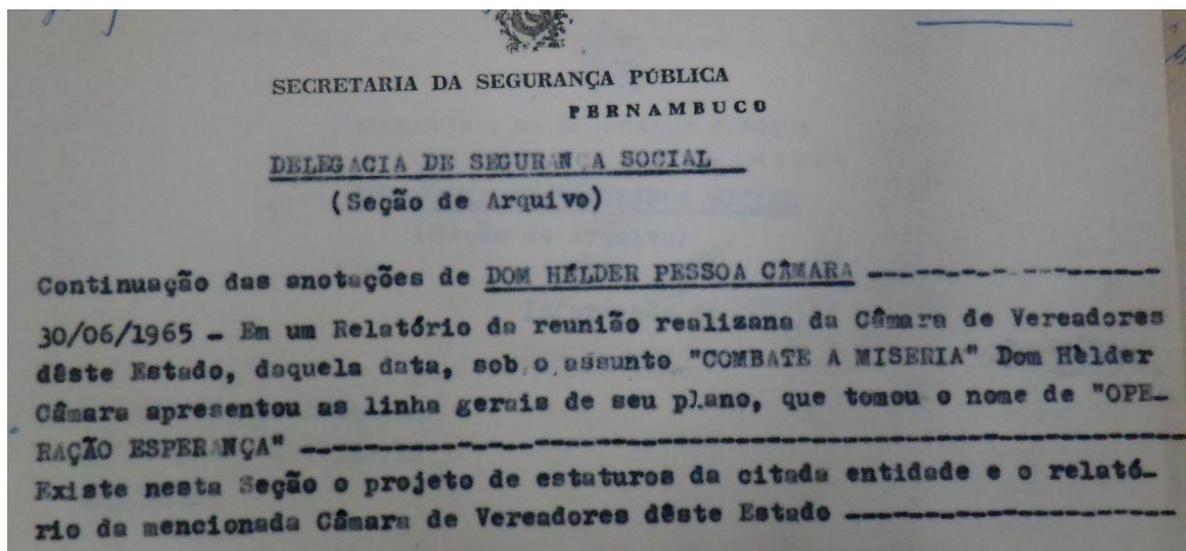
A Operação Esperança também recebeu atenção do DOPS-PE, em seus prontuários foi encontrado o da organização criada por D. Helder. Neles estava o relatório do lançamento do projeto em uma reunião realizada na câmara dos vereadores do Recife, além de todo o estatuto da organização; este frisava que a mesma era uma entidade extrapartidária.

---

<sup>294</sup> CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**. Memórias Políticas. Vol. 2. Recife: Guararapes, 1980. p. 289.

<sup>295</sup> BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 19-20.

<sup>296</sup> “Operação Esperança”. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.672.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.672. "Delegacia de Segurança Social". Trecho do relatório da reunião sobre o lançamento do programa Operação Esperança na câmara de vereadores promovida por D. Helder em 1965.

Os relatórios são dos anos 1965, 1968, 1970, 1971, 1972 e 1973, o que revela um acompanhamento e vigilância do DOPS-PE permanente sobre esta organização. Pessoas que trabalhavam na Operação Esperança também foram investigadas, como Maria José, também conhecida como Zezita, uma das secretárias de D. Helder e responsável pela distribuição do material de construção para as pessoas cadastradas na organização, no relatório consta seu endereço, características físicas, placa do carro e cor, os agentes sabiam até que ela residia apenas com a irmã, além de conhecerem sua rotina de trabalho<sup>297</sup>. É evidente que para os militares a Operação Esperança era uma ação subversiva, buscavam investigar não apenas os padres envolvidos, como também as pessoas que de alguma forma estavam atreladas ao programa.

Em 21 de dezembro de 1970, o presidente do Conselho Nacional de Serviço Social solicitou ao secretário de segurança do Estado de Pernambuco informações sobre a Operação Esperança, pois esta havia solicitado recursos para seus projetos<sup>298</sup>. Interessante o presidente desse órgão pedir informações ao DOPS, provavelmente para constar se havia algo de subversivo nele. Esse episódio também nos mostra como o DOPS era importante equipamento de vigilância a serviço do governo militar. Fica evidente também nos relatórios dos agentes da polícia interesse sobre não apenas o que ocorria na Operação Esperança, mas também na ideologia seguida pelos seus dirigentes.

<sup>297</sup> Ibid.

<sup>298</sup> Ibid.

Em outro relatório, de 29 de julho de 1968, um agente descreve as reuniões ocorridas pelo grupo Fontainha do Engenho do Meio, Recife, organizado pela Operação Esperança. Esse grupo estaria articulando-se para realizar um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, distribuíram panfletos com o intuito de conscientizar os moradores. O agente diz que as reuniões estão sendo vigiadas e que possuem informantes<sup>299</sup>. Os informantes, em muitos casos, eram civis que denunciavam os colegas para a polícia, apoiavam a ditadura e acreditavam na “ameaça comunista”.

O trabalho desenvolvido pelo padre Reginaldo Veloso nas comunidades do bairro de Casa Amarela não passou despercebido pelo olhar rigoroso do regime militar, exatamente por seguir a Teologia da Libertação e por manter estreitos laços com Dom Helder Câmara. Apesar das CEB's e conselhos de moradores serem permitidos, militares frequentavam as reuniões e “passeavam” pela comunidade passando na frente das casas dos moradores que frequentavam as reuniões, o que se caracteriza como uma forma de intimidação. O próprio Reginaldo Veloso foi vítima do regime, desde 1968, ano em que chegou a paróquia do bairro da Macaxeira, vinha sendo vigiado. Seus panfletos, que eram distribuídos para os moradores que também eram operários da fábrica da Macaxeira, incentivando os trabalhadores a refletirem sobre suas vidas e sobre o evangelho eram considerados subversivos, tendo inclusive um agente do DOPS ido investigar os arredores da fábrica, chegando até um padre belga que trabalhava com Padre Reginaldo na Paróquia da Macaxeira<sup>300</sup>.

Em entrevista, relatou que em 1980, mesmo ano da fundação do conselho de moradores do Morro da Conceição, por mostrar solidariedade ao padre italiano Vito Miracapillo<sup>301</sup> em uma nota de jornal, foi processado na Lei de Segurança Nacional. Apesar de ter respondido em liberdade, a população indignada mostrou apoio e protestou contra a decisão judicial. De um modo indireto, esse fato acabou contribuindo para o fortalecimento do movimento do bairro:

tudo isso também ajudou a fortalecer a organização dos moradores, porque enquanto eles me apoiavam por causa da perseguição que eu estava sofrendo do regime militar, eles se fortaleciam como movimento popular e cresciam o sentido de organização e de luta pelos direitos.<sup>302</sup>

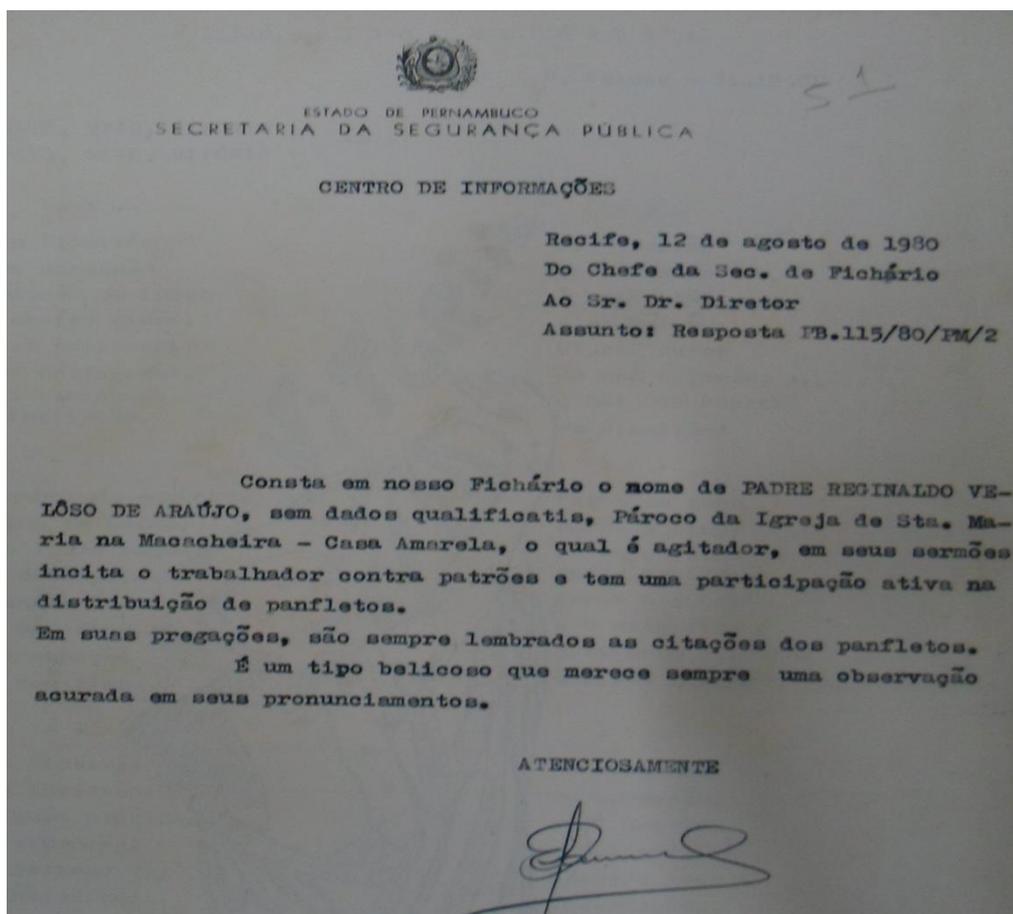
<sup>299</sup> Operação Esperança. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.672.

<sup>300</sup> Reginaldo Veloso. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 25.060.

<sup>301</sup> Padre italiano que trabalhava com comunidades da cidade de Ribeirão, interior de Pernambuco. Respondeu processo e foi acusado de ser subversivo, sendo expulso do país em 1980. Teria se recusado por escrito a celebrar uma missa encomendada por políticos do PDS, o deputado estadual Severino Cavalcanti solicitado na Assembleia Legislativa seu enquadramento na Lei do Estrangeiro. CASTRO, Gustavo do Passo. **As Comunidades do Dom**. Recife: Massangana, 1987. p. 130.

<sup>302</sup> Entrevista concedida a autora. Recife, 14/05/2012.

Em um dos relatórios do DOPS, que consta em seu prontuário individual<sup>303</sup>, o agente descreve que, no dia de seu julgamento, cerca de “400 pessoas se cotovelavam na parte térrea do edifício da auditoria, todos cantando cânticos de protestos misturados com religiosos” e diz que a maior parte das pessoas presentes teriam vindo da periferia dos bairros do Vasco da Gama. Ainda no ano de 1980, Pe. Reginaldo é chamado de agitador em um relatório do DOPS e acusado de criticar os patrões e distribuir panfletos aos operários, é chamado de “sujeito belicoso, que merece sempre uma observação acurada em seus pronunciamentos”<sup>304</sup>.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 25.060. Relatório sobre o Padre Reginaldo, em 1980.

No mesmo prontuário está uma anotação de um trecho da fala do Padre Reginaldo, trecho esse que mostra apoio ao Padre do município de Ribeirão, expulso da região pelos donos de terra e pelos políticos. Suas celebrações eram vigiadas. Padre Reginaldo foi condenado a dois anos de reclusão pela lei de Segurança Nacional, porém a cumpriu em liberdade. A arquidiocese de Olinda e Recife lançou nota no jornal afirmando que a

<sup>303</sup> Reginaldo Veloso. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Individual nº. 25.060.

<sup>304</sup> Ibid.

condenação não iria retirar a opção da igreja pelos mais pobres. Toda questão que envolveu o processo do Padre Reginaldo teve grande repercussão nos jornais do Recife.

Segundo padre Reginaldo, havia certa “tolerância” por parte dos militares em relação aos movimentos de igreja, pois, segundo ele, os militares não queriam ficar conhecidos como perseguidores da igreja, nem como perseguidores de padres. Porém, o DOPS sempre levantou suspeitas sobre as organizações da Igreja e via as práticas realizadas por padres nas comunidades como algo perigoso. Por isso exercia uma forte vigilância sobre esses grupos.

Nós éramos tolerados porque éramos gente de Igreja e os militares não queriam aparecer como perseguidores da Igreja. Ao mesmo tempo éramos vistos como pessoas perigosas, que precisava estar de olho por conta das coisas que do ponto de vista do Regime Militar eram subversão e aí, nós, ao mesmo tempo, estávamos celebrando nossas missas, fazendo nossas reuniões, mobilizando os cristãos e toda população para uma causa etc, e o pessoal do DOPS, o pessoal da quinta seção do exército, dos órgãos de inteligência do exército, estavam nas missas, passando na casa do povo quando havia reuniões, para saber o que se conversava nessas reuniões.<sup>305</sup>

Padre Reginaldo afirma que era comum a presença de militares nas missas e reuniões e que a própria população avisava sobre as reuniões para que eles vissem que os conselhos não possuíam ligações com comunistas.

Participar das reuniões, reivindicar direitos, soluções de problemas, tudo isso era suspeito ou soava a subversão e dava medo... Aos poucos é que o pessoal foi reconquistando a coragem e encontrando maneiras de driblar o aparato da repressão. Com o movimento Terras de Ninguém a gente procurou os militares pra comunicar que a gente estava fazendo as reuniões e era uma luta aberta. A gente procurava fazer a coisa de uma maneira aberta.<sup>306</sup>

Avisar os militares sobre as reuniões era uma tática dos populares para não serem pegos pela polícia. Sabia-se que os militares ficariam sabendo da reunião e que iriam vigiar de qualquer forma. Convidá-los afastava a suspeita e a acusação de subversão e fornecia argumentos para os populares, no momento de rebater tais acusações. Dessa forma, as reuniões ocorreriam sem intervenções ou ameaças posteriores por parte dos agentes contra as pessoas que participavam dos movimentos de bairro, como o movimento Terras de Ninguém. Fazer tudo de “maneira aberta” era uma tática de sobrevivência, para os encontros e a luta permanecerem.

Apesar da certa “tolerância” dos militares aos movimentos sociais ligados à Igreja, muitos padres foram perseguidos, inclusive o padre Reginaldo Veloso. Por possuir ligações

<sup>305</sup> Entrevista concedida a autora. Recife, 14/05/2012.

<sup>306</sup> Ibid.

com conselhos de moradores, CEB's, e mostrar-se contra o Regime Militar abertamente, Dom Helder, em entrevistas e notas que eram divulgadas em jornais da cidade, foi perseguido e preso entre os anos de 1968 e 1979. Em entrevista, ele relata o que talvez tenha sido um dos momentos mais tensos de sua vida, quando em 1973 foi sequestrado por conta de um documento elaborado pelos bispos do Nordeste, que era encabeçado por Dom Helder, chamado "*Eu ouvi os clamores do meu povo*". Tal documento denunciava as más condições de vida do povo do campo e das cidades e exigia do governo medidas para contornar a situação precária da maior parte da população. Os militares desconfiavam que padre Reginaldo estivesse envolvido com o documento ou que ele saberia quem colaborou com a sua criação.

Em 1973 me sequestraram, quando estava (...) preparando o jornalzinho de domingo, era um sábado pela manhã no dia 16 de junho de 1973, ai me pegaram na igreja, me levaram para minha casa, vasculharam na igreja e na minha casa toda, vasculharam meus papeis, meus livros, me levaram no portamala de um veraneio com a cara coberta de jornais (...) me levaram sequestrado daqui pro DOPS do quartel general, fiquei ali despido, só de cueca, mais ou menos das duas da tarde até as oito e meia da noite quando fui interrogado durante umas duas horas, com os olhos vendados sem saber com quem estava falando (...) fui e voltei com os olhos vendados, né? Tudo isso mexe um pouquinho com a gente.<sup>307</sup>

Apesar de realmente conhecer pessoas ligadas ao documento, padre Reginaldo resistiu e não entregou seus amigos.

Claro que o momento do interrogatório foi o mais pesado, mas graças a Deus eu consegui driblar o tempo todo, eles não conseguiram arrancar de mim nenhuma informação da minha parte.<sup>308</sup>

Seu depoimento revela as estratégias utilizadas pelo DOPS de intimidar seus alvos fazendo ameaças e deixando suas vítimas em constante tensão para que assim entreguem alguém ou revelem informações que consideram importantes. Era comum os agentes da polícia política chamarem de terroristas os que eram considerados subversivos, mas o que vemos é que quem praticava atos terroristas eram os próprios agentes.

No arquivo DOPS-PE foram encontrados outros documentos mostrando investigações e suspeitas levantadas contra outros padres que atuavam em áreas periféricas do Recife. Um dos documentos menciona o Centro da Juventude dos Bairros, que iniciou em 1971, e atuava nas comunidades de Tejipló, Cristo Redentor, Ipsep, Ibura, Dois Carneiros e Totó. No relatório da polícia, constam os nomes dos fundadores, três padres: Antônio Maria, Brunno Biboli e padre

<sup>307</sup> Padre Reginaldo Veloso. Entrevista realizada em 14/05/2012, Recife-PE.

<sup>308</sup> Ibid.

Felipe. A instituição atuava na prestação de ajuda social, também realizava filmagens da realidade popular, sobre isso o agente menciona: “sempre viajando ao exterior, possivelmente seriam usadas em programas contra o Brasil”<sup>309</sup>. Observamos que o agente estava com a visão do Estado por acreditar que os padres falariam mal não do país em si, mas do governo militar, denunciando a pobreza existente no país. Dom Helder também era acusado de manchar a imagem do Brasil quando viajava ao exterior e denunciava as torturas, censura e a pobreza existente aqui. O relatório segue comentando sobre a reunião do grupo que houve em 28 de abril de 1974, contou com a participação de Dom Helder e discursos de pessoas que trabalhavam com o arcebispo e membros da comunidade do Totó. Ainda diz o relatório que a participante convidada, Zezinha, tinha deixado transparecer que o padre Antônio Maria teria viajado para a França com os vídeos que fizera nas comunidades:

(1) Zezinha deixou transparecer em conversa com os amigos que o padre Antônio teria levado para a França vários filmes, que deduzimos serem os tais filmes de propaganda negativa do Brasil.

2. Esta seção continuará processando e informará qualquer caso referente a este caso.

OBS: o padre Parazoto também encontra-se ligado ao grupo.<sup>310</sup>

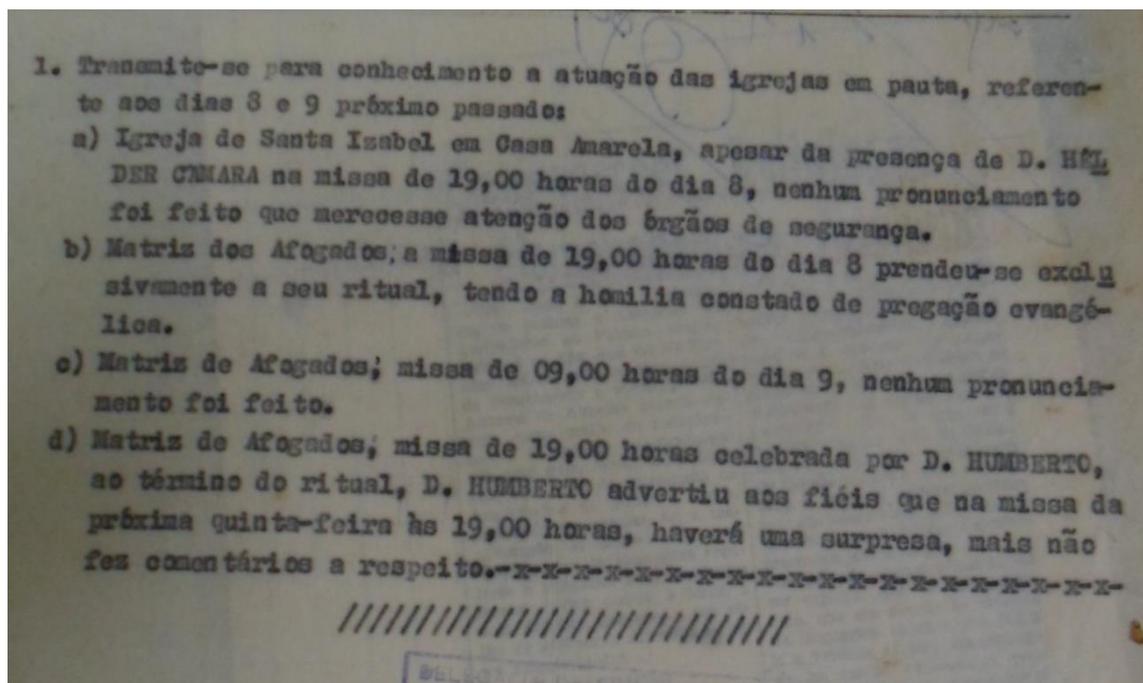
Em outro relatório, o agente traz informações sobre missas realizadas em duas igrejas da cidade, nos dias 8 e 9 de julho de 1972. Diz o agente que esteve na igreja do Alto Santa Isabel e que, apesar da presença de Dom Helder, a missa transcorreu normalmente sem ações subversivas; na Matriz dos Afogados, a missa também ocorreu focando o caráter religioso, tanto na missa da noite quanto pela manhã do outro dia<sup>311</sup>.

---

<sup>309</sup> Centro da Juventude dos Bairros. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1453.

<sup>310</sup> Centro da Juventude dos Bairros. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1453.

<sup>311</sup> Recortes de jornais igreja e Ação Católica Operária. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 27.572.



**Fonte:** Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 27.572. Vigilância sobre missas realizadas nos bairros de Casa Amarela e Afogados. Julho 1972.

Este tipo de relatório revela a vigilância que existia nas cerimônias religiosas, principalmente nas que Dom Helder se encontrava, o interesse era saber que tipo de mensagem os religiosos estavam passando aos fiéis.

O relatório de 20 de setembro de 1968 acusa um congresso de religiosos e estudantes que ocorre a partir das 19:30, na igreja Matriz de Jardim São Paulo, sendo os informantes um civil e um cabo da aeronáutica. O encontro sempre acabaria em fortes críticas contra o governo militar. A cada noite traziam um palestrante, teria se iniciado com um padre conhecido como Padre Melo, depois, diz o relatório: “hoje será um economista da SUDENE, amanhã D. Helder Câmara”<sup>312</sup>. Os informantes ainda denunciam que a “anarquia” é constante e que há diversos cartazes “subversivos” e anárquicos na Igreja.

Outro relatório de 9 de agosto de 1973 traz a vigilância de um agente sobre a Livraria Diálogo, situada na rua Gervásio Pires. Diz o relatório que no local se encontravam religiosos e operários das fabricas têxteis dos municípios de Recife e Paulista, que, em uma reunião, uma moça ficou sob vigília e que a missa que estava marcada para acontecer não foi realizada, havendo uma discussão sobre a situação dos operários nas fábricas. Teriam comparecido à reunião o vigário do bairro da Macaxeira acompanhado de um padre norte-americano e outro religioso italiano. O norte-americano teria falado que os operários em seu país são bem

<sup>312</sup> Igreja Católica de Jardim São Paulo. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 29.774.

organizados e exercem forte influência política, insinuando que os operários locais poderiam fazer o mesmo. Vários operários também teriam tomado a palavra<sup>313</sup>. Através desse documento, vemos a organização operária sendo apoiada pela igreja e a presença marcante de padres estrangeiros também na capital.

As ações do DOPS contra a Igreja, mais o descontentamento de alguns religiosos com o Regime Militar, gerou uma tensão entre igreja e a polícia. O Arcebispo de Olinda e Recife denunciava as ações truculentas da polícia, em um caso esta teria prendido dois padres americanos que estavam puxando uma carroça até a feira para recolher alimentos para os mais pobres no bairro de São José, sob a alegação de não terem licença para transportar carroça<sup>314</sup>. Em outra matéria do jornal Diário de Pernambuco, em 27 de junho de 1978, Dom Helder acusa a Polícia Federal de forjar provas contra a Igreja. A denúncia partiu através de um encontro que Dom Helder teve com o estudante e ex-presos político Edval Nunes da Silva (Cajá); este teria lhe contado que, quando estava preso, o superintendente da Polícia Federal, José Antônio Hahn, teria lhe prometido a liberdade, contanto que ele fizesse falsas acusações para incriminar religiosos de Pernambuco<sup>315</sup>. A denúncia teve grande repercussão dentro da Igreja, a CNBB, após reunião, condenou a atitude da Polícia Federal. Ainda em 1978 o clérigo espanhol, membro dos salesianos, Antônio Torres Medina, foi indiciado pela Polícia Federal, acusado de participar da reorganização do Partido Comunista Revolucionário no Nordeste; a Arquidiocese de Olinda e Recife lançou nota condenando o indiciamento e lembrou das perseguições que alguns órgãos da polícia cometem contra membros da igreja<sup>316</sup>. Em 30 de setembro de 1978, outro padre salesiano também era indiciado pela Polícia Federal, tratava-se do padre italiano chamado Domenico Corcione Domingos, coordenador da Pastoral da Juventude da CNBB, Nordeste II. A acusação foi a mesma do Padre espanhol Antônio Medina.

O trabalho da Igreja progressista nas comunidades permaneceu durante toda a década de 1980 e foi um dos elementos importantes para a *redemocratização do país*, quando surgem novas condições políticas que permitem uma maior abertura para reuniões, os conselhos de moradores crescem, dando origem também a novas associações de bairro. Nesse novo momento político, as reivindicações se ampliam não apenas por melhorias estruturais nas comunidades, mas também por uma ampliação na cidadania e da democracia, culminando

---

<sup>313</sup> Igreja Católica da Macaxeira. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº. 1651.

<sup>314</sup> Recortes de jornais: padres, igreja e polícia. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional nº 30.402.

<sup>315</sup> Ibid.

<sup>316</sup> Ibid.

num novo sentido do conceito de *democracia popular*, em que os moradores parecem mais conscientes de suas reivindicações e mais certos das respostas às suas expectativas.

Essas expectativas se ampliam bastante com o enfraquecimento da Ditadura e a *Lei da Anistia*, que favorece o retorno de personalidades que representam mais de perto os anseios populares, a exemplo de Miguel Arraes e outros exilados que contribuem para a oposição do regime militar. Com o enfraquecimento do regime e o crescimento das associações de bairros, a Prefeitura do Recife também vai assumindo uma nova relação com os moradores das áreas mais periféricas, posicionando-se mais perto dos problemas do povo, a fim de conduzir o processo de transição política que já se evidencia, conforme vamos observando tanto na Prefeitura de Gustavo Krause como na de Jarbas Vasconcelos. É importante destacar que, apesar das aparentes proximidades e abertura, as associações continuavam sob vigilância e controle da polícia, que permanecia descaracterizando as reivindicações sociais, principalmente nas áreas que passam a ser objeto de especulação imobiliária com o crescimento da cidade, a exemplo de Brasília Teimosa, conforme procuramos mostrar no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3: A REDEMOCRATIZAÇÃO E AS NOVAS EXPECTATIVAS DOS MOVIMENTOS DE BAIRRO NA POLÍTICA MUNICIPAL DO RECIFE (1979-88)**

Após o auge da ditadura civil-militar, durante o governo Médici, com altas taxas de crescimento econômico aliado a um alto grau de repressão, através de prisões e torturas, o governo militar começa a mostrar sinais de desgaste. Em março de 1974, Geisel assume a presidência enfrentando uma inflação fora do controle, além de um desgaste social, pois a riqueza gerada pelo “milagre econômico brasileiro” concentrou-se nas mãos de poucos. O partido que fazia “oposição” ao governo militar, Movimento Democrático Brasileiro – MDB, obteve importante vitória nas urnas em 1974 na disputa pelos cargos do senado, 16 eleitos do MDB contra 6 da Arena (partido dos militares)<sup>317</sup>.

Geisel mostrava certa disposição em iniciar uma abertura política em direção a redemocratização do país, porém seu governo foi marcado por avanços e recuos com relação ao tema. A partir de 1975, Geisel toma algumas medidas importantes para a diminuição da linha-dura, executada durante anos de ditadura, por exemplo:

Afrouxou a censura à imprensa. Depois, cortou na própria carne ao demitir o comandante do II Exército, Edinaldo D’ávila Melo, responsabilizando-o pelas mortes, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog e do operário, Manuel Fiel Filho, no DOI-CODI de São Paulo. Em 1977, Geisel demitiria o próprio ministro do Exército, general Sylvio Frota, que articulava uma candidatura presidencial contra a sua vontade. Essas duas demissões, em um espaço de menos de dois anos, marcaria a vitória definitiva de Geisel sobre a linha-dura.<sup>318</sup>

Porém, em 1977, incomodado com o avanço da oposição, Geisel outorgou o chamado Pacote de Abril, medida tomada para impedir o crescimento do MDB no congresso. O Pacote de Abril estabelecia, entre as principais medidas, fechamento temporário do congresso, cancelava as eleições diretas para governadores e cassava direitos civis<sup>319</sup>. Essa medida imposta significou um recuo no processo de abertura política, o que deixa transparecer que os militares não estavam dispostos a deixarem o poder tão facilmente; a prova disso foram algumas tentativas frustradas de manterem-se no poder mesmo quando já enfrentava uma forte oposição da sociedade.

Em 1979, Figueiredo assume a presidência e sanciona a tão esperada Lei da Anistia, reivindicada pelos movimentos populares e outras organizações que envolviam estudantes e a

<sup>317</sup> BARRETO, Túlio Velho; MONTENEGRO FILHO, Sérgio; SCARPA, Paulo Sérgio. **A Nova República: visões da redemocratização**. Recife: CEPE, 2006. p. 12.

<sup>318</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>319</sup> *Ibid.*, p. 12-13.

Igreja; isso contribuiu para difundir o lema Anistia, ampla, geral e irrestrita. Com a Lei sancionada, foi possível o retorno dos exilados no exterior, composta por importantes lideranças, como Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luiz Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Francisco Julião e outros, além de libertar os presos políticos. Mas ela foi aprovada sem ter passado pela oposição; dessa forma, os militares procuraram evitar que a justiça fosse realizada para os envolvidos em torturas e que assim eles não fossem julgados pelos crimes que cometeram.

O retorno das antigas lideranças causou comoção no país, recebidos por pequenas multidões nos aeroportos que desembarcavam, sendo tratados como heróis. Miguel Arraes foi um dos mais festejados; retornou ao Brasil em 15 de setembro de 1979, desembarcando no aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, depois seguiu para o seu Estado natal, o Ceará. No seu primeiro discurso em solo nacional, disse que “o Brasil deve ser conduzido através do diálogo, do debate aberto e franco, da verdade”<sup>320</sup>. Miguel Arraes ainda falou sobre a participação do MDB como oposição à ditadura, posição essa assumida mais claramente naqueles anos, segundo ele: “as oposições devem se fortalecer dentro da estrutura política do partido, para consolidar os movimentos sindicais, os movimentos dos trabalhadores e de todos àqueles que fizeram a resistência democrática no Brasil”<sup>321</sup>. De fato, com o retorno dos exilados, a oposição contra os militares cresce e se fortalece junto aos movimentos sociais.



**Fonte:** Estadão, disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/fotos-sobre-exilio/miguel-arraes-recepcionado-pelo-povo,048497F4-2420-4ADA-AA48-A5D3AFA2F583>, acesso em: 26/09/2016. Miguel Arraes é recepcionado pelo povo no dia de seu retorno ao Brasil, após anos de exílio.

<sup>320</sup> “Emoção adia entrevista no Ceará”. *Jornal do Comércio*. Recife, 16 de set de 1979.

<sup>321</sup> “Miguel Arraes chega ao Rio. Fim de exílio”. *Jornal do Comércio*. Recife, 16 de set de 1979.

Apesar de muito festejado, Arraes ainda tinha que lidar com as velhas acusações de “agitador”. No mesmo dia em que o *Jornal do Comercio* trouxe como destaque a chegada de Miguel Arraes, também sai uma matéria com uma discussão que houve em Brasília, com o deputado Nilson Gibson, da Arena, acusando o ex-governador de Pernambuco de ser “o maior agitador e incitador de greves do período 1960-1964”<sup>322</sup>. Eram as velhas acusações que o jornal Diário de Pernambuco fazia ao então governador do Estado, em 1963. O pensamento conservador que culminou no golpe de 1964 ainda estava vivo.

Além da Anistia, em 1979, também foi instituído o pluripartidarismo, de forma controlada, pois não legalizava as siglas comunistas e fazia exigências numéricas que seis legendas, apenas, conseguiram atender, assim surgiram os partidos: Partido Democrático Social - PDS (antiga Arena), Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (antigo MDB), Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, Partido Democrático Trabalhista - PDT, Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Popular – PP<sup>323</sup>. A maior parte dos partidos políticos faziam oposição à Ditadura Militar.

Os militares procuraram manter o controle de todo processo de redemocratização, porém os partidos de oposição aumentavam sua influência no processo, mobilizando as massas. Como nos diz Teixeira da Silva (2007), por causa da ameaça da oposição assumir o papel principal da abertura “e em face da perda dos privilégios que gozava sob o regime militar, a comunidade de informações retomou seu projeto de desestabilizar a abertura”<sup>324</sup>. Com isso, sucederam-se séries de atentados, promovidos pela extrema-direita, entre 1979 e a primeira metade da década de 1980. Bombas foram colocadas estrategicamente para ferir opositores do regime militar, como jornalistas, padres, advogados e políticos; bancas de jornais no Rio de Janeiro foram incendiadas, como forma de intimidação para que evitassem a comercialização de jornais opositores; o atentado que teria maior magnitude só não ocorreu porque uma das bombas explodiu ainda no carro de um agente do Departamento de Operação de Informação (DOI), o caso ficou conhecido como o atentado do Rio Centro, o plano era explodir várias bombas no centro de convenções do Rio de Janeiro, que realizaria um show em comemoração ao dia do trabalho<sup>325</sup>. Apesar das pressões da sociedade civil para

<sup>322</sup> “Gibson: Arraes é agitador”. *Jornal do Comércio*. Recife, 16 de set de 1979.

<sup>323</sup> “Eleições e o fim do Regime”. Memórias da ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/>>. Acesso em: 26/09/2016.

<sup>324</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 270.

<sup>325</sup> *Ibid.*, p. 270-271.

que o caso fosse investigado com rigor, o governo Figueiredo pouco fez para esclarecer o ocorrido.

A mobilização popular para a abertura se intensificou durante os anos 1980 e eclodiu no movimento *Diretas Já!* Unindo lideranças da oposição, artistas, intelectuais, sindicalistas e a sociedade civil, milhões de pessoas tomaram as ruas do país exigindo a eleição direta para o cargo da presidência da república. A proposta representava

um rompimento radical com a *abertura limitada e pactuada* que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma constituinte, a uma ruptura constitucional desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.<sup>326</sup>

Tanto que, mesmo com grandes mobilizações, a proposta da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidência da república, perdeu na votação do congresso em 26 de abril de 1984. A decepção com a derrota da *Diretas Já!* transformou-se em nova expectativa para a eleição de um presidente civil, Tancredo Neves, eleito de forma indireta, pelo mesmo congresso que rejeitou as diretas. A eleição dele marcou o fim da ditadura militar, lembrando que sua morte causou comoção nacional, favorecendo as “Diretas Já” e os caras pintadas nas ruas.

Esse período de abertura política e crise econômica gerou uma ansiedade nos brasileiros, alguns lembravam com saudosismo o curto período democrático anterior ao golpe, uns já não lembravam direito, outros nem sabiam o que era, como boa parte dos jovens que nasceram durante a ditadura. Mas, no final da década de 1970, e principalmente nos anos 1980, o país exigia uma mudança, mais que isso, queria uma ruptura com o velho Estado de exceção. A experiência vivida durante os governos militares mostrou que a situação social do país não havia mudado – quiçá tenha piorado –, o crescimento econômico beneficiou poucos, e novamente o país estava em crise, com uma inflação incontrolável que corroía o salário dos trabalhadores. Para quem fazia parte dos movimentos sociais o ressentimento era maior, da crescente conquista do espaço político durante o início da década de 1960 à repressão durante os anos ditatoriais, estes movimentos viram suas expectativas ruírem com o golpe. Novamente pareciam respirar nos anos de abertura e através de suas experiências passadas, da democracia ao golpe, renovou-se sua expectativa futura, voltando-se para uma democracia com participação popular, focada em mudanças sociais.

---

<sup>326</sup> Ibid., p. 273.

Para Koselleck (2006) “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”<sup>327</sup>. Cada momento histórico terá sua expectativa, pois cada um representará uma experiência diferente. Durante a redemocratização, a expectativa era que uma democracia popular no Brasil fosse capaz de resolver os problemas que o país atravessava, desde o mais urgente, como o aspecto econômico, por conta da inflação, como também os velhos problemas e conflitos sociais. Ainda para Koselleck (2006):

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitidas por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiência alheia.<sup>328</sup>

As expectativas durante a redemocratização eram consequências de um conjunto de experiências vividas na fase democrática das décadas de 1950 e 1960, como também da ditadura, durante as décadas de 1960 e 1970, que naquele momento consumia o país. Cada indivíduo, ou grupo, possuía sua própria experiência, que era transmitida para a nova geração, formando uma experiência alheia, como nos diz Koselleck (2006). Essa experiência passada, mas também presente, já que “cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos”<sup>329</sup>, agregada com novos elementos, gerou uma expectativa de mudança. O que acontece com a expectativa é algo semelhante com o que acontece com a experiência:

Também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem.<sup>330</sup>

A expectativa na redemocratização estava marcada por estes sentimentos: medo, desejo, vontade, mas principalmente, esperança. A inquietude foi o que levou milhões de pessoas às ruas nas manifestações das *Diretas Já!*. As expectativas estavam concentradas na democracia, acreditava-se que ela promoveria as mudanças para melhor que o país precisava.

---

<sup>327</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Op.Cit.**, p. 306.

<sup>328</sup> *Ibid.*, p. 309-310.

<sup>329</sup> *Ibid.*, p. 311.

<sup>330</sup> *Ibid.*, p. 310.

### 3.1 ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO E A GESTÃO GUSTAVO KRAUSE: AINDA SOB A DITADURA

O clima de reabertura política estimulou os movimentos sociais a se organizarem, junto à Igreja Católica e outras organizações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, CNBB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, sindicatos, organizações e movimentos sociais, buscaram participar mais efetivamente da redemocratização, sendo uma voz atuante do processo político. Na periferia do Recife, assim como em outras cidades do país, as associações de bairro voltaram a crescer. Algumas surgem espontaneamente, devido às reais necessidades existentes na comunidade; outras são remanescentes do período anterior à abertura política, na maioria das vezes contaram com o apoio da Igreja para permanecerem ativas; muitas associações também surgem a partir das ações promovidas pela Igreja, como as CEB's, que deram origem às associações de bairros e clubes de mães; outras foram estimuladas por iniciativa da prefeitura, que criava projetos com foco na organização dos moradores e, ao mesmo tempo, buscava controlá-los.

As reivindicações das comunidades ainda eram semelhantes às do tempo de Pelópidas, revelando que durante anos de ditadura militar poucas mudanças foram feitas nos bairros populares, além deles continuarem crescendo por conta da expulsão dos moradores pobres das áreas centrais, desemprego e chegada de novos retirantes vindos do interior de toda região Nordeste, principalmente dos estados vizinhos a Pernambuco. As reivindicações ainda eram: escolas, postos de saúde, iluminação, pavimentação, transporte etc.; e as novas reivindicações: segurança e orelhões, que refletem aumento da criminalidade e da nova necessidade do uso de aparelhos de telecomunicações.

No Recife, muitas associações de bairro surgiram durante a prefeitura de Gustavo Krause, posto no cargo pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel, que o indicou para o cargo em 1979, era o conhecido “prefeito biônico”, pois não chegou ao cargo através das eleições diretas. Ao assumir a prefeitura elaborou dois projetos voltados para a periferia, o “*Levante a mão e defenda seu bairro*” e “*um por todos*”, a partir deles foi possível a aproximação do prefeito com as comunidades, pois ele chegava a visitar pessoalmente junto com seus assessores as localidades que estavam inseridas no projeto. O interesse do governo em se aproximar dos movimentos de bairro, ainda durante a ditadura militar, era a forma encontrada por ele de organizar e controlar o processo democrático. Assumindo esse posicionamento, teriam o controle dos movimentos sociais, que poderiam se voltar contra a

ditadura, já que boa parte havia tomado este posicionamento, e evitar novas lideranças entre o povo.

Logo, o discurso dos movimentos de bairro é apropriado pelo prefeito. Nele, os temas da participação, conscientização, organização, transformação social e outros era recorrente nos discursos de Krause. Isso fica evidente já no discurso de posse da prefeitura:

É meu compromisso buscar a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda, porque o bem-comum é o fim maior do exercício do poder. E sua realização implica em atender a todos em razão de suas necessidades. O homem é a medida de todas as coisas e o social, a medida de todas as prioridades.

(...)

É meu compromisso que o povo não me fará pedidos porque me anteciparei na satisfação de sua vontade. Subirei morros, visitarei palafitas, percorrerei avenidas, beberei conhecimento na intuição popular, aprenderei a sabedoria de vivência feita: o governo se fará da cidade para a prefeitura e não da prefeitura para a cidade. O povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade.<sup>331</sup>

Observamos que o discurso de Krause tem característica populista, engloba os discursos dos movimentos sociais da época, enfatiza uma administração pública participativa, portanto “democrática”, mesmo vivenciando uma ditadura. Subir morros e visitar palafitas era a forma de se mostrar como um governo popular. A afirmação do prefeito que o “povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade”, naquele momento, assim como vários outros, revelou-se ser o contrário.

O projeto “*Um por todos*” distribuía material para que os próprios moradores fizessem as melhorias no bairro, como muros de arrimo e canais, de forma voluntária, organizando-se em mutirões. O jornal comunitário *A Voz das Comunidades*, produzido pelos moradores do Alto Santa Isabel, divulgou algumas ações produzidas por esse programa municipal em alguns bairros do Recife, algumas manchetes eram:

Aterro – A Prefeitura da Cidade do Recife está providenciando o aterro para o setor do Gaiolão. Os moradores já receberam os carros de mão e as pás, através do barracão, para que eles mesmos providenciem o aterro do local.

Um por todos – O povo da Macaxeira prepara-se para realizar o projeto Um por Todos. Sete ruas já estão com suas comissões organizadas: Ida Maria, Anita, Maria Amália, Alves Florêncio, Valdemar Campos, 19 de Março e travessa Maria Cândida.<sup>332</sup>

As notícias mostram a organização do programa e sua expansão, já que novos bairros sempre estavam sendo agregados ao projeto. O aterro na comunidade do Gaiolão foi realizado

<sup>331</sup> Discurso de posse do prefeito Gustavo Krause em 1979 *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 17.

<sup>332</sup> Tópicos. *A Voz das Comunidades*. Recife, junho de 1981. p. 3. APEJE.

pelos moradores com a disponibilização do material oferecido pela prefeitura. “O barracão” foi a forma como ficaram popularmente conhecidos os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), local responsável pelo contato entre a prefeitura e a comunidade, era responsável pela distribuição do material para as melhorias estruturais das comunidades, mas também respondiam por atividades assistenciais, como cuidados médicos, odontológicos, recreação ou atividades lúdicas<sup>333</sup>.

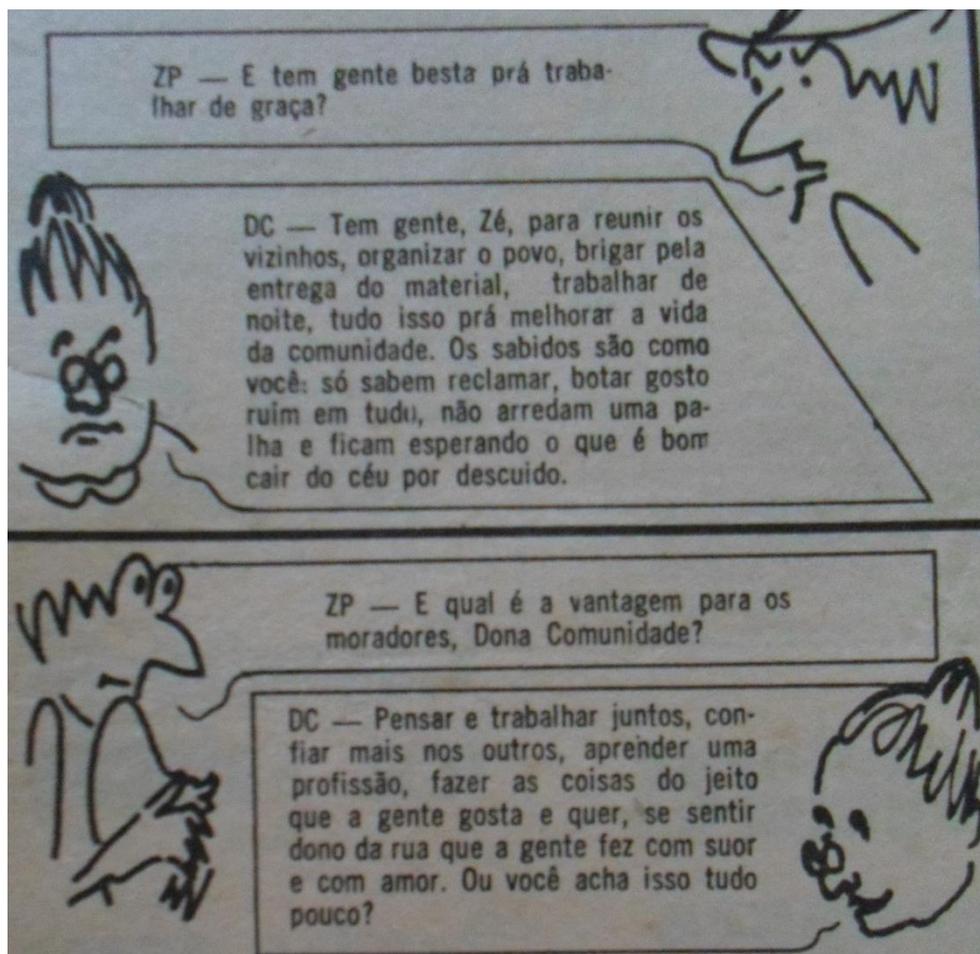
Os barracões concentravam todas as atividades que a prefeitura exercia, recebiam as reivindicações e forneciam o material para as melhorias nos bairros. Assim sendo, a prefeitura também evitava que as mobilizações populares fossem para as ruas por meio de manifestações, já que essas atividades se mostravam como uma maior ameaça ao governo. Com os barracões, a prefeitura podia suprimir qualquer tentativa de protestos, manifestações e passeatas<sup>334</sup>.

Outra função dos barracões, como já foi visto, era fornecer material para as melhorias estruturais nas comunidades, pois quem trabalhava nas obras eram os próprios moradores, de forma voluntária, ou seja, não recebiam remuneração. Essa situação chegou a causar alguma polêmica entre a prefeitura e os moradores. O jornal *A Voz das Comunidades* traz um quadrinho mostrando um diálogo entre um morador, chamado “Zé Perguntador”, e uma senhora chamada “Dona Comunidade”, com a senhora representando a fala de uma coletividade, a comunidade. O morador, “Perguntador”, indaga a senhora sobre o fato dos moradores trabalharem de graça no projeto “Um por todos”:

---

<sup>333</sup> LUNA, Allan Cavalcante. **Op.Cit.**, p. 76.

<sup>334</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 18.



**Fonte:** Quadrinho do jornal comunitário *A Voz das Comunidades*, Recife, junho de 1981.

No quadrinho, a “Dona Comunidade” argumenta com o Zé os benefícios que a comunidade teria com o mutirão não apenas na questão estrutural, mas também com relação à união dos moradores, o que, possivelmente, os aproximaria mais. Ela critica a opinião do Zé, dizendo que os “sabidos”, como ele, só sabem reclamar e colocar “gosto ruim”, mas que não fazem nada e esperam as melhorias caírem do céu. Ou seja, quem não participa do mutirão seria preguiçoso e despreocupado com a comunidade. Posteriormente, a “Dona Comunidade” diz que o mutirão ajudaria no fortalecimento da comunidade através da união.

Porém essa não era a opinião de alguns moradores, pois muitos trabalhavam em outros horários e ficavam cansados para depois seguir trabalhando pesado em construções de muros de arrimos, canais e calçamento de ruas. No bairro da Macaxeira, em uma reunião sobre o projeto “Um por todos” e um trabalho de melhoria que seria realizado no canal do bairro, contou com a presença do senador Marcos Freire os moradores começaram a se manifestar com relação a algumas declarações do senador. Após este ter informado que o prefeito teria solicitado uma “bolada em dinheiro” para o projeto Recife, ou seja, as melhorias para as

comunidades, o público presente manifestou-se: ““A gente não sabia disso não”. “Na Prefeitura, para nós aqui, e sempre a mesma cantilena: não tem dinheiro para vocês, não”. “E o doutor... que esteve aqui outro dia, e foi até xingando a gente, nunca falou disso para a gente””<sup>335</sup>. A surpresa dos moradores era com a divergência da informação, se chegou muito dinheiro para os projetos implantados pela prefeitura, por que a justificativa era de que não tinha dinheiro? A reação dos moradores demonstra a tensão e seriedade com que eles tratavam os assuntos da comunidade. As críticas continuaram:

““ Alguns daqui aceitaram da Prefeitura o material para fazer um arranjo no Canal. Mas arranjo não é canalização e serviço bem feito””. ‘O povo daqui, pobre, cansado pelo trabalho, mal alimentado, será que pode fazer um trabalho bem feito?’. ‘Querem sugar até as últimas gotas de sangue da pobreza... e nos bairros ricos é o povo que faz estes trabalhos?’. ‘O salário que o povo recebe é salário de fome’”<sup>336</sup>

Os comentários feitos pelos presentes na reunião são bastante válidos. Arranjo não é canalização, seria algo de fato bem feito? Se havia dinheiro, por que os pobres trabalham de graça mesmo depois de já terem trabalhado nos seus serviços, já que nos bairros de classe média os serviços eram realizados por empresas contratadas e não pelos moradores? Ainda havia a questão dos baixos salários que a população recebia, com ele não conseguiam ter uma alimentação digna. Havia a questão de os trabalhos serem pesados: os moradores tinham que carregar sacos de areia e pedras grandes, muitas vezes contavam com a presença de mulheres e, até mesmo, crianças<sup>337</sup>. Essa argumentação dos moradores, baseado na realidade em que viviam, desconstrói o discurso da “Dona Comunidade” que queria passar a imagem como se o mutirão fosse um gesto nobre dos moradores, o que também não deixa de ser, porém a prefeitura não fazia mais que sua obrigação de realizar as melhorias que a cidade precisava e para isso não necessitava explorar os moradores, já cansados de suas jornadas de trabalho.

Apesar das queixas colocadas pelos moradores, o encontro na Macaxeira terminou com alegria após Pedro Eurico, outro político presente na reunião, informar que a empresa Othon não incomodaria mais os moradores que ocupavam um terreno reivindicado pela empresa<sup>338</sup>. A questão da posse da terra ainda era a maior preocupação dos moradores de várias comunidades do Recife, que sempre corriam o risco de perderem as suas casas. O movimento

<sup>335</sup> Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela. Maio/junho de 1981. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>.

<sup>336</sup> Ibid.

<sup>337</sup> LUNA, Allan Cavalcante. **Op.Cit.**, p. 75.

<sup>338</sup> Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela. Maio/junho de 1981. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

Terras de Ninguém deu início as desapropriações que ocorreram durante a década de 1980, porém muitas comunidades ainda tiveram que lutar muito pelo direito de possuir uma moradia.

### 3.1.1 Moradia e repressão policial

Os moradores de Brasília Teimosa corriam o risco de serem expulsos das áreas em que moravam por conta também da especulação imobiliária, já que a área era valorizada por ser beira mar; por isso, boa parte dos moradores trabalhava com a pesca e coleta de mariscos. O jornal do Conselho de Moradores de Brasília Teimosa, *A Voz de Brasília Teimosa*, do mês de dezembro de 1981, fez entrevistas com moradores da beira mar sobre a proposta de retirar as famílias de lá para colocá-las em outro terreno, próximo ao aeroclube. Os moradores estavam contra a mudança, já que o novo terreno ficava distante da praia e as famílias trabalhavam exclusivamente com a pesca, “Não queremos sair porque vivemos da pescaria, (...) e enquanto nossos maridos estão em alto mar, nós estamos quebrando galho, pescando até com pedaço de lâmpada fluorescente, peixinhos pequenos, porque se não, vamos morrer de fome”<sup>339</sup>. Outras queixas era que as pessoas já estavam há anos na comunidade, com a família inteira morando no bairro; além dos laços de amizade entre os vizinhos, o bairro, graças ao trabalho do Conselho de Moradores, já possuía escola e posto de saúde, e no novo terreno ainda não havia estrutura e serviços públicos<sup>340</sup>. Essa questão nos mostra que, durante anos, os governantes apenas se preocuparam em esconder a pobreza, tirando-a de um lugar e levando para outro, como ocorria ainda nos tempos de Agamenon, sem de fato resolver o problema das famílias, que era o subemprego e a renda baixa.

Outra notícia que nos chamou a atenção foi divulgada pelo *Diário de Pernambuco*, no dia 27 de janeiro de 1982. O jornal trazia uma reportagem sobre a perseguição policial e a prisão de uma moradora do bairro de Brasília Teimosa, Lindacy Rodrigues de Freitas, quando policiais da Secretária de Segurança Pública – SSP entraram na sua casa e a tiraram do banheiro, enquanto tomava banho, e a ameaçaram com uma faca. No dia seguinte, cerca de 9 policiais invadiram a associação dos moradores e prenderam Lindacy, inquilina de uma das casas que passou a fazer parte do projeto Teimosinhos; esse projeto dava a posse da casa aos inquilinos. O presidente da associação de moradores do bairro contou que os policiais

---

<sup>339</sup> Depoimento de uma moradora do bairro de Brasília Teimosa. Beira Mar. *A Voz de Brasília Teimosa*. Dezembro/1981. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>340</sup> Ibid.

passaram a rondar a área após a aprovação da legalização das casas que os moradores da comunidade habitavam, desagradando a muitos proprietários que possuíam imóveis naquele local; por isso os policiais estariam agindo para defender os interesses desses proprietários<sup>341</sup>. Esse ocorrido revela que muitos policiais agiam fora da lei para defender interesses particulares, provavelmente eram contratados por pessoas poderosas para reprimir iniciativas populares.

Outra ação semelhante, de intimidação aos moradores, foi noticiada pelo *Diário de Pernambuco* no dia 10 de junho de 1983. Ocorreu na favela ‘Beira Mangue’, localizada do bairro de Rio Doce, município de Olinda que faz parte da região metropolitana do Recife. Sob o comando do tenente reformado da Polícia Militar de Pernambuco, Edvaldo França, mais conhecido como Tenente França, a mando do Sr. Roberto de Souza Leão Filho. A ação destruiu seis casebres que formavam a favela, os moradores sofreram ameaças, agressões e humilhações. Toda a ação contou com a participação do Tenente França e mais quinze homens do DOPS, também constava uma viatura do DOPS e outras cinco da Polícia Militar. Fortemente armados, os policiais, por volta das nove horas da manhã, chegaram na favela, após agredir o primeiro morador que chegou para reclamar da ação, deram início a derrubada das casas, sem ouvir os moradores, estes prontamente procuraram os advogados da favela e a delegacia do Rio Doce.

O delegado procurado informou que o caso estava sob o comando do DOPS e que nada poderia fazer. Os moradores, juntos com seus advogados, foram até o DOPS denunciar o caso; foram recebidos pelo diretor do órgão, Marcio Ferraz, quem afirmou ter sido procurado pelo Sr. Roberto de Souza Leão Filho, que teria solicitado proteção para derrubar os casebres que estariam sendo construídos. Entretanto os advogados e os moradores estavam com um documento da prefeitura que lhes davam posse sobre o terreno, até pelo fato das casas serem antigas, e não recentes, como afirmou a polícia. Segundo os moradores, o Tenente França já vinha agindo na comunidade, agredindo os moradores e os ameaçando, tudo para que eles se retirassem do terreno. Na delegacia do Rio Doce já haviam queixas dos moradores contra as ações violentas da polícia, principalmente do Tenente França<sup>342</sup>.

Esse caso nos mostra que, em plena redemocratização, o DOPS continuava agindo não apenas na vigilância, mas também na repressão. Seus membros ainda praticavam a violência

---

<sup>341</sup> “Agentes da SSP invadem associação de moradores”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 27 de janeiro de 1982. Conselho de moradores de Brasília Teimosa. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 30.411.

<sup>342</sup> “Favela é arrasada com aparato bélico”. *Diário de Pernambuco*. Recife, 10 de junho de 1983. Federação das Associações dos Núcleos de COHAB e Similares em Pernambuco. Fundo: SSP/DOPS/APEJE. Prontuário nº. 27.754.

dos anos de chumbo, principalmente contra aqueles que ameaçavam a “ordem” que eles queriam; os mais pobres eram suas maiores vítimas, enquanto atendiam os interesses dos que detinham o poder financeiro. No jogo entre fortes e fracos, os mais pobres resistiam e utilizavam as armas que tinham, como os advogados e a mídia, que, no período, mostrava-se favorável à redemocratização e contrária à ditadura. Porém ainda não podiam contar com o apoio da polícia, que se abstinha de ajudá-los, como fez o delegado de Rio Doce, que procurou ficar quieto, pois não queria choque com o DOPS. Essa situação mostra como o DOPS ainda estava ativo e temido, assim como a ditadura – era 1983, mas não era muito diferente da década de 1970.

A questão da moradia sempre foi um dos maiores problemas da cidade do Recife desde o período Agamenon, que criou a Liga Social Contra o Mocambo, na tentativa de erradicar o mocambo e fornecer uma moradia mais segura e confortável para o operariado; porém, como vimos, a maior parte da população não foi beneficiada pelo programa. Outros projetos governamentais foram postos em prática na tentativa de diminuir o déficit de habitação. Durante o governo de Marco Maciel (1979-1982) como governador biônico, foi expandido o programa habitacional promovido pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco – COHAB. Segundo dados do jornal *Habitação*<sup>343</sup>, de abril de 1981, Pernambuco atingia a marca de Estado com o maior número de casas populares construídas do Brasil com a construção de 96.835<sup>344</sup> unidades habitacionais em todo Estado. Os números foram fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação e constava Pernambuco à frente de São Paulo e Rio de Janeiro, em termos de construção de habitações populares. Também foi na gestão de Marco Maciel que as terras do bairro de Casa Amarela foram legalizadas e seus moradores puderam tomar posse definitivamente do terreno.

Porém, apesar dos avanços no setor da moradia, ainda se tinha muito por fazer. Os moradores que conseguiram a posse dos terrenos permaneciam convivendo com a falta de infraestrutura nos bairros; problemas sociais persistiam, como o desemprego e a baixa remuneração dos trabalhadores pobres; os conflitos agrários continuavam e cada vez mais pessoas chegavam da zona da mata do Estado para a capital; os danos provocados pelas secas não eram combatidos, o que engrossava ainda mais a massa de sertanejos para o litoral. Por isso, os populares continuavam organizando associações de bairro e de moradores; essa foi a

---

<sup>343</sup> Jornal produzido pela COHAB para divulgação das ações realizadas pelo órgão. Impresso pela Companhia Editora de Pernambuco – CEPE.

<sup>344</sup> “Pernambuco é primeiro lugar em construção de habitações populares”. *Habitação*. Recife, abril de 1981, Nº 6. APEJE.

forma encontrada para a realização das reivindicações aos órgãos público, também significou um caminho para a cidadania.

### 3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA E ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO DURANTE A PREFEITURA DE JARBAS VASCONCELOS

A relação entre associações de bairros e as prefeituras do Recife durante a década de 1980 vivia no limite entre a parceria e a crítica. A gestão de Gustavo Krause mostra bem isso, seus esforços de se aproximar do povo e realizar um diálogo mais direto com essa camada da população fez com que associações e prefeitura trabalhassem juntas em alguns projetos que visavam a melhoria das comunidades, como o “Um por todos”. O prefeito costumava visitar as comunidades e esforçava-se em ser um político popular. Seus atos assemelhavam-se até com os de Pelópidas Silveira, preso pela ditadura por ser considerado subversivo. Porém Krause era um político da Arena, partido dos militares, e, apesar dos seus esforços, não chegou a ter a popularidade de Pelópidas. O que separava as duas figuras políticas era a democracia. Pelópidas chegou ao cargo de prefeito eleito pelo povo, construiu uma gestão municipal com a população e voltado para ela; logo, conseguiu a simpatia dos moradores da periferia. Krause era um prefeito biônico, não foi o povo quem o escolheu para estar ali, ainda representava uma política da ditadura, a qual a maior parte da população ansiava retirar. Apesar de suas ações, ainda representava os interesses dos militares, sua própria aproximação dos populares partiu desses interesses. Numa época onde o desejo de boa parte da nação era escolher seus governantes, aquele que fosse eleito já ganharia maior popularidade, é o caso do primeiro prefeito eleito do Recife após anos de ditadura, Jarbas Vasconcelos.

Em 1982, Roberto Magalhães do PDS é eleito governador de Pernambuco, derrotando Marcos Freire do PMDB. Como na época o cargo de prefeito do Recife estava ligado ao governador, Joaquim Francisco Cavalcanti é posto como prefeito da cidade. Com a saída de Gustavo Krause, o novo governo municipal direcionou suas ações para a formação de projetos que atendiam a cidade no geral, não elaborando programas voltados aos bairros. Com isso, o atendimento às reivindicações dos conselhos e associações de moradores ocorreu de forma esporádica, através da pressão popular.<sup>345</sup>

Com as eleições para prefeito nos fins de 1985, após anos sem eleição durante a ditadura, inicia-se a campanha de Jarbas Vasconcelos a prefeito do Recife, que, após um racha

---

<sup>345</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 20.

com o PMDB, deixa o partido e se filia ao PSB. Com o apoio das esquerdas, lideranças populares e setores independentes, Jarbas resgata a Frente do Recife, que serviu de base de apoio à sua candidatura. A vitória de Jarbas nas urnas passou a representar “uma reconquista do poder pelas forças populares”, deixando como desafio ao novo prefeito “pôr em pratica a relação poder popular e poder público”<sup>346</sup>. A democracia aqui foi utilizada pelos populares para conseguir um governo que os ouvisse mais e abrisse mais espaços de participação popular. Neste caso, a ação democrática serviu como arma dos mais fracos para combater os interesses dos mais fortes. O prefeito prometeu construir um mandato com participação popular e respeitando os movimentos sociais.

A Frente Popular do Recife, liderada por Jarbas, apresentou-se durante a campanha eleitoral com um projeto de realização de um governo democrático, transparente, abrangente e popular:

Democrático: as comunidades serão integradas na administração da cidade, coparticipando e fiscalizando [...]; Transparente: a prefeitura abrirá canais de comunicação com a população, de tal forma que todo cidadão possa acompanhar sua prestação de contas; Abrangente: [...] será desencadeado um processo permanente de atendimento das imensas carências da população; Popular: a integração da grande massa de necessitados ao processo político-administrativo [...] será a tônica da administração da Frente do Recife.<sup>347</sup>

Com o discurso de ampliar a democracia municipal, abrindo espaço para a participação popular, o governo municipal cria o programa “Prefeitura nos Bairros”, tinha como objetivo levar equipes da prefeitura (prefeito, secretários, dirigentes de empresas e de funções municipais e assessores) para os bairros e, assim, discutir com os moradores as obras mais urgentes e as ações a serem tomadas pela prefeitura na localidade<sup>348</sup>. Essa proposta de governo municipal era semelhante a que Pelópidas e a velha Frente do Recife exerceram, assim, parece-nos haver um esforço de resgatar as políticas públicas rompidas pelo golpe militar de 1964; um resgate histórico, o passado no presente, mas com novas vertentes, já que eram outros tempos.

O projeto “Prefeitura nos Bairros” foi lançado no dia primeiro de março com o encontro entre o prefeito Jarbas Vasconcelos e secretários da prefeitura na comunidade do Ibura. O encontro ocorreu na Escola Maria Sampaio de Lucena. Também participaram do primeiro encontro representantes das comunidades do Jordão, Dois Carneiros, Lagoa Encantada, Vila do Sesi, Tancredo Neves e dos Milagres, Três Carneiros, Ibura de Baixo e

<sup>346</sup> Ibid., p. 21.

<sup>347</sup> LUNA, Allan Cavalcante. **Op. Cit.**, p. 140.

<sup>348</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 22.

Jardim Monte Verde. O encontro também contou com a participação de atrações culturais. Segundo o titular da pasta da coordenação, José Alindo Soares, os encontros com as comunidades aconteceriam mensalmente e o mais importante no projeto era a “participação do movimento popular nas decisões da atual administração, de forma coletiva, organizada e ampla das suas entidades e grupos sociais, decentralizando as ações e decisões do prefeito do Recife”<sup>349</sup>. Um dos resultados da reunião foi a criação de um mutirão de barreiras, para conter os deslizamentos de terra.

Em maio de 1986, o Diário Oficial da cidade do Recife divulga outros encontros que ocorreriam no bairro da Boa Vista, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo, com participação dos representantes dos bairros da Boa Vista, Ilha do leite, Recife, Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Soledade, Paissandu, Coelhoos, ilha Joana Bezerra e Cabanga. A notícia ainda diz que, no momento, a prefeitura estava analisando as reivindicações feitas em uma plenária anterior, na qual se reivindicava para o bairro da Boa Vista a ampliação do mercado público, segurança, saúde e educação. Já as reivindicações dos bairros de Joana Bezerra, Coque e Ilha Santa Terezinha eram: limpeza urbana, pavimentação de ruas, transporte coletivo, iluminação, terraplenagem, creche, serviços de telefone, áreas de lazer, abastecimento de água e um centro cultural<sup>350</sup>. Estes bairros eram uns dos mais pobres da cidade – ainda são –, com pouca ou nenhuma infraestrutura, por isso a grande quantidade de reivindicações.

A prefeitura chegou a realizar algumas obras nas comunidades, fruto das discussões feitas nas reuniões, drenagem, construção de canais e pavimentação foram algumas das reivindicações contempladas<sup>351</sup>. Maior parte das obras nas áreas de morro foram realizadas no Bairro de Casa Amarela, maior bairro e mais populoso do Recife naquele momento. Os moradores faziam o acompanhamento e fiscalização das obras atrás de um calendário estabelecido após reunião com a prefeitura.

---

<sup>349</sup> “Jarbas inicia no Iburá o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: [http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO\\_198602&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros](http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros). Acesso em: 15/10/2016.

<sup>350</sup> “Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: [http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO\\_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros](http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros). Acesso em: 15/10/2016.

<sup>351</sup> “Jarbas inspeciona obras pedidas pelas comunidades”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: [http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO\\_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros](http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros). Acesso em: 15/10/2016.

Logo no primeiro ano de programa a prefeitura recebeu quarenta e oito documentos contendo as reivindicações de mais de 70 entidades do bairro de Casa Amarela; com a alegação de falta de recursos, nem tudo foi atendido. Contudo a prefeitura procurava enfatizar a participação popular que estava ocorrendo na administração pública. O prefeito Jarbas Vasconcelos defendia esta posição, segundo ele, “nenhuma decisão é tomada dentro da prefeitura sem que passe por um amplo debate”<sup>352</sup>. Essa participação popular na administração municipal era algo a ser valorizado de fato, mesmo que nem todas as reivindicações estivessem sendo atendidas, pois fortalecia a democracia e contribuía para o maior engajamento comunitário dos moradores das periferias, tendo ainda em vista um passado sem muita abertura e sem diálogo entre gestão pública e comunidade. O projeto “Prefeitura nos Bairros” permaneceu durante o ano de 1987 e 1988, atingindo todos os bairros da cidade do Recife.

O governo Jarbas também procurou rever o Projeto Recife, elaborado durante a prefeitura de Gustavo Krause, a nova proposta era torná-lo menos burocrático e mais participativo. O novo projeto envolvia macrodrenagem (canais, rede viária, projeto de educação sanitária, emprego e renda). Após os acertos e ajustes, o projeto foi discutido numa grande plenária com as associações de bairros, onde foi comentada a complexidade do projeto<sup>353</sup>. Alguns participantes criticaram o pouco tempo de discussão sobre o tema, o que preconizaria o debate e a participação popular.

Apesar das reuniões e das propostas serem discutidas diretamente com a população, alguns líderes comunitários se queixam que as reivindicações não estavam sendo atendidas, e colocava o novo governo eleito nas mesmas condições de outros anteriores, que prometiam e não cumpriam<sup>354</sup>. A questão era que os problemas eram muitos e pareciam multiplicar-se com a crise econômica persistente durante a década de 80. A alta da inflação havia elevado os aluguéis e a população mais pobre, sem condições de pagá-los, começou a invadir terrenos e construir suas moradias improvisadas. Os anos de 1986 e 1987 são os que registram o maior número de invasões. Segundo dado do jornal *Folha dos Bairros*, janeiro-fevereiro de 1987, das 2.152 famílias invasoras catalogadas, 1.892 ainda permaneciam no local, sendo 259 removidas para outros locais. Segundo o presidente da URB/Recife, Carlos Magno Cysneiros Sampaio, o quadro não iria se estabilizar, “a não ser que o governador Arraes e o prefeito Jarbas encontrem um meio de viabilizar um plano habitacional para as famílias pobres da

---

<sup>352</sup> LUNA, Allan Cavalcante. **Op. Cit.**, p. 145.

<sup>353</sup> “Projeto Recife é discutido”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>354</sup> *Ibid.*, p. 23.

cidade”<sup>355</sup>. Ainda para Carlos Magno, as invasões devem-se à soma da pobreza com a “expectativa do governo Arraes e de que há um controle popular sobre a polícia”<sup>356</sup>, ou seja, a expectativa era que os governos de Arraes e Jarbas, por serem voltados as camadas mais populares, não agiriam com violência contra as famílias, estas também acreditavam que seria mais fácil permanecer nas áreas ocupadas.

LEVANTAMENTO DAS OCUPAÇÕES - JANEIRO/86 À FEVEREIRO/87					
DENOMINAÇÃO	DATA	LOCALIDADE	Nº FAMÍLIAS	PROPRIEDADE	DESFECHE
Vila da Miséria	Jan/86	Volta ao Mundo	100	Logradouro do Loteamento Novo Coxengê	Permaneceu no Local
Asa Branca	Fev/86	Engenho de - Melo	100	Terreno do IAPAS	Permaneceu
Paixão de Cristo	Mar/86	Apipucos	150	Privada	Tem liminar do reint.de posse e negociação PCR/ Gov.do Estado, para relocação. Permaneceu - URB participou da negociação
Conjunto Castelo Branco	Mar/86	Imbiribeira	150	Caixa Econômica Federal	Está no Centro Social devendo ser relocada na Torre. Permaneceu. Será removido para área do Projeto Recife.
Coca-Cola	Mar/86	Parnamirim	15	Privada	Permaneceu - Não foi consolidada
Cavouco	Nov/86	Bomba Grande	22	Margem de canal	Permaneceu - Será removida
Vila Tamandaré	Nov/86	Arelas	10	Prop.Privada	Permaneceu
Maria Sampaio	Nov/86	UR-1-Ibura	18	Escola Municipal	Não foi consolidada
Rio Acima	Nov/86	Ibura	08	Escola Municipal	Permaneceu - Será removida
Visgueiro	Nov/86	Vasco da Gama	180	Escola Municipal	Removida. Será relocada no Alto do Capitão
Jornal do Comércio	Nov/86	Casa Forte	03	Área-Proj.Recife	Não foi consolidada. Permaneceu
Av.Jockey Club	Nov/86	San Martin	08	Logradouro Projetado, já anteriormente ocupado	Permaneceu
Coelhos	Nov/86	Coelhos	50	Área da Creche PCR	Não consolidado
Vila Arraes	Dez/86	Várzea	150	Privada	Permaneceu
Cardeal e Silva	Dez/86	Arelas	18	Prço	Não foi consolidada
Cardeal e Silva	Dez/86	Arelas	20	Terreno da Aeronáutica	Permaneceu
Barragem da UR-1	Dez/86	Ibura	80	Cohab	Permaneceu
Coelhos	Dez/86	Coelhos	20	Privada	Permaneceu/Ação de Reintegração de Posse
Xuxa	Jan/87	Iputinga	400	P.C.R-Projeto Recife	Permaneceu. Será removida para área do Projeto Recife.
Barro	Jan/87	Barro	100	Escola Municipal	Não foi consolidada
Metrô	Jan/87	Barro	20	Metrô-Área remanescente da P.C.R.	Permaneceu
Roda de Fogo	Jan/87	Torrões	400	IAPAS	Permaneceu/Ação de Reintegração de Posse
Constituinte Imbiribeira	Jan/87	Arelas	50	Privada	Permaneceu
	Fev/87	Imbiribeira	20	Logradouro	Não foi consolidada
Canal do Arruda	Fev/87	Arruda	50	Margem de canal	Não foi consolidada
Fundo de Quintal	Fev/87	San Martin	30	Logradouro/ Ocupação antiga.	Permaneceu

Fonte: *Folha dos Bairros*, Recife JAN/FEV 1987, Nº 2, ANO I. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>355</sup> “A luta pela moradia”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 4. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>356</sup> *Ibid.*

As invasões passaram a ser constantes, cerca 3 mil pessoas invadiram terrenos no Buriti, Macaxeira e Nova Descoberta, os terrenos pertenciam a Companhia imobiliária Othon Bezerra de Melo, sem utilização a 25 anos. Boa parte dos invasores eram moradores de Casa Amarela, que ao ver os aluguéis dispararem, de Cz\$ 200 para 800, encontrou na invasão uma solução para a falta de moradia. “São que nem saúvas”<sup>357</sup>, comentou uma moradora do Buriti ao ver a cena, comparando a situação com um formigueiro, devido à grande quantidade de pessoas. O secretário de habitação, Pedro Eurico, se reuniu com as pessoas que invadiram o terreno e prometeu uma solução para o caso, porém pediu aos populares que não construíssem as casas ante da regularização do terreno, também foi proposto um levantamento para saber quais famílias realmente não tinham condições de pagar o aluguel. A presença policial com a tropa de Choque e cavalaria assustou os invasores que se mostraram indignados com a sua presença, a informação prestada pelo governo foi que a polícia fora chamada pelos donos do terreno. Após intervenção de Pedro Eurico, a polícia saiu do local<sup>358</sup>.

A presença da polícia no local frustrou os moradores, pois aquela situação os colocava como bandidos, além de haver uma tensão por se esperar que a polícia agisse com violência. A preocupação existia devido ao fato da violência policial contra as camadas mais baixas da sociedade, principalmente quando ela estava ali por solicitação dos mais abastados, os casos da favela do Rio Doce e do Pina mostram bem isso.

### 3.2.1 Aparelhamento das associações de bairro do Recife durante a década de 1980

A organização popular dos movimentos de bairro estimulou, em 1982, a formação de uma sociedade civil sem fins lucrativos que tinha por objetivo a assessoria aos movimentos de bairro da Região Metropolitana do Recife (RMR), era a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – ETAPAS<sup>359</sup>. A ETAPAS foi responsável por realizações de estudos e pesquisas com as associações de bairro procurando observar de que forma elas estavam organizadas, quais eram as reivindicações mais emergenciais, como estava sendo a relação entre associações e prefeitura, entre outros estudos. Procurava se relacionar com as comunidades através do jornal *Folha dos Bairros*, de produção mensal; o jornal foi iniciativa da ETAPAS. A partir do levantamento elaborado pelo órgão, em 1986, foi possível

<sup>357</sup> “Os alugueis disparam e o jeito é invadir”. *Folha dos Bairros*. Recife, março de 1987. p. 7. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>358</sup> Ibid.

<sup>359</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 11.

conhecemos a forma como as associações estavam organizadas e suas características. Aqui comentaremos alguns desses dados levantados pela ETAPAS.

A maior parte das associações de bairro surgiu entre os anos de 1978/1982, período de abertura política, quando o governo do Estado e o prefeito reconheceram as pressões populares e procuraram criar canais de diálogo para, dessa forma, manter um controle sobre as entidades. Porém apenas 5,56% das associações entrevistadas afirmaram terem surgido com apoio político. Vejamos a tabela abaixo:

<b>COMO SE DEU A CRIAÇÃO DA ENTIDADE</b>		
<b>Alternativa</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Reivindicações de melhorias urbanas/ equipamentos sociais	53	58,89%
Grupo de trabalhos (atividades educativas/ profissionais/promocionais/ religiosas)	18	20,00%
Comitê eleitoral	3	3,33%
Posse da terra	2	2,22%
Atividades recreativas e lazer	6	6,67%
Remoção/ desfavelamento	7	7,78%
Projetos da prefeitura no período 78/82	5	5,56%
Outros	10	11,11%
Não sabe/ não respondeu	2	2,22%
Total de entrevistados	90	100%

**Fonte:** Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. Nota: respostas múltiplas *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 69.

A tabela nos mostra que mais de 50% surgiram de forma espontânea, a partir da organização dos moradores entorno das necessidades do bairro. Já 20% foram formadas através de grupos de trabalhos, que envolviam atividades educativas, profissionais e religiosa. A igreja, por conta das CEB's, deve ter possuído papel importante neste grupo, já que as associações mais antigas estavam ligadas a ela.

Outro dado contido na pesquisa é que 85,56% das associações de moradores possuem um estatuto próprio, sendo 87,01% das entidades que possuem estatuto discutiram com os moradores a aprovação do documento<sup>360</sup>. Isto garante o espírito democrático das associações, com ampla participação da comunidade.

<sup>360</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Op. Cit.**, p. 29.

Com relação ao gênero dos líderes e membros das associações, em 75% delas a maior frequência de participação é de mulheres<sup>361</sup>. A mulher, além de trabalhar fora, é a responsável pelos cuidados da casa e dos filhos; logo, a falta d'água atrapalha suas atividades doméstica; com água encanada, o trabalho de lavar roupas, pratos e outras atividades se tornariam mais fáceis; ela é quem mais sente falta de escolas e creches para os filhos ou do posto de saúde para sua família, por isso ela sente mais a falta de infraestrutura na comunidade em que vive e é a que mais reivindica e mostra interesse pelos problemas do bairro. Apesar da maior participação, as mulheres ocupam em apenas 22% das associações o cargo de direção, portanto 78% dos líderes comunitários são homens<sup>362</sup>. Esse dado mostra que, na época, os cargos de maior projeção ainda estavam voltados para os homens, pois acreditava-se que as mulheres deveriam ocupar-se com as atividades domésticas ou que elas não teriam competência para exercer um cargo liderança. Ainda assim, mesmo com tantas ocupações (profissionais, donas de casa, mãe etc.) 22% das associações eram presididas por mulheres, além de duas grandes organizações voltadas para os bairros, como a Federação Metropolitana de Bairros do Recife – FEMEB e a Federação das Associações e Conselhos de Casa Amarela – FEACA, eram presididas por duas jovens mulheres<sup>363</sup>, como vemos na imagem abaixo.



**Fonte:** Posse da FEMEB. Iêda Ventura – Presidente da FEACA (à esquerda) e Edna Teotônia empossada Presidente da FEMEB (à direita). 10/87. *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988. p. 69.

<sup>361</sup> Ibid., p. 29.

<sup>362</sup> Ibid. p. 30.

<sup>363</sup> Ibid. p. 30.

A direção e distribuição de cargos das associações estavam distribuídas em uma diretoria, formada pelo/a presidente e vice; secretário/a e tesoureiro/a, algumas possuíam uma comissão organizadora, na qual o coordenador assumia as atribuições do presidente e “realiza contatos com as instâncias do poder público; dá entrevistas, lidera todas as campanhas reivindicatórias que a entidade decide apoiar”<sup>364</sup>. Cerca de 74,44% das associações possuíam uma diretoria que já havia exercido o cargo anteriormente, sendo apenas 25,56% ocupadas por uma nova direção<sup>365</sup>, o que nos mostra que havia pouca renovação de lideranças comunitárias, seja porque não apareciam novos líderes ou pelo fato de que os mais antigos não abriam espaço para novas lideranças, monopolizando as direções das associações. Com relação a tomada de decisões das associações de bairros, cerca de 67,78% as tomavam por meio de assembleias, com a participação dos membros da comunidade, enquanto 31,11% era a diretoria<sup>366</sup>. Em 95,89% realizavam eleições para a escolha da diretoria; destas, 60,27% escolhiam os dirigentes através do voto direto, e 35,62% por assembleias<sup>367</sup>. Em um período de redemocratização, no qual, depois de anos, a população pôde realmente eleger pelo voto o prefeito da cidade e o governador do Estado, sendo que ainda não se podia votar para a presidência da república, a população carente já estava acostumada ao processo democrático a partir das eleições das associações de bairro.



**Fonte:** Comemoração durante a apuração dos votos em Brasília Teimosa – Recife, 17/05/87. *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 69.

---

<sup>364</sup> *Ibid.*, p. 30.

<sup>365</sup> *Ibid.*, p. 31.

<sup>366</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p. 31.

Vemos na imagem acima a mobilização que ocorria entre os moradores nas eleições de presidente das associações de bairro. Faziam-se campanhas, panfletos e cartazes divulgavam as chapas, a comunidade participava das eleições depositando seu voto na chapa de sua escolha. Uma grande festa da democracia comunitária.

Outro dado interessante levantado pela ETAPAS e que mostra o grau de dificuldade enfrentada pelos moradores da periferia é que 40,87% dos moradores sobrevivem com  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo<sup>368</sup> para sustentar toda a família. Soma-se a isso a falta de estrutura básica, como saneamento e água encanada, além da falta de moradia digna, o que agrava ainda mais a miséria da população.

Em 1985 a ETAPAS publicou uma relação das associações de bairro e seus endereços existentes no Recife e Região Metropolitana, totalizando 151 entidades<sup>369</sup>. A maior parte concentrava-se na zona norte do Recife, principalmente nos bairros de Casa Amarela e Nova Descoberta, regiões onde a Igreja foi bastante atuante e onde se formou o movimento Terras de Ninguém. Era a área com maior experiência em organização comunitária.

A mobilização popular, através das associações de bairro, mostrou-se eficiente. Muitas comunidades tiveram, ao menos, parte de suas reivindicações atendidas, como melhorias estruturais (iluminação pública, pavimentação, transporte, contenção de barreiras, construção de canais, etc.). Também contribuiu para a união popular, construindo uma identidade de luta comum entre os moradores.

### 3.3 MOVIMENTOS DE BAIRRO E POLÍTICA: COOPERADOR OU Opositor DO ESTADO?

Os movimentos sociais, principalmente os de bairro, possuem uma relação bastante estreita com a política e com o Estado, afinal, o que motiva sua existência é a falha do Estado em assegurar os direitos básicos dos cidadãos, especialmente os mais pobres. A mobilização das organizações de bairro procura o Estado para este cumprir seu papel de garantir o bem-estar comum a toda população; não almeja um Estado paternalista, mas sim um Estado democrático, no qual os mais desprovidos também possam participar. Assim, o Estado será

---

<sup>368</sup> Ibid., 50.

<sup>369</sup> **Entidades Populares dos Bairros da Região Metropolitana do Recife**. Recife: ETAPAS, 1985. Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

“através dos seus diversos órgãos, (...) um interlocutor permanente e o palco privilegiado onde se digladiam os interesses diversos e diferenciados do movimento popular urbano”<sup>370</sup>.

Dessa forma, os movimentos sociais, ao agirem juntos com a população, sendo um veículo de conscientização, ampliam a cidadania em um movimento de dentro para fora. A cidadania inicia-se a partir da formação de uma identidade comunitária, ela primeiramente é exercida nos bairros, depois se expande até atingir a esfera pública e política. Os populares não só buscam a cidadania como também ajudam a construí-la.

É através das mobilizações por reivindicação de infraestrutura coletiva que os movimentos de bairro firmam seu espaço político. As passeatas, confecções de faixas, a ocupação dos espaços políticos (Câmara dos Vereadores; Palácio do Governo; Assembleia legislativa e as ruas) são as táticas encontradas pelas associações de bairro para pressionar o poder público e ganhar visibilidade política. Essa ação independente dos políticos tradicionais fez com que 67,78%<sup>371</sup> das associações e conselhos de moradores, durante a década de 1980, tivessem surgido sem interferência de partidos políticos. Esse é um dado considerável, já que o fato de serem autônomas fez com que as associações criassem um olhar mais crítico sobre o governo municipal, independente do político ou partido que estivesse no cargo. Também revela o nível da organização popular que, de forma espontânea, debatia seus problemas e buscavam soluções.

Os programas criados durante o governo de Gustavo Krause (como o Um Por Todos e Levante a Mão e Defenda seus Bairros) que tinham o intuito de barrar os movimentos populares independentes, não conseguiram alcançar seu objetivo. Os movimentos *Terras de Ninguém*, *Articulação Setor Sul*, *Comissão de Luta do Ibura*, *Pró-Federação de Casa Amarela e Assembleia dos Bairros*, permaneceram ativos e funcionando de forma independente da prefeitura, levantando questões, fazendo reivindicações, buscando o debate e a solução dos problemas enfrentados nas periferias. Isso foi importante para demarcar o espaço político das organizações de bairro. Esta independência também contribuiu para o fortalecimento dos movimentos de bairro.

Organizar-se de forma independente da prefeitura não impedia que alguns líderes de associações de bairros fossem filiados a alguns partidos políticos. Em um ambiente tão politizado, como os movimentos sociais, era comum que houvessem pessoas filiadas. Em uma pesquisa promovida pela ETAPAS em diversas comunidades do Recife, foi questionado aos

---

<sup>370</sup> SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p. 26.

moradores se eles sabiam a quais partidos os dirigentes das associações estavam filiados, o resultado foi o seguinte:

<b>PARTIDOS POLÍTICOS AOS QUAIS OS DIRIGENTES ESTÃO FILIADOS</b>		
Alternativa	Frequência	Porcentagem
PMDB	42	15,38%
PDS	-	-
PFL	33	12,09%
PT	3	1,10%
PTB	1	0,37%
PCB	2	0,73%
PDT	2	0,73%
PSB	-	-
PC do B	-	-
Outros	1	0,37%
Não sabe/ não respondeu	140	51,28%
Não são filiados a partidos	55	20,15%
Total de entrevistados	273	100%

**Fonte:** Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 101.

Observamos na tabela que a maior parte dos moradores, 51,28%, não sabe a quais partidos os dirigentes são filiados ou se eles não são filiados. Esse dado mostra que durante a década de 1980 as pessoas ainda tinham ressentimento em comentar sobre a qual partido eram filiadas, devido às perseguições aos membros de alguns partidos durante a ditadura, por isso não conversavam tão abertamente sobre suas opiniões com relação aos partidos ou se eram filiados. Cerca 20,15% não eram filiados a nenhum partido político, um número também considerável. Entre os partidários, os partidos com mais filiados dos movimentos de bairro eram: PMDB, PFL, PT, PCB, PDT e PTB. Com exceção do PFL e PDT, todos os outros partidos, na época, eram considerados de esquerda, cerca de 18% dos dirigentes eram filiados a eles. O PMDB concentrava mais filiados, era o partido de oposição à ditadura com maior visibilidade no período e também era o partido de políticos populares de Pernambuco, como Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes. Apesar da maioria optar por partidos da esquerda, cerca

de 13% dos dirigentes estavam filiados aos partidos ditos como mais conservadores, PFL e PDT.

Os movimentos de bairro possuíam uma ação política ampla, que ia além dos problemas nas comunidades, também se interessavam pela questão política a nível estadual e nacional, buscava participar da tomada de decisões importantes dos governos municipal, estadual e nacional, almejando a ampliação da democracia.

As eleições de 1986 que elegeram Miguel Arraes (PMDB) como governador e outros políticos da Frente Popular (Bloco composto por alguns partidos que fizeram oposição ao Regime Militar) contou com ampla participação e apoio popular. O jornal *Folha dos Bairros* entrevistou Miguel Arraes, após sua vitória nas eleições, querendo saber quais seriam as medidas prioritárias da Frente Popular e sua opinião com relação às questões nacionais, como o Plano Cruzado II<sup>372</sup>. Em uma década de crise econômica, que afetava principalmente os mais pobres, era difícil os movimentos de bairro ficarem alheios às questões da política econômica nacional. O jornal também buscou a opinião dos líderes dos movimentos de bairros sobre o resultado da eleição. Iêda Ventura, presidente da FEACA, informou que haveria uma reunião com os representantes das associações de bairro para discutir a eleição de Arraes, só após a reunião saber-se-ia a posição da Federação com o resultado das eleições. Eronildo Cardoso, presidente da Federação Comunitária de Pernambuco – FECOPE, informou o que o órgão esperava do governo Arraes:

A Fecope espera do Governo Arraes a descentralização da administração pública, um melhor relacionamento entre autoridades e comunidades, o reconhecimento das diretorias eleitas nas entidades representativas do povo e que os governos estadual e municipal "não ponham o dedo no processo interno dessas organizações populares"<sup>373</sup>.

Observamos que o presidente da FECOPE esperava um melhor relacionamento entre os movimentos de bairro e os governos do Estado e do município, também considerava importante o reconhecimento das “diretorias eleitas nas entidades representativas do povo” por parte do setor público, ou seja, que vissem os líderes populares como representantes diretos do povo e que dialogassem com eles, sem impor medidas de cima para baixo. O que nos chama mais atenção é o desejo do presidente da FECOPE de que o governo "não ponham

---

<sup>372</sup> *Folha dos Bairros*, Recife DEZEMBRO de 1986, Nº 1, ANO I. p. 4. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>373</sup> *Ibid.*, p. 5.

o dedo no processo interno dessas organizações populares", logo, não interferisse na política das associações, permitindo-as a trabalharem de forma independente, com autonomia total.

O presidente do Conselho deliberativo da Federação das Associações de Moradores dos núcleos habitacionais de COHAB e Similares de Pernambuco – FEMOCO HAB, Almir de Barros, dá uma resposta semelhante à do Eronildo Cardoso, segundo Almir Barroso esperava-se que houvesse

“uma maior participação das comunidades nas ações governamentais em áreas carentes e tenham voz e vez dentro do Palácio do Campo das Princesas. (...) Últimos governos a participação popular foi supérflua, de fachada, e a única secretaria que deu um pouco de acesso aos comunitários foi a do Trabalho e Ação Social.”<sup>374</sup>

Esperava-se que Arraes retomasse o costume de ouvir os representantes populares, dialogando com eles, como era no seu governo anterior ao golpe de 1964. Almir Barros ainda denuncia a participação de fachada que tiveram dos políticos anteriores. Esperava-se, de fato, uma representação mais democrática. Moacir Gomes, presidente da Assembleia dos Bairros, mostrou uma visão interessante sobre a vitória de Arraes e da Frente popular, para ele “isso pode parecer que as coisas agora possam estar às mil maravilhas, o que não é verdade”<sup>375</sup>, a preocupação de ter eleito o grupo que recebeu o apoio dos movimentos populares era a acomodação, achar que tudo estava resolvido, ou começar a trabalhar de forma partidária. Ele frisa também que as associações devem continuar seu trabalho de reivindicação, de forma autônoma e dialogando com o governo. Moacir Gomes ainda afirma que o movimento popular organizado não permitiria tratamento isolado, queriam que as reivindicações fossem tratadas em bloco<sup>376</sup>, pois com o governo trabalhando com os movimentos de forma total, fortaleceria o movimento e mais reivindicações seriam atendidas.

Os movimentos de bairros também estavam atentos quanto à Constituinte. O *Jornal Folha do Povo*, em um editorial, mostra-se insatisfeito em relação ao encaminhamento do processo, pois, assim como as constituições anteriores, essa seria mais uma “Constituição sem povo”. A queixa dava-se porque, ao invés de uma Assembleia Constituinte, haviam formado um Congresso Constituinte; dessa forma, os movimentos sociais ficaram de fora do processo. Outra queixa era que com um Congresso Constituinte os políticos tomariam decisões que fossem de interesse deles. Outro fato era que 22 senadores biônicos postos no cargo nas

---

<sup>374</sup> Ibid.

<sup>375</sup> Ibid.

<sup>376</sup> Ibid.

eleições de 1982 também fariam parte da Constituinte, o que representava uma ala conservadora, ligada aos militares e sem voto popular<sup>377</sup>.

Para minimizar a falta de participação popular na Constituinte, houve um encontro entre os movimentos populares, incluindo os de bairro e alguns políticos pernambucanos da Constituinte: Maurílio Ferreira Lima, Cristina Tavares e Egídio Ferreira Lima. O encontro ocorreu no dia 13 de março de 1987, no DCE, localizado na Rua do Hospício, o encontro foi promovido pela Interentidades, Povo na Constituinte, Centro Josué de Castro e Centro Teotônio Vilela. O jornal *Folha dos Bairros* acompanhou o 1º encontro e divulgou a opinião dos políticos e dos líderes dos movimentos de bairro e sindicatos. Iêda Ventura, presidente da FEACA, afirmou que o órgão está debatendo a Constituinte com os populares e que a população de Casa Amarela queria era que fosse aprovada uma lei de “proibido passar fome”<sup>378</sup>. A opinião dos moradores revela uma realidade de fome e miséria na periferia do Recife, por isso esperava-se que a nova Constituição contribuísse para fazer do Brasil um país mais justo, menos desigual. Luiz Carlos, presidente da Associação de Moradores do Entre-Apulso, compartilha de uma opinião semelhante com a da FEACA: “Os deputados Constituintes não pensam na barriga do povo, estão preocupados com as empresas que financiaram suas campanhas”<sup>379</sup>. Luiz Carlos também faz uma referência à fome e à situação difícil dos mais pobres ao dizer que os “deputados Constituintes não pensam na barriga do povo”, mostra também uma descrença na Constituinte por julgar que os políticos defendiam interesses próprios. O encontro revelou a descrença de maior parte dos presentes, que julgaram a Constituinte conservadora e que os interesses das elites iriam sobressair-se, em detrimentos dos anseios populares.

O espaço cedido para a população participar da Constituinte foi o curto período de 17 de julho a 1º de agosto, quando deveriam ser enviadas as emendas populares para a Assembleia Nacional da Constituinte, contendo no mínimo 30 mil assinaturas. Em Pernambuco, as emendas populares reivindicavam direitos para mulheres, reforma agrária, direitos dos aposentados e pensionistas da previdência social, direitos dos trabalhadores, dentre outros<sup>380</sup>. No dia da entrega, houve uma grande passeata e festa em Brasília, o público pedia Diretas Já para 1988 e pressionava os congressistas a aprovarem as leis de cunho popular para assim

---

<sup>377</sup> *Folha dos Bairros*, Recife JAN/FEV de 1987, Nº 2, ANO I. p. 1. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>378</sup> *Folha dos Bairros*, Recife MARÇO de 1987, Nº 3, ANO I. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>379</sup> *Ibid.*

<sup>380</sup> *Folha dos Bairros*, Recife JUNHO de 1987, Nº 5, ANO I. p. 10. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

diminuir as desigualdades do país. Vários grupos compareceram à passeata: cadeirantes, mulheres, crianças, trabalhadores, índios, agricultores e até empresários<sup>381</sup>. Essa foi uma mobilização democrática, como a muito tempo não se via no país, o povo, impaciente, exigia maior participação popular na política, ou seja, mais democracia.

### 3.3.1 Cooperador ou opositor?

Como vimos, as associações de bairro tinham uma relação estreita com o Estado, elas o procuravam para que assim pudessem ter seus direitos garantidos e respeitados, em alguns momentos trabalhou como opositora, reivindicando e o criticando, em outras como parceira, para ter suas reivindicações atendidas. Ammann (1991) ao estudar os movimentos populares de bairro do centro-oeste fez a seguinte pergunta: “O Movimento Popular de Bairro encontra-se à instância estatal como cooperador ou como foco de oposição?”<sup>382</sup>. Aqui tentamos responder a mesma pergunta, agora sob a realidade das associações de bairro do Recife.

A relação dos movimentos de bairro com o governo foi diferente nos três momentos que abordamos aqui. Entre 1955 até 1964, podemos dizer que o movimento caminhou ao lado dos governos municipais da Frente do Recife e posteriormente com a vitória de Arraes para governador de Pernambuco. Porém, mesmo caminhando ao lado, fazendo campanha e elegendo os políticos da Frente do Recife, os movimentos de bairro não deixaram de reivindicar e pensar a política criticamente, pois, mesmo com alguns membros das associações sendo filiados a alguns partidos políticos, as associações em si funcionavam de forma independente.

Durante o período da ditadura militar, os movimentos populares foram reprimidos pelo Estado Autoritário que acabava de dar um golpe e se estabelecer no poder. Esse Estado vigiou e reprimiu os movimentos sociais, os poucos que restavam eram ligados à Igreja e viviam sob constante vigilância. Aqui, os movimentos populares estavam em oposição ao Estado Autoritário.

A partir de 1978, os movimentos populares encontraram brechas no período de abertura política, novas associações de bairro começaram a surgir. Percebendo isso, o governo estadual e municipal antecipou-se aos movimentos, aproximou-se e tentou criar outras formas de trabalho para as associações, na tentativa de controlá-los e evitar manifestações e protestos

<sup>381</sup> *Folha dos Bairros*, Recife AGOSTO de 1987, Nº 6, ANO I. p. 11. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>

<sup>382</sup> AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.p. 118.

que poderiam afetar o governo. A prefeitura de Gustavo Krause é um exemplo, porém os movimentos de bairro souberam ser críticos quanto a isso e os projetos criados pela prefeitura na tentativa de concorrer com as associações de bairro independentes não se sustentaram. O Estado ainda era oposição.

Nesta questão, ser opositor ao Estado não significa querer seu fim, mas sim exigir que ele cumpra seu papel perante a sociedade garantindo os direitos de cidadania a população<sup>383</sup>.

Com a eleição de Jarbas Vasconcelos para a prefeitura do Recife, que contou com o apoio popular, a relação entre os movimentos de bairro e o governo foi modificada. Esses movimentos voltariam a atuar ao lado do Estado, pois agora ele não seria mais seu opositor, já que o governo que eles queriam assumiu as rédeas do poder. Essa situação mostra-se favorável aos movimentos de bairro, mas também temerosa. Favorável pelo fato de, sendo o governo mais próximo dos interesses populares, os movimentos de bairro, possivelmente, teriam mais facilidade para o diálogo e para terem suas reivindicações atendidas. Mesmo assim, alguns mostraram-se preocupados, pois esta vitória política poderia acomodar as associações, o que poderia levá-las a não agir de forma crítica perante o novo governo. Pelo que observamos, esse não foi o caso durante a prefeitura de Jarbas, as associações continuaram apoiando a prefeitura, mas também analisando de forma crítica suas ações, que nem sempre saíam da forma esperada.

Esse posicionamento dos movimentos de bairro do Recife foi importante para o fortalecimento da identidade deles, o que contribuiu para firmar o papel de interlocutores entre as periferias e o Estado, obtendo o reconhecimento do governo enquanto a isso. Outro ganho foi “a modificação, embora restrita, das relações entre o Estado e as classes populares, em decorrência do movimento popular de bairro. Em vários momentos, o Estado foi mais cauteloso em suas medidas repressivas; em outros, ampliou a prestação de serviços”<sup>384</sup>. Observamos estes acontecimentos durante a prefeitura de Jarbas Vasconcelos no que se refere às invasões de terrenos, durante as quais a prefeitura, em muitos casos, agiu com cautela, diferentemente dos proprietários de terrenos que chamavam a polícia por conta própria para expulsar os invasores sem intermédio do governo. Outra questão, foi a realização de mais serviços públicos nas comunidades carentes que possuíam uma associação de moradores.

A expectativa gerada durante o processo de abertura política em parte foi atendida. Com as eleições diretas para prefeito e governador, os candidatos apoiados pelo povo pernambucano venceram e puderem pôr em prática uma forma de governo mais democrática,

---

<sup>383</sup> Ibid., p. 123.

<sup>384</sup> Ibid., p. 125.

com mais participação popular. Porém, na esfera federal, essa participação popular ainda estava longe de ser alcançada, apesar de diversas mobilizações, como as *Diretas Já!* e toda a discussão gerada em torno da constituinte, o que comprometia o processo democrático.

Apenas eleições livres não é o bastante para que tenhamos uma democracia de fato, nesse ponto ainda temos que evoluir. Uma democracia faz-se com participação popular, que vai além do processo eleitoral. Esta participação sempre foi buscada pelos movimentos populares de bairro, que não apenas elegiam os governantes, mas também participavam da administração pública, dialogando com o governo quanto a suas necessidades na tentativa de garantir seus direitos.

Os movimentos populares continuam buscando e reivindicando mais democracia, em um verdadeiro “cabo de guerra” com as forças conservadoras que nunca deixaram de existir e atuar. A democracia, em curtos períodos da nossa história foi mais popular, mas sempre quando parecia haver uma maior abertura, logo era diminuída novamente. E assim ainda nos encontramos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos movimentos populares de bairro, especificamente associações de bairro ou de moradores e conselho de moradores, percorreu um longo caminho na cidade do Recife, passando por momentos históricos do país, vivenciando cada momento e construindo sua própria história. Vimos, nessa dissertação, três momentos em que viveram as associações de bairro, o período inicial da organização, a partir de 1955, com o apoio do prefeito Pelópidas Silveira e da Frente do Recife, momento em que o país experimentava a democracia, ainda limitada, engatinhando, mas que possibilitou a organização dos movimentos sociais que se mostraram uma força crescente naquele momento, mesmo atuando sob a vigilância da herança autoritária deixada por Vargas: a DOPS. As associações, logo nos anos iniciais, mostraram-se atuantes, tanto que a câmara dos vereadores se sentiu ameaçada por elas e passou a acusá-las de “comunistas”, procurando deslegitimá-las. Apesar das dificuldades enfrentadas, os movimentos populares de bairro souberam aproveitar o período democrático, no qual havia uma maior abertura para a organização popular e reivindicações. O golpe militar de 1964 esbarrou o avanço do movimento popular, além disso, os reprimiu com violência e os proibiu de funcionar sob ameaça de prisão.

Mesmo nos períodos mais duros da ditadura militar os movimentos de bairro encontraram brechas para se reorganizar. Para isso, o apoio da Igreja Católica Progressista foi fundamental, mesmo esta enfrentando, por diversos momentos, uma crise nas relações com os militares, devido ao seu trabalho junto aos mais carentes; as críticas que fazia por conta das torturas e desaparecimento de pessoas que passaram pelas mãos dos militares e a perseguição que religiosos estavam sofrendo, com até mesmo alguns sendo presos, torturados e mortos, além da extradição de padres estrangeiros acusados de subversão. A igreja forneceu sua contribuição à reorganização dos movimentos de bairro tornando-os pequenos espaços democráticos dentro de um Estado de exceção, ainda foram um dos símbolos da luta contra a ditadura e uma voz atuante pela redemocratização. As associações de moradores desse período foram corajosas ao enfrentar o Estado Autoritário e desafiar o autoritarismo com suas reivindicações, o movimento Terras de Ninguém é exemplo da coragem que tiveram.

A partir do processo de abertura política, surgiu uma grande expectativa em retomar à democracia. Novas associações de bairros surgiram de forma espontânea, sem receio da ditadura e ainda mais corajosas. Prevendo o crescimento dessas organizações, o governo Krause buscou antecipar-se para que a prefeitura detivesse o poder sobre elas. Porém as associações perceberam esta manobra e fortaleceram-se através de suas contestações. Apesar

das rusgas com a prefeitura de Krause, as associações passaram a conquistar mais vitórias, como a posse dos terrenos dos moradores e melhorias na infraestrutura das comunidades. As eleições de Jarbas Vasconcelos para prefeito e Miguel Arraes para governador de Pernambuco foram, também, uma vitória dos movimentos populares, depois disso os políticos mostraram-se mais abertos ao diálogo com as camadas populares. De fato, houve uma maior abertura para o diálogo com o movimento popular, que conquistou, além das melhorias dos bens público-coletivos, uma política mais democrática, na qual conseguiram ser ouvidos pelos governantes, tornando-a mais participativa.

Na caminhada de luta, os movimentos populares sempre buscaram a democracia e, quando não era possível, tornavam seus espaços de atuação um pequeno espaço democrático onde os membros poderiam opinar e participar de forma aberta. As CEB's e associações que existiram durante os anos 1970 são exemplos desses espaços democráticos dentro de um Estado de exceção. Para conseguir esse espaço, muitas vezes os populares tiveram que criar táticas de sobrevivência, enfrentando as estratégias dos poderosos, sendo a teimosia e insistência importantes para os populares firmarem a luta e fortalecerem sua identidade como movimento.

As associações de bairro tiveram uma estreita relação com a política e com os partidos políticos. Adentrar nas discussões políticas era uma forma delas serem ouvidas pelo Estado e de praticar a cidadania. Sua relação com o Estado variou de acordo com o momento histórico, às vezes mais próximo, sendo até mesmo aliadas, outras vezes distante, como opositoras. Porém os movimentos de bairro sempre foram críticos ao Estado, mesmo quando este contava com seu apoio. Muitos líderes comunitários também eram envolvidos com partidos políticos, alguns possuíam filiação, mas as associações de forma geral, eram independentes, o que garantia a crítica e a contestação dessas organizações.

No Brasil, durante nosso curto período democrático, nunca houve de fato uma democracia popular, mas, sim, momentos em que houve uma maior participação popular e em outros, na sua maioria, menor. Ainda assim, mesmo sem serem convidados, os populares, através dos movimentos sociais ou de iniciativas espontâneas, sempre buscaram seu espaço no palco político e as associações de bairro também buscaram isso.

Atualmente, os movimentos de bairro continuam atuando, porém sem a mesma força que tiveram em décadas passadas, mas, mesmo com isso, exercem uma função importante para a comunidade, pois ainda são seus representantes os responsáveis pelo diálogo com os órgãos públicos, agora atuando de forma diferente. Alguns fatores contribuíram para isso, como a falta de novas lideranças comunitárias (vimos que durante a década de 1980 as

administrações das associações repetiam-se, sem muito espaço para novos líderes); a abertura de outras formas de reivindicação e canais com as prefeituras; além do partidarismo, já que muitos líderes comunitários filiaram-se aos novos partidos. Após o processo de abertura política, muitos líderes comunitários filiaram-se a partidos políticos, o que acabou atrapalhando o funcionamento das associações, aos poucos estes líderes foram se afastando dos trabalhos com a comunidade para dedicarem-se às atividades do partido e exercerem cargos públicos. Uma crítica mais atual é que as associações atualmente estariam servindo de trampolim político para ex-diretores, que concorrem a uma vaga no legislativo da cidade, ocupando o cargo de vereadores, principalmente.

Apesar das questões atuais, os movimentos populares mostraram-se, como ainda mostram, serem bastante relevantes no que se refere à busca por espaço para a participação popular na política municipal, estadual e nacional. Eles contribuem para o fortalecimento da democracia e exercem um papel fundamental ao pôr na mesa de debate as questões que saem do meio popular, sejam nas questões urbanas ou rurais, como também nas questões sociais, raciais, de gênero, ambientais ou morais. Permanece buscando um diálogo com o Estado, aproveitando os momentos de maior abertura e fazendo contestação nos de menor.

Velhas lutas dos movimentos de bairro ainda permanecem, como reivindicação por melhorias estruturais, boa parte da cidade do Recife não conta com saneamento básico, ruas mal iluminadas, transporte precário e caro para a população mais carente, muros de arrimo nas encostas, escadarias, escassez de creches e violência urbana. Houve muitas conquistas por parte das comunidades carentes, mas a luta continua a medida em que a cidade cresce e novas áreas vão sendo ocupadas nos morros.

Outra questão que se arrasta desde a década de 1980 é a especulação imobiliária, muitas famílias são ameaçadas de despejo por estarem habitando áreas centrais da cidade ou de interesse imobiliário. Essas famílias são desalojadas ou recebem uma indenização ínfima, que não dá para adquirir outro imóvel no mesmo bairro que residiam. Um caso recente e emblemático, no Recife, foi a construção do Shopping Rio Mar, que, além de burlar leis ambientais, forçou a retirada de famílias que trabalhavam com a pesca no local. Este fato escancarou a união entre a iniciativa empresarial e os órgãos públicos, que facilitou a construção do Shopping, passando por cima das leis municipais. Os poderosos se articulam, aliam-se com os órgãos públicos para assim conseguirem o que almejam mais facilmente. A partir de financiamento de campanhas políticas eles trabalham juntos com os “representantes do povo” para obterem mais lucro e mais poder. Essa relação enfraquece a democracia, pois a deturpa, já que nossos “representantes” não representam os interesses coletivos, mas os de

uma elite minoritária. Tudo isso gera uma descrença na democracia e um desinteresse pela política por parte da população que passa a olhar essa situação com mais conformismo. A descrença na democracia coloca qualquer sociedade em risco, abrindo espaço para outros sistemas políticos, como o autoritarismo.

A partir destas considerações, observamos que a disputa entre fracos e fortes tende a permanecer e a se acirrar. De um lado, existe uma expectativa por mais democracia; do outro, há uma corrente contrária pronta a manipular e deturpar a democracia, o que mostra-se muito perigoso. Sendo assim, o que está por vim? Certamente muitas lutas.

Fazer o mestrado e escrever esta dissertação foi muito gratificante para mim, posso dizer que foi um sonho realizado, já que sempre quis passar por essa fase, ainda mais pesquisando algo que escolhi e que gosto de estudar e discutir. Logo, apesar das dúvidas e estresses, para mim foi muito prazeroso escrever este trabalho pelo qual tenho tanto carinho.

Não pretendo parar por aqui, espero fazer desta experiência o início de uma nova pesquisa e dar continuidade em um futuro doutorado. Sinto a necessidade de pesquisar mais sobre a formação da periferia do Recife, a origem dos seus habitantes, suas relações comunitárias e construção da sua identidade. Por isso repito: pretendo trabalhar sobre isso no futuro doutorado e dar continuidade nas minhas pesquisas.

## FONTES

<b>DOCUMENTOS PESQUISADOS E FOTOGRAFADOS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO HEMERENCIANO - APEJE/DOPS-PE</b>	
<b>NOME</b>	<b>PRONTUÁRIO</b>
Associação de Bairros Relação	SSP N° 7050
Associação de Defesa dos Moradores de Coqueiral	SSP N° 28.706
Associação de Defesa dos Moradores do Pina	SSP N° 1958
Associação de Defesa dos Moradores dos Remédios	SSP N° 28.695
Associação de Defesa dos Proprietários e Moradores da Mangabeira	SSP N° 28694
Associação de Moradores de Bairros	SSP N° 30372
Associação de Reivindicação do Alto do Pascoal	SSP N° 4895
Associação Defensora dos Moradores do Córrego do Euclides	SSP N° 6826
Associação Defensora dos Moradores do Pina	SSP N° 28714
Associação Nacional de Defesa dos Moradores do Totó	SSP N° 28.680
Associações de Bairro (Comitês pró-Pelópidas da Silveira)	SSP N° 29.595
Célula Comunista Castro Alves	SSP N° 4609
Célula Comunista da Fabrica da Macaxeira	SSP N° 27.922
Célula Comunista de Beberibe	SSP N° 4623
Célula Comunista de Casa Amarela	SSP N° 4631
Célula Comunista do Brejo	SSP N° 4595
Célula Comunista Nair Lins (Beberibe)	SSP N° 4644
Células Comunistas	SSP N° 4575
Conselho de Avaliação de comunidade	SSP N° 1411
Conselho de Moradores	SSP N° 1061
Conselho de Moradores de Brasília Teimosa	SSP N° 3041
Encontro dos Bispos do Nordeste	SSP N° 1430
Federação das Associações de Moradores dos Núcleos de COHAB e Similares em Pernambuco	SSP N° 27.754
Liga da Defesa da Constituição da Caxangá	SSP N° 7695
Liga da Defesa da Constituição de Casa Amarela	SSP N° 7661
Movimento “Terra de Ninguém” Invasões de Propriedade	SSP N° 27.862
Operação Esperança	SSP N° 29.672
Sociedade Amigos Unidos Defensores da Encruzilhada	SSP N° 30.974
Sociedade Beneficente Mista de Casa Amarela	SSP N° 336
Sociedade dos Amigos do Alto do Pascoal	SSP N° 31.197
Recortes de Jornais, padres, igrejas e polícia	SSP N° 30402
Recortes de Jornais, Igreja e Ação Católica Operária	SSP N° 27572
Operação Esperança	SSP N° 29.672
Reginaldo Veloso	SSP N° 25.060

Centro da Juventude dos Bairros	SSP N° 1453
Igreja Católica de Jardim São Paulo	SSP N° 29.774
Igreja Católica da Macaxeira	SSP N° 1651

<b>DOCUMENTOS PESQUISADOS E FOTOGRAFADOS DO APEJE</b>	
<b>NOME</b>	<b>DATA</b>
<i>Diário da Noite,</i>	13 de abril de 1964.
<i>Diário da Noite.</i>	15 de abril de 1964.
<i>Folha da Manhã</i>	12 julho 1939
<i>Jornal Diário de Pernambuco</i>	24 de maio de 1981
<i>Jornal do Comercio</i>	13-06-1965
<i>Jornal do Comercio</i>	13-06-1965
<i>Jornal do Comercio</i>	Junho de 1965
<i>Jornal do Comercio</i>	Junho de 1965
<i>Jornal do Comercio</i>	13-06-1965
<i>Jornal do Comercio</i>	24-06-63
<i>Jornal do Comercio</i>	27-06-7967
<i>Jornal do Comercio</i>	30 de outubro de 1968.
<i>Jornal do Comercio</i>	04 de maio de 1965.
<i>Jornal do Comercio</i>	24 de junho de 1965
<i>Jornal do Comércio</i>	5 de maio de 1965.
<i>Jornal Pequeno</i>	12 julho 1939.
<i>Jornal Pequeno</i>	13 julho. 1939.
<i>Jornal Pequeno</i>	17 julho 1939.

<b>ENTREVISTA REALIZADA</b>
José Reginaldo Veloso de Araújo, conhecidos como Padre Reginaldo Veloso. Realizada em 14/05/2012, Recife - PE.
João José da Silva, conhecido como Seu Galego é ex-presidente do Conselho de Moradores do Alto José Bonifácio. Entrevista realizada em 14/11/2012, Recife – PE.
Helena Lopes de Almeida. Antiga moradora do Morro da Conceição. Entrevista concedida em 13/09/2012, Recife-PE.

Mário de Souza. Professor da Universidade de Pernambuco - UPE. Entrevista concedida a autora, em 15/05/2015. Recife-PE.
Raimundo Viana Rego, ex-seminarista e presidente da Associação do Amaro Branco. Entrevista concedida em março de 2016. Olinda- PE.
Gilbraz Aragão, atualmente é professor do Departamento de Teologia da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Entrevista concedida no mês de abril de 2016, Recife-PE.
Lenira Maria de Carvalho, ex membro da Juventude Operária Católica. Entrevista concedida no mês de outubro de 2016, Recife-PE.

<b>ACERVO FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO - FUNDAJ</b>
Setor Iconográfico (Fotos Casa Amarela)
Setor de Microfilmagem:
<i>Última Hora</i> , Recife, 24 jun 1962 <i>Última Hora</i> , Recife, 24 jun 1962.
Biblioteca:
<i>Edição Extra</i> , terceira semana de setembro de 1968. Recife.

<b>INSTITUTO DON HELDER CAMARA - IDHeC</b>
Fotografias de Dom Helder nas Comunidades
Programa da Rádio Olinda (Um Olhar Sobre a Cidade)

<b>MUSEU DA CIDADE DO RECIFE</b>
Fotografias (Governo Agamenon Magalhães)
Fotografias (Prefeitura Pelópidas Silveira)

<b>ARQUIVOS ELETRÔNICOS</b>
Diário Oficial CEPE:
“Jarbas inicia no Ibura o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <a href="http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&amp;pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros">http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&amp;pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros</a> . Acesso em: 15/10/2016.
“Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: <a href="http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&amp;pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros">http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&amp;pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros</a> . Acesso em: 15/10/2016.
“Jarbas inspeciona obras pedidas pelas comunidades”. Prefeitura da Cidade do Recife: Diário Oficial. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: <a href="http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&amp;PagFis=538&amp;Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros">http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&amp;PagFis=538&amp;Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros</a> . Acesso em: 15/10/2016.

Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro:

Boletim Informativo;  
Jornal de Brasília Teimosa;  
Folha dos bairros;  
Força Popular;  
Informativo Casa Amarela;  
Jornal de Casa Amarela;  
Jornal dos Bairros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do Povo**. Hora e Vez do Brasil. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (org.). **Na Trilha do Golpe**: 1964 revisitado. Recife: Massangana, 2004.

BARRETO, Túlio Velho; FILHO, Sérgio Montenegro; SCARPA, Paulo Sérgio. **A Nova República**: visões da redemocratização. Recife: CEPE, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. 6º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicolas; PASQUINO, GianFranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: UnB, 1998.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Caminhar da Igreja com os Oprimidos**. Ed: 2º. Petrópolis: Vozes, 1998.

BURK, Peter. **História e teoria Social**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. **Onde está o povo, aí está a igreja?** Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

CASTRO, Gustavo do Passo. **As Comunidades do Dom.** Recife: Massangana, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 17º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste.** 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos.** Literatura em minha casa. Vol. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi.** A luta clandestina. Vol. 4. Recife: Guararapes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O caso eu conto como o caso foi.** Memórias Políticas. Vol. 2. Recife: Guararapes, 1980. p. 289.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes e fazeres.** 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História.** 2ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2006.

CEZAR, Maria do Céu do E. S. **Rearticulação dos Movimentos: Operação Esperança e Terras de Ninguém.** Série Movimentos de Bairro. FASE, Recife – PE.

CEZAR, Maria do Céu do E. S. **As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964).** Caderno de Estudos, v. 1. Nº 2. Ed: Massangana. Recife-PE, 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CIRANO, Marcos. **Os Caminhos de D. Hélder: perseguição e censura (1964-1980)**. Recife: Editora Guararapes, 1983.

COELHO, Germano. **MCP História do Movimento de Cultura Popular**. Recife-PE, 2012.

**Entidades Populares dos Bairros da Região Metropolitana do Recife**. Recife: ETAPAS, 1985

FREIRE, Eliana Oliveira de Lima. **UMA HISTÓRIA SOCIAL DO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR DE CASA AMARELA - RECIFE-PE 1964-1985**. Disponível em: <http://www.docstoc.com/docs/21288045/Uma-Histria-Social-do-Movimento-de-Resistncia-Ditadura-Militar>. Acesso em: 22/10/2011.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 15º ed. São Paulo: Global, 2004.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Luta Pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias Dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 4ºed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na cidade do Recife (Décadas de 30 e 40)**. Recife: CEPE, 1998.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração Memórias e Práticas Culturais**. Cuiabá: UFMT ED, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos Sociais e Crise Política em Pernambuco 1955-1968**. Recife: Massangana, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. Pela efetivação dos direitos das mulheres: associações femininas do Recife nos anos 50. **Revista Esboços**. Florianópolis. V. 14. N. 17 – UFSC. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/1216>>. Acesso em: 12 set. 2016.

LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia**: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). Dissertação de Mestrado em História. Recife: UFPE, 2014.

MAYOL, Pierre; GIARD, Luce; CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARINS, José. **Metodologia Emergente Das Comunidade Eclesiais De Base**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, Metodologia, Memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória**: a cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2010.

**O Morro fazendo História**. Recife: ETAPAS, 1994.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife: Massangana, 1984.

PONTUAL, Virgínia. **Uma cidade e dois prefeitos**: narrativas do Recife nas décadas de 1930 a 1950. Recife: UFPE, 2001.

REIS, Daniel Arão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **Teoria e História**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. Folha Explica. Ed: 3ª. São Paulo: Publica folha, 2013.

ROSAS, Paulo. **O Movimento de Cultura Popular**. Rio de Janeiro – RJ, 1980. In: Movimento de Cultura Popular. Fundação da Cultura da Cidade do Recife. Coleção Recife Vol: XLIX. Recife – PE, 1986.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos nas Sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

SCHERER-WARREN Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. 3º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SILVA, Marcília Gama. **Informação, Repressão e Memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)**. 2007. 264 f. Tese (doutorado em história) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro: Repetição/Invenção**. Recife: Etapas, 1988.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Castelo a Tancredo**. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. **Classes Populares e Igreja nos Caminhos da História**. Petrópolis: Vozes, 1982.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Vol. 4. Ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa I.** 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.